

CARLOS EDUARDO PIJAK JR

**DIAGNÓSTICO DOS PROJETOS ESPORTIVOS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
CURITIBA**

Dissertação de Mestrado defendida
como pré-requisito para a obtenção do
título de Mestre em Educação Física,
no Departamento de Educação Física,
Setor de Ciências Biológicas da
Universidade Federal do Paraná.

CARLOS EDUARDO PIJAK JR.

**DIAGNÓSTICO DOS PROJETOS ESPORTIVOS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
CURITIBA**

Dissertação de Mestrado defendida
como pré-requisito para a obtenção do
título de Mestre em Educação Física,
no Departamento de Educação Física,
Setor de Ciências Biológicas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Biológicas
Departamento de Educação Física
Programa de Pós Graduação
Mestrado/Doutorado em Educação Física



TERMO DE APROVAÇÃO

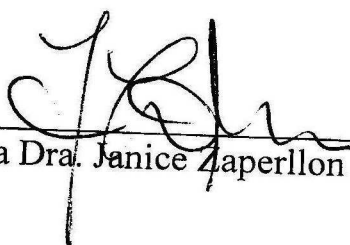
CARLOS EDUARDO PIJAK JUNIOR

“A Análise dos Projetos Esportivos da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Curitiba”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa Sociologia para o Esporte e o Lazer, do Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:



Professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri (Orientador)
Departamento de Educação Física / UFPR



Professora Dra. Janice Zaperllon Mazo



Professor Dr. Fernando Renato Cavichioli

Curitiba, 29 de Janeiro de 2010

AGRADECIMENTOS

Aprendi com meu pai que um dos valores mais nobres a se destacar em um homem é a gratidão. Nas palavras do meu pai, pessoas que conquistam e executam seus feitos com a falsa impressão de que até lá chegaram individualmente estão ao fadados a futuros fracassos. Desta forma utilizarei esta parte do trabalho para prestar minha homenagem a pessoas que foram fundamentais nesta conquista.

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus pela vida e pelas oportunidades que me dá durante esta minha passagem, e lhe dizer que sou grato mesmo estando um pouco afastado desta pessoa tão importante na existência de toda humanidade.

A meus pais, Juca e Shyrlei obrigado por todas as coisas boas que me ensinaram e por serem a referência moral que baliza minhas ações todos os dias. Obrigado por se sacrificarem muitas vezes deixando de lado seus desejos e anseios em prol do bem estar dos seus filhos. Vocês são fundamentais na minha vida!

A minha amiga, companheira, namorada, esposa, mãe Evelize. Você é fundamental em minha vida. Sou grato todos os dias por ter você ao meu lado, pois é por você que batalho todos os dias. Você é tudo, mas tudo mesmo, nunca se esqueça disso.

A Dudinha minha filha. Como foi bom conhecer você durante a caminhada no mestrado. Você nasceu durante este fase da minha vida, e foi a energia para os momentos em que muitas vezes pensei em desistir.

A Carolina e Maria Isabel minhas irmãs que desde cedo me ensinaram a ser paciente, pois muitas vezes tiraram minha paciência, mas também são e foram companheiras que espero levar para toda a vida.

A minha querida Isabela minha sobrinha linda que me dá ânimo e me renova as energias todas as vezes que olho para aquela carinha maravilhosa. Obrigado sua magrela!!!

Ao professor e amigo Fernando Marinho Mezzadri que foi quem me deu a oportunidade de vencer esta etapa, mesmo que muitas vezes nem eu acreditava que conseguiria. Saiba Fernando que hoje te considero um amigo, pois foi você quem me entendeu nos momentos de maior conflito que vivi nestes dois anos.

Agradeço ao professor Fernando Cavichioli e a professora Janice Zarpelon pela criticidade e os conselhos que garantiram um trabalho de maior qualidade.

A professora Letícia Godoy que durante a graduação nunca desistiu deste aluno que não era tão comprometido assim, mas que agora te dedica grande parcela desta conquista.

Um agradecimento muito especial ao professor Wanderley Marchi Jr. Sem palavras, apenas saiba que te admiro muito como professor, e que é um exemplo para minha vida profissional. Parabéns pelo seu profissionalismo e conhecimento.

Aos colegas de mestrado: Saulo, Ricardo, Isabel, Marcos, Bárbara, Ana Paula, Pedro, Juliano, Fábio, Denivaldo, Aline. Muito bom compartilhar este momento com vocês!!!!

Aos meus colegas de trabalho na Prefeitura: Thiago, Eliane, Carolina, Patrícia, Elaine, Adilson, Marcelo Vinicius, Marcelo Kimura, Claudinei, Pérola, Leu, Eloísa

Não poderia deixar de agradecer aos meus queridos e grandes amigos; sem palavras o que vocês representam na minha vida. Aos amigos do grande Sukytta, o maior time de todos os tempos do Departamento de Educação Física e que convivemos intensamente durante os quatro anos de graduação: Adriano, Marcel, Daniel, Rodrigo, Clever, Demetrius. Esses caras são meus irmãos para sempre independente da distância que nos separou.

Aos amigos do DEF: Romário, Betinho, Jack, Sapo, Paulinho, Bruno, Bruninho, Galvão, Felipe, Davi, Giacomo, Erico, Moacir, Denis, Santa Cruz, e tantos outros que fiz durante esta passagem.

E aos meus amigos da xiboquinha turbinada e que até hoje fazem parte do meu convívio: o mestre original da trupe Fernandinho; o baiano Jonnes, o inteligente Leôncio, o dançarino Evaldo; o petroleiro Manolo; o inconstante, mas sempre presente Fragoso. Simplesmente é uma honra ter a amizade de vocês.

In memoriam aos meus avós Nita e Tonho: obrigado, obrigado, obrigado!!! Como foi bom conviver com vocês no mesmo quarto durante tantos anos!!! Me ensinaram tudo, queria que estivessem aqui neste momento. É uma pena, mas vocês foram embora muito cedo..... Do seu Ticão.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	VIII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	X
PRÓLOGO.....	1
INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO – FERRAMENTAS PARA A ANÁLISE	16
1.1 Conceitos chave para o entendimento da teoria dos campos de Pierre Bourdieu.....	19
1.2 Papel do Estado na oferta das políticas públicas para o esporte: como, onde, quando e por quê?.....	30
1.2.1 Políticas públicas e a concepção do esporte.....	35
1.3 A pesquisa e a oferta de projetos públicos: a busca de subsídios no estudo de Alba Zaluar.....	48
CAPÍTULO 2 – PROJETOS ESPORTIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE CURITIBA: DESENHANDO O CENÁRIO.....	61
2.1 Curitiba: a cidade, a administração, e a gestão.....	61
2.1.1 A cidade.....	61
2.1.2 A administração e a gestão.....	62
2.2 Estruturas da Secretaria Municipal de Educação.....	64

2.3 Descrição dos documentos.....	66
2.3.1 Contratos de Gestão.....	67
2.3.2 O contrato de gestão da SME e as metas para os projetos esportivos.....	69
2.3.3 Projetos esportivos da Secretaria Municipal de Educação.....	70
2.3.3.1 “Tênis para todos: uma nova cultura começa na Escola”.....	71
2.3.3.2 Projeto “Voleibol com Educação – Leões do Vôlei.....	74
2.3.3.3 Projeto de Atletismo.....	76
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA: A HORA DAS VERDADES.....	78
3.1 Projetos esportivos – Impressões do gestor da Secretaria Municipal de Educação.....	79
3.2 Projetos esportivos – impressões dos coordenadores.....	97
3.3 Projetos esportivos – impressões dos professores.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS.....	140

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARENA - ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
CBT – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS
CEI – CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL
CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CND – CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS
DMT – DUDA MARCOLIN ACADEMIA DE TÊNIS
EF – EDUCAÇÃO FÍSICA
EM – ESCOLA MUNICIPAL
FPT – FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TÊNIS
LV – PROJETO LEÕES DO VÔLEI
NREBN – REGIONAL BAIRRO NOVO
NREBQ – REGIONAL BOQUEIRÃO
NREBV – REGIONAL BOA VISTA
NRECIC – REGIONAL CIC
NRECJ – REGIONAL CAJURU
NREMZ- REGIONAL MATRIZ
NREPN – REGIONAL PINHEIRINHO
NREPR – REGIONAL PORTÃO
NRESF – REGIONAL SANTA FELICIDADE
PAT – PROJETO DE ATLETISMO
PMC – PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
PSS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
SME – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SMEL – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
TPT – PROJETO “TÊNIS PARA TODOS: UMA NOVA CULTURA COMEÇA NA ESCOLA”.

PIJAK JR., Carlos Eduardo. MEZZADRI, Fernando Marinho (orient.). **Diagnóstico dos projetos esportivos da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Curitiba**. Dissertação de Mestrado em Educação Física, - Departamento de Educação Física – Setor de Ciências Biológicas - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

RESUMO

O esporte segundo Pierre Bourdieu é um fenômeno marcante e exerce influência direta na sociedade, sendo possível observarmos sua inserção e manifestações em diversos momentos, entre estes sua utilização nas políticas públicas. Este trabalho tem como objetivo diagnosticar a estrutura e o funcionamento dos projetos esportivos da Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade de Curitiba-PR, como também visualizar os objetivos e funções para esta secretaria, estabelecendo relações com os objetivos e funções na concepção dos professores e coordenadores, que são os agentes responsáveis pela execução das ações. Para tanto, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando como estratégias metodológicas a entrevista semi-estruturada com os agentes envolvidos na operacionalização das ações: um gestor da SME, três coordenadores e três professores. Além das entrevistas também fizemos a análise de documentos que direcionam as ações dos projetos, e dos documentos que orienta a gestão da SME. A análise dos dados foi feita triangulando as três fontes utilizadas: as entrevistas com os agentes, os documentos norteadores, e os dados obtidos com o desenvolvimento do referencial teórico que englobou a análise do esporte com um olhar sociológico, a teoria reflexiva de Pierre Bourdieu, diferentes possibilidades de manifestação do esporte e sua utilização pelo poder público. Assim visualizamos que os projetos esportivos podem ter diferentes objetivos diferenciados nas modalidades em que são ofertadas. Como considerações finais podemos afirmar que os objetivos e funções da SME estão em consonância com os objetivos e funções dos coordenadores e professores. Entre estes objetivos podemos destacar a democratização esportiva, a transmissão de valores morais e educacionais através do esporte, promover o resgate social dos alunos com o aumento do seu tempo de permanência na escola, formar atletas e detectar talentos. Através do diagnóstico da estrutura e do funcionamento dos projetos julgamos que alguns desses objetivos não são possíveis de serem realizados, pois não proporcionam as condições estruturais para tal, pois pensar a formação de atletas a partir da adaptação dos espaços físicos é um conceito equivocado; e ainda julgamos errônea a idéia de visualizar a oferta esportiva como um meio auxiliar para obtenção de outros direitos sociais, e não o desenvolvimento esportivo em si. Desta forma a partir deste estudo consideramos que a SME deve focar o trabalho com os projetos esportivos visando à democratização da prática esportiva, com um caráter educacional, considerando as demandas propostas pelos agentes, e criando mecanismos de participação e avaliação dos envolvidos, para que todos que tenham interesse na prática tenham possibilidades de acesso.

PALAVRAS-CHAVE: esporte, educação, políticas públicas.

PIJAK JR., Carlos Eduardo. MEZZADRI, Fernando Marinho (orient.). **Diagnosis of sports projects from the Municipal Education in Curitiba.** Master degree in Physical Education Dissertation – Physical Education Department – Biologics Ciencias Sector – Federal University of Paraná. Curitiba, 2010.

ABSTRACT

The sport according to Pierre Bourdieu is a remarkable phenomenon and has a direct influence on society, it is possible to observe its insertion and demonstrations on various occasions, among them their use in public policy. This study aims to diagnose the structure and operation of sports projects of the Department of Education (SME) in Curitiba-PR, as well as view the objectives and functions for this office, establishing relations with the objectives and functions of teachers in designing and coordinators, who are the agents responsible for implementing actions. We made a qualitative research, using as methodological strategies to semi-structured interviews with those involved in the operationalization of shares: an EMS manager, three engineers and three teachers. Besides the interviews we also did the analysis of documents that guide the actions of the projects, and documents guiding the management of the EMS. Data analysis was done by triangulating the three sources used: interviews with actors, guiding documents, and data obtained from the development of the theoretical framework that encompassed the analysis of the sport with a sociological perspective, the reflexive theory of Pierre Bourdieu, different possibilities of manifestation of the sport and its use by the public. Just visualize that sports projects can have different goals in different ways in which they are offered. As conclusion we can state that the objectives and functions of the EMS are in line with the objectives and functions of coordinators and teachers. Among these objectives, we can highlight the democratization of sports, the transmission of moral values and education through sport, to promote students' social recovery with increasing time spent in school, training athletes and spotting talent. Through the diagnosis of the structure and operation of projects we believe that some of these goals are not possible to be realized, because they do not provide the structural conditions for this, because think the training of athletes from the adaptation of the physical spaces is a misconception, and still believe the erroneous idea of viewing the choice of sports as an aid to achieving other social, sports and not the development itself. Thus from this study believe that the SME should focus on working with sports projects aimed at the democratization of sports, with an educational character, considering the demands proposed by staff, and creating mechanisms for stakeholder participation and evaluation, so that all who are interested in practice have access.

KEYWORDS: sport, education, public policy.

PRÓLOGO

O foco central deste trabalho é o diagnóstico da estrutura e do funcionamento dos projetos esportivos da Secretaria Municipal de Educação (SME) que tem suas ações desenvolvidas dentro de algumas escolas municipais da cidade de Curitiba. Mas antes de aprofundar na problemática deste estudo cabe ressaltar alguns aspectos pessoais, e históricos, que foram importantes em minha trajetória profissional e pessoal¹.

Dessa forma, se algo pode ser considerado marcante em minha vida, este é o esporte. Como espectador, praticante, admirador, torcedor, atleta, aluno, este fenômeno me provocou fascínio desde as fases iniciais da vida. O sonho de se tornar um atleta profissional era o principal objetivo e aquilo que mais me cativava, e que de certa forma me renderam experiências nas mais diversas modalidades esportivas. Em todas elas o objetivo era sempre o mesmo: o profissionalismo através do esporte.

Mesmo tendo facilidade na execução da maioria dos esportes, em nenhum deles tive êxito e habilidades que pudessem me transformar em um atleta profissional. Participações em equipes escolares, times de bairro, equipes universitárias, mas minhas limitações não permitiram que avançasse em uma carreira profissional. O sonho, de certa forma, havia terminado.

Digo de certa forma, pois além de adorar a prática esportiva, sempre admirei e gostei muito dos meus professores de Educação Física (EF). Desiludido com o fracasso como atleta visualizei na faculdade de EF a possibilidade de exercer uma profissão com envolvimento no mundo esportivo.

Assim ao prestar o vestibular de EF em 1999, e ao ingressar na Universidade Federal do Paraná no ano seguinte, tinha claro quais seriam meus objetivos: ser um treinador, ou preparador físico de alguma modalidade esportiva, em equipes de alto rendimento, com preferência para o futebol².

¹ Utilizarei na introdução deste trabalho o discurso na primeira pessoa do singular, (já que este momento é permeado por minhas convicções e experiências), e após o tracejado, no restante da dissertação o discurso na primeira pessoa do plural, pois acredito ser uma contribuição da e para a coletividade

² Explica-se a preferência, pois como todo menino no Brasil, também ambicionei me tornar um grande e famoso jogador de Futebol. Até em alguns momentos experimentei esse gostinho nas equipes das categorias de base do Paraná Clube, como um limitado, mas sempre esforçado e determinado zagueiro.

Logicamente minhas expectativas em relação ao curso eram muitas, como também era clara minha opção da formação para o exercício da profissão em atividades de performance e treinamento esportivo. Mas com o passar dos anos esta certeza começou a se modificar.

Entre os fatores que podem explicar a modificação nos meus anseios profissionais posso destacar dois que foram fundamentais nesta trajetória: a forte presença de disciplinas relacionadas à escola no curso de Licenciatura em EF da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e a oportunidade de atuar durante um estágio, em uma escola de ensino fundamental. Estes fatos abriram novas perspectivas, que antes não imaginava. E assim iniciei minha jornada profissional, estagiando em uma pequena escola particular, tendo o esporte sempre muito presente em minhas aulas. Assim permaneci, dando aulas de EF nesta escola até final de 2003, quando conclui o curso de Licenciatura, tornando-se mais um profissional de EF no mercado.

A odisséia profissional pós faculdade muitas vezes não mostrou-se tão satisfatória como outrora. Entre muitas experiências tive oportunidades profissionais em escolinhas de futebol, escolas particulares, e inclusive como arrendatário de uma quadra de esportes. Durante esses anos, em todas essas vivências, fizera com que hoje possa afirmar com convicção, fazendo uma auto-avaliação de minha atuação profissional, até este momento pouco contribui com a sociedade e com a área da EF. Para ser mais claro, estava em uma crise de identidade profissional, o que me levou a pensar por várias vezes a procurar novas alternativas, que não fossem a EF. Felizmente isso não aconteceu. E essa história perdura até fevereiro de 2006 quando fui aprovado no concurso público para professor de EF da rede municipal de ensino da cidade de Curitiba, tornando-se funcionário efetivo da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC).

Esta oportunidade marcou o reinício de minha história profissional com esperanças e sonhos renovados, na Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC). Meus ideais que sempre perpassaram pelo esporte, também balizaram minha atuação na escola.

Percebi naquele momento que poderia sim trabalhar com o esporte como ansiava inicialmente, utilizando a escola como o local de desenvolvimento esportivo. Assim procurei descobrir maneiras de motivar minha ação, com ênfase para inserção do esporte nas aulas de EF. Talvez anteriormente não tenha sido tão

enfático, mas acredito na utilização do esporte na Escola, e que este espaço é uma das possibilidades para seu desenvolvimento, sendo sua utilização também uma ferramenta pedagógica.

Um fato que merece destaque na minha trajetória foi o trabalho que realizei na escola com a modalidade de Tênis de Campo. Esta surgiu quando descobri algumas raquetes e bolas de Tênis praticamente escondidas na sala de EF. Cabe aqui ressaltar que nunca participei como aluno de uma aula de Tênis na escola, como também nunca apresentei resultados significativos como atleta de Tênis, no máximo fui um curioso praticante de final de semana, nada mais do que isso. Dessa forma o Tênis (como poderia ter sido outro esporte) me propiciou visualizar uma nova possibilidade para a utilização do esporte na Escola, não apenas nas aulas de EF. Antes de continuar a descrever minha trajetória pessoal é interessante esclarecer que não é objetivo deste estudo aprofundar discussões metodológicas do esporte nas aulas de EF, mas sim da utilização do esporte na escola através de projetos específicos, ofertados pelo poder público.

Assim trabalhei com o Tênis durante cinco meses, passando por momentos de satisfação e decepção. Sim, pois o Tênis não é um conteúdo comum nas aulas de EF, e não encontrei qualquer referencial teórico para referendar e subsidiar minha prática. Material perdido, bolinhas isoladas, “raquetadas”, pequenos acidentes, mas também a percepção que esse momento de aprendizagem teria que ser vivenciado para futuros êxitos, já que as crianças apresentavam grande aceitação em relação ao Tênis.

Com o desenrolar das ações, a visibilidade dessa iniciativa, tive a oportunidade de apresentar meu trabalho no IV Seminário de Educação Física, da PMC, sendo que dias após esta apresentação, fui convidado, pela SME a desenvolver um trabalho em contra turno³, oferecendo uma escolinha de iniciação esportiva de Tênis. No início isso me deixou assustado, até porque como afirmei anteriormente, nunca em minha pífia carreira como atleta, tive experiências com o Tênis, mas entendi esta oportunidade como um desafio e aceitei. Durante as férias pratiquei incessantemente o Tênis, fazendo aulas com professores em clubes, brincando com amigos, e também treinando sozinho em uma parede da minha garagem. Foi uma experiência marcante de superação para mim.

³ Atividade ofertada fora do turno em que a criança cumpre com suas obrigações escolares.

Então no ano de 2007 desenvolvi a atividade de contra turno com a escolinha de Tênis, já como coordenador do projeto “Tênis para todos: uma nova cultura começa na Escola” (TPT). Além da escolinha de iniciação esportiva, o projeto contemplava desde a utilização do Tênis como conteúdo na aula de EF, como também a formação da equipe de competição do projeto, ofertada aos alunos fora do período escolar, visualizando o rendimento esportivo, e resultados em competições oficiais da Federação Paranaense de Tênis (FPT).

Devido à grande aceitabilidade do projeto por parte das crianças o mesmo cresceu, e o que antes era ofertado em uma escola, foi ampliado para um núcleo regional⁴, o Núcleo Regional Bairro Novo (NRE-BN), abrangendo nas ações quinze (15) escolas.

Essa possibilidade de coordenar um projeto esportivo, e vislumbrando sua utilização como um complemento das estratégias educacionais utilizadas, fora do período das obrigações escolares, além da possibilidade de estar inserido no campo, visualizando ações políticas dos mais diversos projetos esportivos, me inquietou para a realização de um estudo que analisasse algumas ações da PMC. E foi com esse intuito que busquei o programa de pós-graduação em EF, da UFPR, para o desenvolvimento de um estudo aprofundado que abordasse projetos políticos esportivos. E pela trajetória pessoal, profissional e as crenças pessoais apresentadas, justifica-se o foco na oferta esportiva feita pelas instituições públicas, no interior das escolas. A partir deste momento mudaremos nosso discurso para a primeira pessoa do plural, pois acredito que este trabalho foi uma construção coletiva.

⁴ A administração pública da cidade de Curitiba descentraliza as ações em nove regionais. Assim cada região da cidade possui um equipamento público, comumente chamado de Ruas da Cidadania, onde são concentradas e ofertadas à população serviços básicos. O objetivo da PMC em descentralizar a administração nessas nove regionais é facilitar o acesso da população aos serviços da Prefeitura. Desta forma, segundas vias de contas de água, luz, telefone, obtenção de certidões negativas, informações sobre a rede de ensino, ouvidoria, pedidos de pavimentação e saneamento básicos, são feitos nesses equipamentos, próximos ao local de moradia dessas pessoas. As nove regionais de Curitiba são: Bairro Novo, Pinheirinho, Portão, CIC, Boa Vista, Matriz, Santa Felicidade, Cajuru e Boqueirão. O projeto de Tênis acontece em uma delas, a Regional Bairro Novo.

INTRODUÇÃO

Mas apenas nossas experiências e impressões não são suficientes para que possamos emitir um parecer em relação à oferta do esporte na escola; nem tampouco apenas nossas preocupações e questionamentos são garantias da possibilidade de acharmos as respostas. Devido às complexidades dos fenômenos sociais restringimos nossos anseios na pesquisa a um foco, e a partir deste o estudo foi delimitado visando maiores êxitos no trabalho. Assim este estudo focalizou a realidade das políticas públicas para o desenvolvimento do esporte, desenvolvido em horário de contraturno, nas ações da PMC. Da mesma forma que julgamos, quando da escolha do objeto de estudo, incoerente e complexo demais pensar em todas as ações da Prefeitura nesse âmbito, a análise delimitou-se aos projetos esportivos da SME⁵. Neste estudo foram foco da pesquisa os projetos da secretaria, que tem como característica básica seu desenvolvimento dentro, e com a utilização dos espaços da escola, em horário de contraturno, e os responsáveis pelo desenvolvimento das ações são professores de Educação Física que trabalham com esta disciplina na grade curricular das escolas aonde os projetos existem. Os projetos a serem estudados são:

- a) *“Leões do Vôlei” (LV)*;
- b) *“Projeto de Atletismo” (PAT)*;
- c) *“Tênis para todos: uma nova cultura começa na Escola” (TPT)*.

Estes projetos⁶ de responsabilidade da SME utilizam o espaço escolar (quadras poliesportivas, pátios, e outras áreas) para o desenvolvimento de atividades que são ofertadas no contraturno. As modalidades ofertadas, como já sugerem os próprios nomes, são o vôlei, o atletismo, e o tênis de campo.

O projeto *LV* acontece em seis escolas municipais, ofertando aulas de voleibol utilizando uma metodologia utilizada pelo atleta Emanuel do vôlei de praia, e tem um diferencial dos demais projetos, que é o apoio da iniciativa privada, no caso

⁵ Esta delimitação é pertinente, pois não iremos neste momento discutir a inserção do esporte como conteúdo nas aulas de Educação Física, mas sua utilização nos projetos esportivos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

⁶ Os projetos serão melhores detalhados no segundo capítulo, quando descrevermos as ações através dos documentos da secretaria.

a empresa Matte Leão. As escolas participantes são: EM Maria do Carmo Martins (NRE-CIC), CEI do Expedicionário (Regional Portão), EM Germano Paciornik (NRE-BQ), CEI Antonio Pietruza (NRE-PN), CEI Issa Nacli (NRE-CJ), e EM Anísio Teixeira (NRE-BV).

O PAT é o projeto da secretaria que oferta aulas de iniciação e treinamento de atletismo aos estudantes municipais, também em contraturno, e acontece nas Regionais Cajuru e Santa Felicidade, especificamente na Escola Municipal Omar Sabbag e na Escola Municipal Ulysses Falcão Vieira.

Já o projeto de Tênis possibilita aos alunos a prática do Tênis de campo na escola, com a utilização da metodologia *Play and Stay (Jogue e Fique)*, da Federação Internacional de Tênis, que preconiza o aprendizado a partir da prática do minitênis a estudantes de quatorze escolas municipais em seis regionais da cidade. Na Regional Bairro Novo (NRE-BN) fazem parte do projeto a EM Miracy Rodrigues de Araújo, EM Dona Lulu, EM Cecília Maria Westphalen, EM Heráclito Fontoura Sobral Pinto, e EM Augusta Gluck Ribas; Regional Santa Felicidade (NRE-SF) a EM Nympha Peplow e a EM Boleslau Falarz; Regional Boqueirão (NRE-BQ) o CEI David Carneiro; Regional Cajuru (NRE-CJ) a EM Maria Marli Piovezan e a EM Lineu Ferreira do Amaral; Regional Boa Vista (NRE-BV) as EM Cerro Azul e EM Jaguariava; e Regional Pinheirinho (NRE-PN) a EM Oswaldo Arns e EM Darci Ribeiro.

Além dos anseios pessoais que motivaram nossa pesquisa, outro fator foi à grande difusão e importância atribuída ao esporte na sociedade em que vivemos. Tal fenômeno é tão significativo que Allen Guttmann (1978) atribuiu ao esporte moderno, um dos elementos representativos da transição entre as sociedades primitivas e as sociedades modernas. Esse fenômeno tão importante na sociedade para Cavicchioli (2000, p.1):

(...) se impõe desde cedo no dia-a-dia dos indivíduos, assim como o tipo de comida, vestuário, língua ou religião. É um fato social que existe fora das consciências individuais de cada ser humano, adentra intensamente o cotidiano das pessoas, sendo capaz de influenciar os costumes e hábitos.

Dessa maneira o esporte, “atividade física em constante desenvolvimento, construída e determinada conforme uma perspectiva sociocultural” (MARCHI, JR., 2001, p. 5) marcadamente tão importante na vida das pessoas, com tamanha

difusão e aceitação, vem sendo considerado uma ferramenta valiosa na elaboração de propostas de governo e administrações públicas. Percebemos no discurso e nas promessas de campanha daqueles que buscam a elegibilidade em cargos públicos, como também nas diretrizes das ações e programas das secretarias responsáveis pela oferta do esporte à população, a importância e o espaço atribuído a tal fenômeno. Desde a abordagem do bem estar populacional, promoção da atividade física e saúde, realização de torneios, promoção dos esportes, construção de equipamentos públicos, oferta de escolinhas esportivas para crianças e adolescentes, e a garantia de melhores condições de vida através do esporte (principalmente naqueles que tem como público alvo as crianças e adolescentes) são algumas das funções⁷ atribuídas aos programas esportivos.

Dentro desse contexto, as políticas públicas teoricamente são desenvolvidas através da elaboração de documentos e diretrizes específicas, que nortearão as ações para a oferta de esporte aos cidadãos. Essas ações acontecem em âmbito federal, estadual, e municipal. Geralmente, a proposição destes direcionamentos pretende atender a regulamentação presente na Constituição, no artigo 217, que é o preceito constitucional no país, e que prevê a oferta de práticas esportivas às pessoas, como um direito social adquirido⁸.

Mas o que na teoria parece perfeito, na execução e na qualidade dos programas pode não ser. Estes podem por muitas vezes serem utilizados de maneira assistencialista, nem sempre com objetivos esportivos, mas sim como um meio para se chegar a outros fins. (LINHALES, 2001; ZALUAR, 1994). Ainda para Meily Linhales (2001) as políticas públicas para o esporte podem vir ao encontro de interesses e/para sustentação do Estado, o mesmo sempre o utilizando quando lhe for conveniente como propaganda para enaltecer qualidades da gestão.

É claro que além dessas justificativas, outro motivo que nos inquietou para desenvolver esta pesquisa foi a elucidação de algumas questões, principalmente pela nossa inserção no campo e entendimento na prática, do funcionamento de alguns dos projetos. Outro fator que motivou a realização dessa pesquisa foi o fato dos projetos estarem vinculados a SME, e não a Secretaria Municipal de Esporte e

⁷ As diretrizes que são atribuídas às secretarias foram sintetizadas e retirados dos endereços eletrônicos referentes à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) da cidade de Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br/smel - e da Paraná Esporte - www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/paranaesporte - autarquia responsável pela elaboração e execução das políticas esportivas do Governo do Estado do Paraná - www.diaadiaeducacao.com.br/paranaesporte

⁸ Título VIII, Capítulo III, Seção III, do Desporto, no Artigo 217.

.Lazer (SMEL), que deveria ser em teoria, a secretaria responsável pela oferta desses projetos esportivos. Assim tendo a existência de uma secretaria específica para a oferta do esporte a população, foi motivo para o desenvolvimento de esta pesquisa, buscar o entendimento de quais são as intenções da SME no desenvolvimento dos projetos que iremos estudar. E por todas essas razões julgamos ser importante a análise das ações governamentais quanto ao uso, qualidade dos programas, as maneiras como os entes públicos utilizam essa ferramenta, que é o esporte.

Desta forma a temática central deste estudo foi o diagnóstico dos programas esportivos da SME, da PMC. Para um melhor entendimento do objeto de estudo, caracterizamos os programas a serem estudados, como ações formais desenvolvidas no interior das unidades escolares da PMC, e que são regulamentados por documentos específicos da SME, e caracterizados pela atual gestão como atividades educativas complementares de contra turno⁹.

Assim buscamos as respostas ao problema central do presente estudo: a estrutura e o funcionamento dos projetos esportivos desenvolvidos pela SME correspondem aos objetivos e funções destes projetos na concepção dos coordenadores e professores que são responsáveis pela sua aplicação prática?

O objetivo geral foi o diagnóstico da estrutura e do funcionamento dos projetos e dos seus objetivos e funções para a SME, estabelecendo relações com os objetivos e funções na concepção dos professores e coordenadores, que são os agentes responsáveis pela execução das ações.

No decorrer da realização da pesquisa os objetivos específicos que auxiliaram na obtenção das respostas para o problema, como também no alcance de nosso objetivo geral foram:

- a) Realizar um diagnóstico dos projetos esportivos da SME, englobando aspectos de como ocorreu à implantação, orçamento dos projetos, a estrutura e o funcionamento dos mesmos;
- b) Desvelar quais os objetivos e funções da SME nos programas esportivos implantados em algumas escolas municipais;
- c) Analisar os documentos existentes de cada programa, diagnosticando os objetivos existentes neste;

⁹ Atividades ofertadas aos alunos no turno contrário de suas obrigações escolares. Exemplo: um aluno que estuda de manhã frequenta as atividades de contra turno no período da tarde.

d) Estabelecer relações entre os objetivos e funções dos projetos esportivos citados pelos coordenadores e professores, os documentos específicos de cada programa, e a posição sustentada pela SME (representado pelo gestor entrevistado).

Outro fator que motivou a realização deste estudo é testar algumas hipóteses. Primeiro que os objetivos e as funções desses projetos não sejam tão claros, e não possuam um direcionamento futuro, já que os mesmos seriam ações pontuais em algumas escolas. A segunda hipótese, os projetos não possuem objetivos semelhantes, e mesmo vinculados a mesma secretaria não possuem funções homogêneas.

Logicamente que para cumprir com os objetivos propostos, e responder as perguntas que tanto nos inquietam, utilizamos um referencial para embasar e pautar a discussão, bem como também fizemos recorte necessário ao objeto de estudo. Assim utilizamos como instrumental teórico-metodológico no primeiro capítulo a teoria reflexiva, também chamada teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Para Bourdieu (1983) o campo é um espaço dotado de autonomia, estruturado, com agentes que *participam do jogo* com interesses específicos e na busca do poder. Para entendermos como os o agentes estão inseridos, como participam do jogo, ora como espectadores, ou mais ativamente entendendo o jogo, é de fundamental importância a utilização dos conceitos bourdianos para elucidarmos as relações no interior do campo. Com a compreensão dos conceitos podemos supor as relações existentes no interior e na exterioridade (através das ações) dos projetos esportivos da SME. Utilizamos os preceitos bourdianos para afirmar que essas relações ocorrem no interior de um campo específico, o campo esportivo (ou mais especificamente o subcampo do esporte escolar), onde os agentes envolvidos possuem capitais específicos que orientam seus *habitus*, influenciando na oferta e na demanda dos projetos, e que constroem a dinâmica das ações, em relações complexas e não lineares Para o entendimento destas relações, que se estabelecem no interior do campo dos programas esportivos da SME utilizamos alguns conceitos importantes como: *habitus*, agentes, estruturas, lei de oferta e demanda, relações de poder, capitais, que auxiliaram no entendimento do campo esportivo¹⁰. Esses conceitos foram fundamentais para a apropriação da teoria dos

¹⁰ O conceito de campo esportivo de Pierre Bourdieu está aprofundado no capítulo 1.

campos e ficam claros na citação de Marchi Jr. (2001), quando descreve a forma que Pierre Bourdieu compreende o esporte moderno:

Pierre Bourdieu preconiza uma forma particular de entender o esporte moderno. Para ele, as manifestações que compõem o fenômeno esportivo ocupam um espaço de práticas sociais chamado de campo, no qual atribuem-se posições compatíveis com o capital social, econômico ou cultural de cada componente. No interior desse espaço, existem formas de disputas, lutas e concorrência na busca pela hegemonia de determinadas práticas, além da distinção social das pessoas envolvidas, conforme o seu potencial de poder simbólico. (MARCHI JR., 2001, p. 25)

Como por questões temporais do programa de mestrado seria complexo e despenderia muito tempo a discussão de todo o campo, o foco foi um dos subcampos do esporte; o subcampo do esporte escolar, onde as ações dos projetos da SME encontram-se inseridas. Esse instrumento de análise nos garantiu uma delimitação mais aprofundada do cenário que estudamos.

No segundo tópico deste capítulo abordamos o papel do Estado na oferta da prática esportiva, e na elaboração de políticas específicas, explicitando as leis que regulam o esporte no país, bem como as diferentes formas de gestão e concepções de esporte a serem utilizadas pelos entes públicos. Este capítulo trata a maneira como o Estado pode utilizar as políticas públicas voltadas para o esporte, quais objetivos buscados pelos governantes, as possibilidades existentes na elaboração de projetos públicos, e a utilização do espaço escolar para seu desenvolvimento.

Para finalizar o primeiro capítulo, no terceiro tópico fizemos a discussão da obra de Alba Zaluar, *Cidadãos não vão ao paraíso*, que teve como objeto de pesquisa a oferta de projetos e programas esportivos a crianças e adolescentes carentes e em condições de risco¹¹. Nossa intenção na discussão desta obra foi focar em um estudo que se aproxima ao nosso¹², e explicitar os dados e as revelações obtidas por sua pesquisa. Dessa forma utilizamos estes instrumentos para adquirir subsídios teóricos e estabelecemos relações com a nossa pesquisa empírica, onde buscamos fazer aproximações importantes na discussão dos objetivos e funções dos programas esportivos da SME.

¹¹ Segundo a UNESCO (2008) crianças em condições de risco são aquelas que vivem em condições insalubres de vida, em regiões periféricas, possuem dificuldades para sua subsistência, com pouco acesso à opções culturais e esportivas, preeminentes candidatos ao abandono e a evasão escolar (e conseqüente entrada no mercado de trabalho), e as famílias das mesmas apresentam renda familiar baixa.

¹² Quando afirmamos que o estudo de Alba Zaluar se aproxima ao nosso não temos a presunção de compará-lo ao belíssimo trabalho realizado pela autora, mas acreditamos na aproximação do objeto quando relacionada a oferta esportiva à crianças de comunidades carentes, em nosso caso, estudantes de escolas públicas municipais.

No segundo capítulo foi feita a descrição das ações da SME que são tratados neste trabalho. Para isso utilizamos os documentos norteadores, e planos de ações que foram necessários para justificar a criação desses projetos. Dessa forma “desenhamos” o cenário a ser estudado, para que o leitor pudesse ter elementos e entender como é o funcionamento de cada uma das ações.

No terceiro capítulo foi realizada a discussão dos dados obtidos na pesquisa, pautados no referencial teórico utilizado no primeiro capítulo, para que os objetivos propostos pelo estudo pudessem ser atingidos. Para realização da pesquisa, e a análise dos dados foram obedecidos alguns procedimentos e a utilização de instrumentos metodológicos.

Desenhado como o trabalho foi construído cabe citarmos outras justificativas que pautaram e influenciaram no desenvolvimento deste. Inicialmente acreditamos que com a realização deste estudo contribuímos com as pesquisas na linha de Políticas Públicas do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, bem como na discussão das políticas públicas, que já foram objeto de diversos autores como Linhales (2001), Zaluar (1994), Mezzadri (2000), Canan (2008), Lucena (2001), Stigger (2001), entre outros, para o avanço na discussão da oferta e da qualidade de programas de esporte à população.

Assim, além das contribuições acadêmicas, também pretendemos com este trabalho contribuir de forma efetiva com a sociedade, pois o maior interesse é o auxílio para o desenvolvimento do esporte, e dos programas e projetos específicos da SME da cidade de Curitiba. Dessa forma acreditamos que podemos auxiliar disponibilizando este estudo à secretaria envolvida na pesquisa, para que a mesma faça suas considerações, possibilitando avaliações dos seus programas, e das suas ações, objetivando avanços na efetividade e qualidade destes, para o benefício do público atendido na cidade de Curitiba.

Outro item fundamental no desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado é a metodologia da pesquisa; é ela quem orienta o pesquisador de como proceder nas mais diversas fases no desenvolvimento do estudo. Destarte nosso trabalho se caracteriza como uma pesquisa de caráter qualitativo e utilizamos para esta a entrevista semi-estruturada, no estudo de caso de cunho exploratório, e a análise de documentos.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessem à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. (GIL, 2002, p. 117).

Segundo Lüdke e André (1986, p. 34), a entrevista semi-estruturada “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. A afirmação acima demonstra que nesse instrumento podemos absorver melhor algumas informações, que não seriam possíveis coletarmos em questionários; através de um direcionamento básico, podemos aprofundar ainda mais a coleta de informações necessárias para nosso estudo. Já para Lakatos & Marconi (2007 p. 278):

As entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas. O principal interesse do pesquisador é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos. A entrevista permite o tratamento de assunto de caráter pessoal.

Em relação à análise documental, Lüdke e André (1986) afirmam que esta “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38).

A análise de documentos procurou buscar dados e informações referentes aos projetos, as escolas onde são desenvolvidas as ações, profissionais responsáveis, número de alunos atendidos, objetivos e funções descritos, metodologia das ações, com a finalidade tanto de situar o *locus* da pesquisa realizada, como também expor as características peculiares, buscando elementos que nos auxiliem na discussão do trabalho.

Em relação à seleção dos projetos esportivos da PMC, que fazem parte da análise, estabelecemos alguns critérios (já que não foram analisados todos os programas esportivos da PMC): projetos que têm suas ações voltadas ao desenvolvimento do esporte dentro da escola, como atividades educativas complementares¹³ de contraturno e que são de responsabilidade da SME, desenvolvidos por professores de Educação Física do quadro funcional desta

¹³ Esta é a denominação dada às atividades ofertadas aos estudantes no interior das escolas, entre elas as atividades esportivas, e que são orientadas por documentos específicos que serão melhor detalhados no capítulo 2.

secretaria. Dentre o recorte metodológico selecionamos três ações da SME que se encaixam no perfil da pesquisa: “Leões do Vôlei” (LV), “Projeto de Atletismo” (PAT), e “Tênis para todos: uma nova cultura começa na Escola” (TPT).

Após a seleção dos projetos que são parte desta análise, iniciamos a etapa de obtenção dos documentos. De acordo com Gil (2002, p. 88) a análise dos dados deve ser feita em observância aos objetivos e ao plano de pesquisa. Assim, como nosso foco na análise dos documentos foram os objetivos e funções de cada um dos programas da PMC, de responsabilidade da SME, utilizamos as diretrizes curriculares, os textos norteadores, que são documentos internos desta secretaria e que orientam os agentes envolvidos nas ações; e também utilizamos o Contrato de Gestão¹⁴ (CURITIBA, 2009), que contém os programas esportivos da SME, e sua oferta é considerada pela atual gestão como uma das metas a serem atingidas na esfera educacional. Nessa etapa nos preocupamos em detalhar os programas, seus objetivos e funções, os agentes envolvidos, e os recursos utilizados. Esses dados foram obtidos com a coleta desses materiais, que são documentos públicos e estão disponíveis para *download* no site da Prefeitura Municipal de Curitiba. Outros documentos, que são de tramitação interna, foram solicitados a SME¹⁵ através de pedido protocolado juntamente com a autorização desta secretaria para a realização da pesquisa. Para realizar a tarefa utilizamos as orientações de Gil (2002) seguindo as respectivas etapas para desenvolvermos, a análise documental como instrumento de pesquisa:

- a) Determinação dos objetivos;
- b) Elaboração do plano de trabalho;
- c) Identificação das fontes;
- d) Localização das fontes e obtenção do material;
- e) Tratamento dos dados;
- f) Confecção das fichas e redação do trabalho;
- g) Construção lógica e redação do trabalho.

¹⁴ Documento que será mais bem descrito e aprofundado no capítulo 2.

¹⁵ Sempre deixando claro que para a realização desta pesquisa tomamos todos os cuidados relacionados à ética de pesquisa, e um destes foi a obtenção da autorização da SME para a realização da pesquisa. Cabe aqui ressaltar que esta instituição colaborou positivamente para a realização da pesquisa cedendo os documentos que necessitávamos.

Após a realização desta utilizamos a entrevista semi-estruturada. Antes de iniciarmos as entrevistas com os agentes tivemos a preocupação e o cuidado em esclarecer os objetivos da pesquisa, e as condições de participação a cada um dos entrevistados. Este instrumento foi aplicado a um dos gestores da SME, que possui responsabilidade administrativa perante aos projetos, aos coordenadores dos mesmos, e a três professores (um de cada projeto) responsáveis pela aplicação prática das atividades. A entrevista semi estruturada foi de grande valia para desvendar quais os objetivos e funções que são esperadas pela SME (representada na entrevista do gestor), coordenadores, e professores dos projetos. Para isso as indagações serviram para que pudéssemos absorver o máximo de informações relativas ao funcionamento do programa, como estes agentes vêem as atividades, qual o assessoramento e fiscalização da secretaria, entre outros aspectos. Assim a amostra desta pesquisa foi constituída por um gestor da SME, três coordenadores dos projetos, e três professores responsáveis pela aplicação prática das atividades. Como nosso estudo utilizou a pesquisa de campo, em busca de respostas e esclarecimentos, todos os cuidados e procedimentos metodológicos foram observados. Também gostaríamos de esclarecer que foi mantido o anonimato dos agentes envolvidos na pesquisa, e sempre foi observado o cuidado cumprindo assim com todas as exigências legais pertinentes, para com as formalidades éticas que toda pesquisa acadêmica deve zelar, desde a obtenção dos documentos (que foi feito através de pedido formalizado via ofício, já citado anteriormente), como na realização da entrevista, com a utilização do termo de livre consentimento assinado pelos participantes.

A imersão ao campo nos esclareceu algumas nuances que não estavam presentes nos documentos, e que foram diagnosticadas com a aproximação a realidade através das entrevistas. A realidade que buscamos esclarecer é quais são os objetivos e funções da SME, com a implantação dos programas esportivos em algumas escolas, e como estes se relacionam com os objetivos e funções dos coordenadores, professores, e nos documentos específicos. Segundo Gil (2002) o estudo de campo focaliza uma comunidade que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer, ou voltada para qualquer atividade humana. Assim conceituamos nossa pesquisa como um estudo de campo de cunho qualitativo que buscou a resposta para alguns questionamentos, focando a comunidade específica dos projetos esportivos da SME.

Após obtermos todos os dados fizemos o tratamento destes, correlacionando o referencial teórico apresentado, as informações obtidas com as entrevistas, e os documentos selecionados para a amostra. A triangulação dos dados foi realizada sem o interesse de comparar os projetos, mas sim fazer um diagnóstico da estrutura e do funcionamento, e dos objetivos e funções da política adotada pela SME para a oferta do esporte na escola em horário de contraturno.

1. REFERENCIAL TEÓRICO: FERRAMENTAS PARA A ANÁLISE.

Ao estabelecermos como objetivo deste trabalho o diagnóstico da estrutura e funcionamento dos projetos esportivos da SME e os objetivos e funções destes na concepção do gestor, coordenadores e professores, é necessário que o campo, onde as ações são desenvolvidas, seja analisado substancialmente. Assim para esta tarefa os pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu auxiliarão na análise das relações estabelecidas no campo esportivo, do qual faz parte nosso objeto de pesquisa.

A opção por tal referencial reside no fato dos trabalhos deste francês, oriundo de uma família camponesa, sociólogo de ofício, na atualidade ter contribuições significativas em diversas áreas do conhecimento. "O trabalho produzido por Pierre Bourdieu ao longo das três últimas décadas tem se afirmado como um dos corpos de teoria e de pesquisa sociológica mais imaginativos e férteis no pós-guerra¹⁶;" o mais citado cientista social do mundo" (WACQUANT, 2002, P.96). Esse reconhecimento é alcançado pelas características plurais de seu trabalho, e a construção de seus pressupostos, que transitam na análise sociológica de temas diversos desde à vida camponesa, à alta costura, política, religião, economia, ciência, entre outros. Na esfera esportiva ele dedicou esforços dentro de sua obra em dois textos clássicos: *Como é possível ser esportivo*¹⁷ (BOURDIEU, 1983), e *Programa para uma sociologia do esporte*¹⁸ (BOURDIEU, 2004). O autor inclusive deixou claro a pouca preocupação dos "especialistas" em discutir de forma mais consubstanciada o esporte:

(...) de um lado existem pessoas que conhecem muito bem o esporte na forma prática, mas que não sabem falar dele, e, de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas não se dignam a fazê-lo, ou o fazem a torto e a direito. (BOURDIEU, 1990 p. 207)

Tal afirmação parece ter surtido efeito e funcionado como uma convocação aos profissionais da área para a discussão do esporte em um viés diferenciado, com um olhar sociológico, já que observamos a grande atualidade na utilização dos

¹⁶ Waquant (1992), na apresentação do livro *Um convite a sociologia reflexiva*

¹⁷ In. *Questões de Sociologia*, 1983

¹⁸ In *Coisas Ditas*, 2004

preceitos bourdianos¹⁹ na discussão do fenômeno esportivo. Um exemplo claro da boa, e possível utilização da teoria é a tese de doutorado de Wanderley Marchi Jr (2001) onde o autor utiliza as categorias de Bourdieu para analisar o processo de transição e estruturação do campo do voleibol brasileiro, do amadorismo a espetacularização, de 1970 até 2000. Esse é apenas um dos exemplos da utilização prática de diversas contribuições acadêmicas na área da sociologia do esporte que utilizam tal referencial.

Outra característica de seu trabalho, e que contribuiu para que muitos utilizassem sua teoria, é sua marcante preocupação com a descrição etnográfica do objeto, avançando às construções teóricas e conceituais. Talvez essas características remontem ao seu passado de vida, onde Pierre Bourdieu cresceu observando na “prática²⁰” as desigualdades sociais. Dessa forma ele sempre teve a incumbência de ir a campo testar os mecanismos de reprodução social, que depois seriam base para elaboração de seus pressupostos²¹.

Essa originalidade fez com que Bourdieu conduzisse seus trabalhos para ultrapassar as fronteiras convencionais existentes entre as ciências sociais, percebidas por ele como “um produto arbitrário, oriundo da reprodução escolar e destituída de fundamentos epistemológicos” (BOURDIEU, 2005 p.32). É notória sua disposição em superar algumas das dicotomias existentes no interior das ciências sociais, tais como a oposição entre estrutura e ator, o dilema entre subjetivismo e objetivismo, o debate entre o individualismo e o holismo, a divisão entre teoria e pesquisa empírica, postura essa que o acompanhou ao longo da construção de sua obra²².

Assim as categorias de análise²³ desenvolvidas por Pierre Bourdieu, bem como todos seus esforços na construção de seu discurso sociológico, vão ao encontro do entendimento das leis da reprodução da sociedade, bem como para

¹⁹ Não apenas com a utilização dos textos “*Como é possível ser esportivo* (BOURDIEU, 1983), e *Programa para uma sociologia do esporte* (BOURDIEU, 2004), mas com toda a teoria dos campos, que aprofundaremos no próximo tópico deste capítulo.

²⁰ Em seu livro *Esboço de auto-análise* (2005), Pierre Bourdieu explicita que suas impressões e disposições em relações ao mundo e as relações sociais, como o método de analisar seu objeto de estudo, estão associadas a sua origem.

²¹ As características do trabalho de Pierre Bourdieu que citamos até aqui, e que serão citadas no próximo capítulo, foram sintetizadas da entrevista que o mesmo concedeu a Maria André Loyola (2002), bem como de informações retiradas do filme “*La Sociologie est un sport de combat*”, (2001), produzido por Pierre Cárles.

²² A superação a essas dicotomias, que o mesmo observa existirem nas ciências sociais, e que considera como limites epistemológicos, presentes no entendimento da sociedade, serão abordados no próximo tópico deste capítulo, com a abordagem do conhecimento praxiológico conceituado por Pierre Bourdieu.

²³ Os conceitos de campo, *habitus*, capital, poder, oferta e demanda serão aprofundados no próximo tópico deste capítulo.

desvelar, e tornar visíveis, os fundamentos ocultos de dominação. Citados por Catani (1999), os fundamentos ocultos de dominação são o centro das preocupações das teorias elaboradas pelo sociólogo francês que segundo Marchi Jr. (2001, p. 32):

(...) está centrado no questionamento da reprodução – e suas leis –, que se efetiva nas relações estruturantes da sociedade. Por conta dessa intenção, o autor estuda sua constituição e os mecanismos que perpetuam essas formas de reprodução das desigualdades sociais e pretende torná-los inteligíveis, transparentes, de fácil assimilação e compreensão por parte das pessoas que estão inseridas nessa configuração.

Desse objetivo que propõe Bourdieu, em uma explicação simplista e diminuta, podemos afirmar que para ele a sociedade é compreendida através das inter-relações entre os atores sociais, e a posição dos agentes, na disputa pelo poder. Essa disputa travada entre os agentes segundo Bourdieu (1983) acontece em um *locus* espacialmente determinado, denominado campo, onde a posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, esportivo) e o *habitus* de cada agente condicionam a posição que o mesmo irá ocupar dentro dele.

Assim a utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu nesse trabalho buscou "(...) possibilidades concretas de reflexão, análise e entendimento da realidade (...) que se estabelecem no conjunto de relações existentes no desenvolvimento" (MARCHI JR., 2001, p. 32) das ações da PMC, nos três projetos esportivos, com o objetivo de fazer um diagnóstico da estrutura e do funcionamento destes, e dos objetivos e funções para a SME, estabelecendo relações com os objetivos e funções dos coordenadores, e professores dos mesmos. Com a apropriação dos conceitos da teoria dos campos é possível visualizarmos as relações estabelecidas entre os agentes no interior dos projetos esportivos da SME. Como também conseguimos verificar no interior do subcampo específico desses projetos quais os agentes, os capitais envolvidos, como estes influenciam seus *habitus*, como isto causa influência na oferta e demanda dos projetos, nos possibilitando maiores subsídios para a compreensão das ações, e da complexidade das relações construídas através delas. Para o entendimento destas relações, que se estabelecem no interior do campo dos programas esportivos da SME utilizamos alguns conceitos importantes como: *habitus*, agentes, estruturas, lei de oferta e

demanda, relações de poder, capitais, que auxiliarão no entendimento do campo esportivo

1.1 CONCEITOS CHAVE PARA O ENTENDIMENTO DA TEORIA DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU

Após destacarmos algumas características básicas de Pierre Bourdieu, é necessário instrumentalizá-las em conceitos chaves que serão importantes no aprofundamento da teoria reflexiva.

Para compreendermos as interrelações existentes no interior dos campos, bem como as disputas travadas em seu interior, não basta apenas a conceituação dos instrumentos que fazem parte da teoria reflexiva, também chamada teoria dos campos. É necessário entender a forma que Bourdieu observa a sociedade, para que a utilização de sua teoria seja feita de forma apropriada. Segundo Canan (2008, p. 25):

Bourdieu trata os fenômenos sociais a partir de uma cadeia de interrelações entre diversos e diferentes componentes da sociedade, que disputam o poder relativo a um objeto comum. As posições e as relações estabelecidas entre cada agente ou entre grupos de agentes, mutáveis durante o decorrer das disputas, são primordiais para o entendimento dos conceitos do autor. Esta cadeia de interrelações, embora considere as diferenças entre as classes sociais, não é definida por estas, mas sim, pelos objetos em disputa.

Quando na citação acima destacamos “*diversos e diferentes componentes*” percebemos a preocupação de Bourdieu no entendimento das relações dinâmicas entre os atores e as estruturas. Segundo Ortiz (1994) a problemática do autor está centrada essencialmente na mediação entre o agente e a estrutura. Para elucidarmos as relações existentes entre o agente e a estrutura, e nos apropriarmos devidamente dos preceitos bourdianos utilizaremos a abordagem feita por Marchi Jr. (2001) que cita o conhecimento praxiológico, a noção de *habitus*, e o conhecimento de campo como temáticas centrais desse autor.

O conhecimento praxiológico surge da necessidade que Pierre Bourdieu possuía de avançar na discussão dos fenômenos sociais. Ele apresentava-se sempre contrário aos dualismos da ciência, como divisões existentes entre o ser

social e a sociedade, o subjetivismo e objetivismo, e até mesmo propõe a integração de escolas aparentemente antagônicas como fica claro quando Bourdieu afirma que:

Desde o começo de meu trabalho, pareceu-me que seria possível fazer com que a sociologia progredisse decisivamente se conseguisse reunir os conhecimentos, na aparência antagônicos, e em todo o caso, dispersos, desta disciplina; se, em outras palavras, conseguisse integrar, sem recorrer a conciliações retóricas ou a compromissos ecléticos, as tradições simbolizadas pelos pais fundadores: Marx, Durkheim, Weber, e a superar as oposições, epistemologicamente fictícias mas socialmente reais, entre os teóricos e os empiristas (BOURDIEU, 1994, p.38)

Além de ficarem claras nesta citação quais foram as influências teóricas de Pierre Bourdieu para construção de seu arcabouço teórico, é nítida a sua preocupação de estabelecer uma nova possibilidade de “enxergar” os fenômenos sociais. Nessa linha de raciocínio “emerge nas reflexões de Bourdieu o conhecimento que pretende articular dialeticamente objetivismo e subjetivismo, ator e estrutura social, o qual é chamado de praxiológico” (MARCHI JR., 2001, p.37)

Segundo Setton (2002) o conhecimento praxiológico surge de um problema metodológico, que propõe a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Para Ortiz (1994) a construção tanto do conhecimento praxiológico, como da noção de *habitus*, e o entendimento do campo perpassaram pelo amadurecimento teórico, que se expressou pela conciliação de duas leituras até então vistas como antagônicas e contraditórias.

Ainda sobre o conhecimento praxiológico, e a busca do autor em combater os dualismos, Bourdieu (1983b) esclarece:

Enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também a relação dialética entre essas estruturas, e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. (BOURDIEU, 1983b, p. 46-47)

Com isso, da necessidade de conciliar a realidade exterior e as realidades individuais, surge o conceito de *habitus*. A realidade exterior representada por estruturas sociais, que constituem o meio social, podem ser interiorizadas como forma de regularidades que produzirá um sistema de disposições duráveis, conciliando o ator e o campo, constituindo o *habitus*. Antes de avançar na discussão é necessário que não se confundam os conceitos de “hábito”, com o *habitus*

estabelecido por Pierre Bourdieu, como também cabe estabelecermos, de forma pontual, como este conceito está inserido na sociologia.

Apesar da aparência na grafia as duas expressões apresentam distinção nas ciências sociais. Enquanto o hábito oriundo latim *habitu* é definido como uma inclinação, uma disposição para agir do mesmo modo em determinadas situações²⁴, o *habitus* possui uma construção histórica no interior das ciências sociais. Segundo Wacquant (2005) o termo *habitus* tem origem na noção aristotélica de hexis, elaborado na sua doutrina sobre virtude, e no decorrer da evolução do pensamento de autores como Weber, Elias, Durkheim entre outros que se utilizaram de tal conceito com diferentes abordagens. Pierre Bourdieu de acordo com Dubar (1997) utilizou o termo *habitus*, originário de Durkheim, que preconizava existir no ator social “uma disposição geral do espírito e da vontade que possibilita uma visão das coisas numa determinada perspectiva” (DUBAR, 1997, p.66); disposição esta incorporada pelo indivíduo que lhe orientaria em sua vida.

A principal modificação do conceito de *habitus* de Durkheim para o de Bourdieu era que a deste possui uma natureza dialética, que considera as relações entre o agente e a estrutura social, compreendendo suas interrelações no aparecimento de “princípios geradores de práticas distintas e distintivas(...)” (BOURDIEU, 1994, p.22). Segundo Marchi Jr (2001) outra distinção do termo hábito, é que o “*habitus* é algo adquirido e encarnado no corpo de forma durável e com o contorno de disposições permanentes” (MARCHI JR., p.42), e o hábito é mecânico, meramente reprodutivo.

Portanto o conceito de *habitus* sistematizado por Bourdieu (2005) surge da necessidade de compreensão dos fenômenos que lhes era percebido de acordo com suas incursões empíricas; apreender as relações entre os agentes e as estruturas, e os condicionantes sociais. Bourdieu (2005) define “*habitus*” como um sistema de disposições, que atuam no cotidiano como esquemas de pensamento percepção e avaliação ou julgamento. Ou ainda “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983, p.65).

²⁴ Michaelis: dicionário escolar da língua portuguesa – São Paulo: Editora Melhoramentos, 2002.

Assim o *habitus* pode ser entendido como “um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, e é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (BOURDIEU, 1983, p. 94)

Dessa maneira podemos entender, o *habitus* segundo Bourdieu (1983) como uma segunda natureza do agente que determina e direciona as ações do indivíduo no interior da sociedade, que traz implícita nestas ações a interiorização da exterioridade, e a exteriorização da interioridade. Em outras palavras essa segunda natureza é a “essência” do indivíduo influenciado pelo meio externo, que é exteriorizada durante a ação com fins, objetivos específicos a serem atingidos, mesmo que estes indivíduos muitas vezes atuem de forma inconsciente. Exemplificando nas palavras do sociólogo francês,

“*habitus* são sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 2003, p.53)

Na medida em que fica claro que o *habitus* é um sistema de disposições estruturado, que funcionam como estruturas estruturantes, segundo Marchi Jr (2001) estes podem ser individual e social. Individual na medida em que cada um dos indivíduos possui sua história, trajetória, e internaliza formas singulares de esquemas que irão predispor e influenciar as ações, como também pode ser um *habitus* social, em que todo um grupo é submetido a certos condicionamentos sociais, de acordo com seus posicionamentos no interior das estruturas postas na sociedade.

Dessa forma em nosso trabalho entendermos quais são os *habitus* dos agentes e compreender como eles o interiorizaram, nos possibilita o entendimento de sua concepção de esporte, e como visualizam esses projetos. Por conseguinte diagnosticarmos quais são as intencionalidades existentes em cada um deles, quais são os objetivos dos agentes, e como o *habitus* dos gestores (com maior capital acumulado) estará influenciando na oferta dos projetos da SME, e nas relações

estabelecidas no interior do campo entre os demais agentes também foram conceitos importantes na discussão dos resultados obtidos.

O *habitus* para Bourdieu é entendido como a forma de agir do indivíduo de acordo com suas experiências passadas, seu capital acumulado, e o seu posicionamento no interior do campo. Ou seja, as noções de campo e capital são importantes nas escolhas individuais e nas posições ocupadas por estes e que determinarão a prática de determinado esporte, vestir-se com determinada roupa, ter seus hábitos alimentares, seus posicionamentos políticos. Por essa razão “Bourdieu estabelece a teoria reflexiva considerando o ator social em função das relações objetivas que regem a estruturação da sociedade, ou seja, uma relação dialética entre situação e habitus” (MARCHI JR., 2001, p.44).

O campo segundo Bourdieu (1983) é o espaço social delimitado e ocupado pelos agentes, pelas instituições e pelas estruturas que compõem determinada atividade. No interior desse campo são travadas lutas, disputas concorrenciais, interações, que são estabelecidas em função do papel ou posição ocupada pelo indivíduo. Esta posição é marcada pelo potencial de poder de cada indivíduo, indicada pelo seu capital social, econômico ou cultural. Por meio dessas relações de poder cada agente possui habitus e interesses específicos, que estão em jogo no interior do campo.

Ainda, um campo pode ser definido como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Ou ainda é “o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores, em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (ORTIZ, 1994, p.19).

Ao estabelecermos o conceito de campo cabe ressaltar que Pierre Bourdieu o desenvolveu através de estudos empíricos e incessante incursão a realidade social. Seus mais diversos trabalhos, em diversas esferas sociais (literatura, alta costura, política) lhe garantiram o desenvolvimento de um conceito utilizável aos mais diferentes campos existentes na sociedade. Isso explicado pelo fato que Bourdieu diagnosticou regularidades sociais as quais chamou de “normas de funcionamento invariantes” (BOURDIEU, 1983). Essas semelhanças nos permitem utilizar os instrumentos de Bourdieu para análise de qualquer campo nas ciências sociais, já que a teoria geral agrega o entendimento das leis específicas dos campos. O que

diferencia um campo de outro, e lhes garantem a especificidade, são os diferentes objetos de disputa e os capitais acumulados pelos agentes no interior de cada um destes.

Como esclarecido anteriormente o campo é o local onde são travadas disputas e interações por interesses específicos, mas cabe ressaltar que estas são desenroladas de formas desiguais entre agentes que possuem acumulados diferentes capitais. Em outras palavras cada agente vai para o “jogo” com suas armas, em busca de melhores condições e delimitação de um melhor posicionamento no campo; quanto mais armado estiver um agente (com mais capitais acumulados) maiores são as possibilidades de êxito em relação aos outros agentes desarmados (com poucos capitais). Para Bourdieu (1983) é um campo de lutas pelo poder, entre agentes com diferentes potenciais de poder; um espaço de jogo, tendo em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (econômico, cultural, social, simbólico) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, afrontam-se em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças.

Entendido quais os elementos que influenciam as disputas no campo cabe aprofundarmos o conceito de capital, que é fundamental para o entendimento das relações estabelecidas no interior dos campos, e que serão importantes para o entendimento das relações existentes entre os agentes no interior do campo dos projetos esportivos da SME.

O capital de um agente é a quantidade de capital que este possui no interior do campo, e que lhe utilizará nas mais diversas relações estabelecidas. Quanto mais capitais acumulados possuir um agente, maior será seu potencial de poder; genericamente definido como um recurso. Segundo Bourdieu (1994) essa diferença entre a quantidade de capitais que cada agente possui faz com que existam diferentes quantos de poder, o que resulta na divisão entre aqueles que possuem mais poder, e que visam conservar a ordem do jogo e da distribuição de capital. E aqueles que pouco ou nenhum capital detém, e que buscam nas lutas travadas no interior do campo a modificação da ordem estabelecida, visando melhorar sua significação e posicionamento no interior deste.

Cabe ressaltar que para Bourdieu não apenas o capital econômico é considerado, mas outros capitais específicos, e que podem se diferenciar em importância dependendo dos objetos de disputa de cada campo, e por vezes um

acúmulo de determinado capital em um campo, pode não garantir um posicionamento privilegiado em outro campo. Podemos citar como exemplo o conhecimento específico de um técnico desportivo, com muitos títulos conquistados, e experiência internacional, que no campo esportivo significará maior capital acumulado em relação a outro profissional com menos capital. Mas esse capital acumulado por este técnico no campo esportivo irá lhe garantir um posicionamento privilegiado neste campo, e não necessariamente ele irá ocupar posição de destaque em um campo onde o objeto de disputa não esteja ligado à área esportiva. Exemplificando, no campo econômico estes capitais podem não garantir a mesma posição de destaque que possui no campo esportivo. Ou seja, para Bourdieu cada campo possui capitais específicos que orientaram a posição dos agentes em seu interior; ainda estes capitais específicos podem ser conceituados como o “capital que vale em relação a um certo campo (...) dentro dos limites do campo” (BOURDIEU, 1983, p.90). Assim o capital específico do técnico desportivo citado acima “só é convertível em outras espécies de capital sob certas condições²⁵”, podendo também não ser possível essa transferência.

Destarte para Bourdieu (1983) o capital define-se como a capacidade de acumulação de capitais dos agentes; é a capacidade de acumulação de capital destes que define o campo. Também é necessário esclarecer que esse capital não necessariamente é material, ou econômico, ele pode ser constituído de bens simbólicos. Entre as proposições de capital que fez Pierre Bourdieu recebeu substancial destaque o capital social, cultural, econômico e simbólico, que para o sociólogo, são os que mais exerciam influência nas relações internas ao campo.

O capital social pode ser definido como a quantidade de recursos que os agentes possuem para manter relações duráveis com outros agentes; poderíamos fazer uma analogia ao conceito contemporâneo *network*, uma rede sólida de relações com outros agentes que lhe garantam inserção e posicionamento privilegiado no campo.

"O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...) mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1983 p. 67)".

²⁵ Idem

Já o capital econômico é análogo ao capital proposto por Marx, por ser representado pelos bens materiais, e quantidade de pecúnia acumulado pelo agente. Este capital é conservado pelo agente independente do campo ao que estiver inserido; segundo Bourdieu (2004) o que se altera é a importância, e a efetividade dada a este capital em diferentes campos.

O entendimento de capital cultural para Bourdieu faz referência a quantidade de bens culturais. Entre estes bens podemos citar a escolaridade, um título de pós-graduação, diversos certificados, o conhecimento adquirido através da leitura de livros, as formas de agir de acordo com as influências recebidas por uma educação presente dos pais. Outro fator que deve ser relevado quando falamos de bens culturais é que muitas vezes não se apresentam como riqueza material, e sim sua valorização é simbólica. Como exemplo podemos citar a valorização acadêmica de um professor com título de doutor, para outro docente que não possua esta titulação. Mesmo ambos podendo desenvolver satisfatoriamente a docência em uma universidade, aquele com maior titulação terá maior capital cultural para conseguir a vaga em uma possível entrevista de emprego, ou concurso público.

Essa noção de capital cultural foi construída por Bourdieu (1998) para que este pudesse compreender as desigualdades existentes e surge da necessidade de se compreender as desigualdades de desempenhos escolares entre os indivíduos que eram oriundos dos mais diferentes grupos sociais. Mesmo identificando o fator econômico como uma das variantes no desempenho escolar, não considera a única variável a ser considerada; pelo contrário a sociologia de Pierre Bourdieu diminui o peso do fator econômico em relação ao fator cultural, na explicação das desigualdades escolares.

Ainda Bourdieu (1998) entende que o capital cultural pode existir sob três formas: capital incorporado, o capital objetivado, e em seu estado institucionalizado.

No estado incorporado, o capital cultural apresenta-se como disposições duradouras nos agentes, como os gostos, o domínio da língua da forma culta, valores trazidos da educação dos pais, e maiores informações sobre o mundo escolar. A acumulação desta forma de capital cultural segundo Bourdieu (1998) demanda que sua incorporação seja feita mediante um trabalho de inculcação e assimilação. Este trabalho é moroso, longo e exige que seja realizado diretamente pelo agente.

O capital cultural no seu estado incorporado pode também ser entendido como uma herança familiar, ou seja, quanto maiores as oportunidades de acesso a estes bens maiores são as chances de serem perpetuados a posição destes agentes, facilitando o domínio da língua culta, e conseqüentemente dos conteúdos escolares e que pode ser materializado como uma ponte da família com o mundo da escola.

No estado objetivado, o capital cultural existe sob a forma de bens culturais, tais como esculturas, pinturas, livros, etc. Para possuir os bens econômicos na sua materialidade é necessário ter simplesmente capital econômico, o que se evidencia na compra de livros, por exemplo. Todavia, para apropriar-se simbolicamente destes bens é necessário possuir os instrumentos desta apropriação e os códigos necessários para decifrá-los, ou seja, é necessário possuir capital cultural no estado incorporado. Para ficar mais fácil o entendimento um exemplo prático seria uma pessoa analfabeta possuir o capital econômico para a compra do livro, mas não incorporará o capital cultural, pois não possui a leitura como um dos instrumentos para esta apropriação. No estado institucionalizado, o capital cultural materializa-se por meio dos diplomas escolares.

O capital simbólico “é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento” (BOURDIEU, 2004 p. 166). Este capital é atrelado ao agente que pelo acúmulo dos mais diversos bens (cultural, econômico, social) adquiriu um status, um posicionamento, o reconhecimento e poder sobre os demais agentes. Um exemplo claro é o reconhecimento dado a um profissional de educação que realiza um trabalho diferenciado em uma escola. Ele pode receber o mesmo salário, ter a mesma formação acadêmica dos demais professores, mas por possuir um reconhecimento social, um destaque na comunidade, lhe garante um poder simbólico, e a ele confere muitas vezes o poder de direcionamento de ações no interior do campo.

Para Bourdieu (1983) para que o agente esteja inserido, e não apenas participe como espectador, mas esteja ativo e entenda o jogo, é de fundamental importância à compreensão dos capitais nas relações no interior do campo. Com esta compreensão dos conceitos de capital podemos nos atrever a supor as relações existentes no interior e na exterioridade (através das ações) dos projetos esportivos da SME. Podemos utilizando os preceitos bourdianos afirmar que essas

relações ocorrem no interior de um campo específico, o campo esportivo (ou mais especificamente o subcampo do esporte escolar), onde os agentes envolvidos possuem capitais específicos que orientam seus habitus, influenciando na oferta e na demanda dos projetos, e que constroem a dinâmica das ações, em relações complexas e não lineares²⁶. E essa relação dialética entre a situação e o habitus, considerando o ator social, foram premissas utilizadas para a elaboração da teoria dos campos, e que Bourdieu levou em consideração para criar instrumentos de análise social.

Estes instrumentos possibilitaram uma análise mais aprofundada do campo, mais especificamente para a análise dos projetos esportivos da SME, que fazem parte do campo esportivo da cidade de Curitiba. E correlacionando os conceitos apresentados até aqui podemos fazer uma aproximação da teoria dos campos com o esporte quando entendemos que no interior deste lócus existem agentes que se inserem no campo através da aquisição de capitais específicos, e que apresentam um habitus que lhe garantem a inserção no campo esportivo.

O campo esportivo que para Bourdieu surge das práticas corporais dos estudantes das *public schools* (escolas públicas inglesas destinadas à burguesia) que durante o século XVII se apropriaram de jogos populares, lhes atribuindo diferentes significados e funções. Segundo Bourdieu (1983) a atribuição e a normatização de regras, as relações entre os agentes com habitus, nesse caso habitus esportivo, semelhantes, garantem a consolidação e o funcionamento do campo de forma autônoma.

Podemos visualizar essas características quando Marchi Jr (2001) afirma que para Bourdieu:

As manifestações que compõem o fenômeno esportivo ocupam um espaço de práticas sociais chamado de campo, no qual se atribuem posições compatíveis com o capital social, econômico ou cultural de cada componente. No interior desse espaço, existem formas de disputas, lutas e concorrência na busca pela hegemonia de determinadas práticas, além da distinção social das pessoas envolvidas, conforme seu potencial de poder simbólico. (MARCHI, JR., 2001, p.128)

Especificamente o esporte para Bourdieu (2004) caracteriza-se como uma representação sociocultural, introjetada na formação da sociedade, que respeita os

²⁶ A divisão dos conceitos da teoria dos campos de Pierre Bourdieu foram estabelecidas para facilitar didaticamente sua compreensão, mas é preciso deixar claro que esta divisão não existe e que as relações no interior dos mais diversos campos acontecem simultaneamente envolvendo todos os aspectos citados até aqui.

contornos da lógica mercantil estabelecida no universo das relações humanas. Essa definição apresenta o potencial que o esporte oferece como uma representação da sociedade, e que é ofertado para esta de acordo com a lógica de mercado. Pode parecer contraditório quando falamos em lógica de mercado, já que citamos anteriormente que a teoria dos campos de Pierre Bourdieu não é economicista²⁷, mas cabe esclarecer que a lógica citada pela teoria reflexiva é a dinâmica da relação entre a oferta e a demanda por determinadas práticas culturais. Ou seja, de acordo com as demandas apresentadas pela sociedade, é feita a oferta do esporte de acordo com o potencial de consumo dos agentes, que como já citamos anteriormente ocupam o interior dos campos, com distintos potenciais, posições e capitais.

Assim o fenômeno esportivo é compreendido por Bourdieu (2004) como um conjunto de práticas e de consumos esportivos, oferecidos a agentes sociais por instituições para suprir uma demanda apresentada pela sociedade; e assim constituindo-se como um campo, de acordo com a teoria dos campos, o esporte passa a ter autonomia, história e funcionamento próprio. Nessa lógica além dos agentes, fazem parte as instituições, e a SME pode ser citada como uma das instituições que oferta o esporte no interior do campo esportivo.

Para Bourdieu (1993) essas instituições que existem no interior do campo esportivo ofertam práticas e ações na esfera esportiva tentando atender as expectativas apresentadas através das demandas, e buscando viabilizar os interesses e valores que as pessoas, os agentes, esperam dessa oferta. Dessa forma cria-se uma rede de práticas e ações esportivas, formadas como resultado dos ajustes permanentes que se realizam dentro do então constituído campo esportivo. Analisando as ações da SME através dos projetos esportivos ofertados dentro da escola, a utilização destes conceitos se caracterizará como um instrumento para observarmos como é feita a oferta, de que modo realiza-se a escolha das modalidades e porque estas são oferecidas no interior da escola.

Pelas possibilidades de utilização dos conceitos de Pierre Bourdieu citados até aqui acreditamos que a teoria reflexiva nos auxiliou de maneira substancial na pesquisa empírica. Se esta teoria reflexiva objetiva revelar os fundamentos ocultos de dominação, nas relações entre os agentes no interior dos campos, em nossa

²⁷ Economicismo é a teoria que explica todas relações sociais através das relações econômicas. A mais conhecida destas teorias é o marxismo.

pesquisa também buscamos revelar quais os objetivos e funções dos programas esportivos da SME, que não se apresentavam de maneira explícita (poderíamos dizer que ainda estão ocultas), e que podemos constatar em alguns momentos nas entrevistas que realizamos com os agentes envolvidos neste subcampo formado no interior do campo esportivo.

E por estes projetos se constituírem em ações do poder público, devemos pensar o papel do Estado na oferta e demanda esportiva. Dessa forma acreditamos ser interessante estabelecer essa discussão. Assim esta abordagem será feita no próximo tópico.

1.2 PAPEL DO ESTADO NA OFERTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE: COMO, ONDE, QUANDO E POR QUÊ?

“É dever do Estado fomentar práticas esportivas formais ou não formais, como direito de cada um²⁸” (BRASIL, 1988, art. 217). Dentro desse direcionamento podemos visualizar o Estado como o responsável legal pela oferta de práticas esportivas de acordo com as demandas da sociedade. Esse caráter de prestador de serviços fica claro na definição de Estado Moderno trazida por Bobbio (2007) que o define “mediante dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover à prestação de serviços públicos” (BOBBIO, 2007, p.69). Em relação à prestação do serviço público, como função inerente ao Estado, a máquina administrativa deve dar conta de prover aos cidadãos e ofertar seus direitos que são previstos de acordo com as leis e normas que regem as ações do poder público.

²⁸ Art. 217 - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º. - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º. - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º. - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Desta forma a promoção e a prestação de serviços públicos estão contemplados em nossa Constituição como direitos sociais dos cidadãos brasileiros. Entre esses direitos podemos elencar o direito à saúde, o direito à educação, o direito à moradia, e como citamos no início deste tópico o direito ao esporte. Assim o aparato administrativo citado por Bobbio (2007) e que também podemos entender como um aparato político-administrativo, regido por leis específicas, devem dar conta de prover aos cidadãos, de acordo com a CF a oferta da prática esportiva a todos²⁹ como um direito constitucional.

Mas nem sempre o esporte foi considerado como um direito social. A oferta esportiva só figurou entre os direitos sociais a partir da promulgação da CF, e da abertura democrática. Devemos esclarecer que isto não significa que só a partir deste momento o esporte foi ofertado pelo Estado. Com a publicação do art. 217 o esporte foi incluído na CF, mas este fenômeno social já estava legitimado na história brasileira havia algum tempo. O objetivo deste estudo não é fazer um levantamento da oferta esportiva no Brasil, mas julgamos válida uma breve apresentação do contexto histórico de nosso país e a sua relação com o fenômeno esportivo; e também como ocorreu a inserção do esporte no aparato administrativo brasileiro e na sociedade³⁰.

Nesse direcionamento podemos apontar no governo Vargas intervenções, principalmente a partir do Estado Novo de 1937, como as primeiras relações sistematizadas entre o Estado e o esporte (MEZZADRI, 2000). Foi criada na época a Divisão de Educação Física, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, que posteriormente seria o Ministério da Educação e Cultura. Nesse momento não havia qualquer legislação que regulamentasse o esporte. Dessa forma foram realizados estudos para que fosse criado algum aparato jurídico que viesse a proporcionar um aspecto legal ao esporte no Brasil. Especificamente isto ocorreu em 1941 com o Decreto-lei 3.199, que como afirma Mezzadri (2000) além de regulamentar a prática esportiva e criar o Conselho Nacional de Desportos (CND), definiu o papel do Estado em relação às práticas esportivas, e como este faria sua administração.

²⁹ O estado deve desenvolver estratégias para que todas as demandas sejam atendidas. Assim quando citamos todos, as ações devem contemplar as crianças, os adolescentes, adultos, idosos, mulheres, deficientes, povos indígenas, ou seja, deve ofertar o esporte a todos os cidadãos brasileiros.

³⁰ Quando falamos em um processo que ocasionou o aumento da inserção do esporte na sociedade é preciso esclarecer que este já estava inserido anteriormente a CF de 1988, e a respectiva promulgação do artigo 217. O que acontece na verdade com a publicação deste aparato legal que ampara o esporte é que a partir deste momento políticas públicas deveriam democratizar e fomentar a prática esportiva no país.

É importante enfatizar que o CND foi o órgão normatizador do esporte brasileiro, e garantiu ao Estado o controle das instituições esportivas, entre elas clubes e federações, centralizando o controle da oferta do esporte no Brasil. Isso fica claro na análise que Álvaro Melo Filho (1995, p.26) faz dessa legislação:

Como a primeira lei orgânica (...) cuidou dos mais variados aspectos, traçando o plano de sua estruturação, regulamentando as competições desportivas, adotando medidas de proteção, consagrando o princípio de que associações desportivas exerciam atividades de caráter cívico, dispondo sobre a adoção de regras internacionais, proibindo o emprego de capitais com o objetivo de auferir de lucros, impondo a obrigatoriedade da atenção dos desportos amadores às associações que mantivessem o profissionalismo(...)

Também Mezzadri (2000, p. 30) exemplifica as intencionalidades e efeitos deste decreto:

Cabe destacar que as ações políticas representavam a centralização das relações entre a sociedade, os indivíduos e o Estado. A regulamentação da burocracia, por parte do governo, delimitou as áreas de participação da sociedade, atingindo diretamente a vida cotidiana dos indivíduos.

Assim podemos perceber o poder centralizador que este decreto pretendia: “o controle por parte do Estado da regulamentação das práticas e das associações e clubes esportivos, e a tentativa de criar uma identidade nacional” (CANAN, 2008, p 45).

Durante algumas décadas poucas foram as alterações ocorridas no cenário esportivo, e que não citaremos aqui, pois não é foco deste trabalho a imersão histórica. Mas devemos destacar algumas alterações importantes ocorridas com o início da ditadura militar, na proposição de uma nova legislatura para o esporte brasileiro.

Na esfera institucional apenas em 1970 a Divisão de Educação Física foi transformada no Departamento de Educação Física e Desportos, ainda vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Segundo Mezzadri (2000) foi promulgada em 1975 a Lei 6251 que ampliou a abrangência das ações do CND, lhe concedendo total autonomia de suas ações no âmbito esportivo através da instituição da “Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto”, culminando com a criação de laboratórios de pesquisa e exercícios.

Segundo Canan (2008) esta lei atribuía os poderes do CND e instituíu o conceito de esporte, a forma de financiamento, o incentivo à iniciativa privada, e também a:

“adoção de objetivos da citada Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto, que, como visto, abrangia, mesmo que de forma embrionária e desconexa, além da idéia de uma possível massificação do esporte e da seleção dos melhores talentos, para montagem de seleções (pirâmide esportiva), manifestações de esporte como atividade de lazer e de educação” (CANAN, 2008, p.47).

Segundo Pieranti (2007) aconteceram nesse período intervenções governamentais em várias instituições esportivas, como “o afastamento, engendrado pelo Presidente da República Ernesto Geisel, do Presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD, atual Confederação Brasileira de Futebol) João Havelange, substituído pelo coronel Heleno Nunes, membro, à época, do Diretório Nacional da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)³¹, partido governista” (ALVES E PIERANTI, 2007 p. 11-12), o que de fato exemplifica o poder que a CND possuía no âmbito esportivo, e como se utilizava dele para atingir os objetivos citados acima e presentes na Lei 6251/75. Logo após a promulgação da lei de 1975, o Decreto-lei 80228 de 1977 foi publicado e instituíu as Confederações Nacionais. Estas tinham a função de organizar administrativa e estruturalmente as modalidades esportivas no Brasil. Mesmo sendo instituições de caráter privado segundo Canan (2008) as confederações estavam subordinadas as condições estabelecidas pelo setor público, ou seja, deveriam organizar as modalidades, mas de acordo com o regime estabelecido pelo CND.

Historicamente a modificação na legislação brasileira esportiva, e de outros direitos sociais, aconteceu com o movimento que ansiava pela democracia. E foi assim com a abertura democrática e com a promulgação da CF 88 que o esporte foi regulamentado como um direito social constituído através de um artigo específico: o artigo 217. Esta “legalidade” foi um dos motivos que provocou segundo Alves e Pieranti (2007) a criação do Ministério Extraordinário do Esporte, em 1995, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa medida separava a pasta do esporte das funções atribuídas anteriormente ao Ministério de Educação (MEC).

³¹ A ARENA ou Aliança Renovadora Nacional era um partido político na época da ditadura; era a ARENA que dava a base política aos militares no Congresso Nacional. Foi destituída em 1987 por decreto do presidente José Sarney, por considerá-la uma afronte à abertura democrática no país.

Posteriormente foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, que substituiu o ministério extraordinário, e que ficou com a responsabilidade das ações nestas duas esferas até 2002. E no ano seguinte “pela primeira vez na história desse país” foi criado o Ministério do Esporte, no governo do então e atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Logicamente o processo da legalização do esporte teve outros desencadeamentos importantes na história política do Brasil. Podemos citar outras leis propostas pelo Poder Legislativo e que também contribuíram para a regulamentação do esporte, justificando a importância atual dessa manifestação cultural.

São estas: a Lei 8672, de 1993, chamada de Lei Zico, que instituiu normas gerais sobre o esporte brasileiro, reafirmando as formas de manifestação esportiva em esporte de alto rendimento, esporte educacional e esporte participação. Também esclareceu que (...) “ao Estado, cabia o dever de ofertar o esporte em suas manifestações de participação e educação, além de incentivar o esporte-performance” (CANAN, 2008, p.40). Como também abriu espaço para que a legislação discutisse a relação entre atletas e clubes.

Em 1998, a Lei 9615, conhecida como Lei Pelé, complementou e atualizou temas como estruturação e financiamento esportivo, regulamentação do esporte profissional e trouxe novamente à tona o debate sobre a relação entre clubes e jogadores, determinando a extinção do passe³² dos atletas.

Analisando o que preza o artigo 217 analisando as concepções do esporte e formas de oferta no Brasil, encontramos aqui uma contradição: ambas as leis que tinham por objetivo regulamentar o esporte no país, priorizando a oferta do esporte educacional e de participação, na verdade regulamentarão o esporte de alto rendimento, que segundo a constituição deve ser “apenas” incentivado por parte do Estado. Tais afirmações são corroboradas com a dissertação de Pimentel (2007) que verificou as concepções de esporte predominante nas legislações esportivas federais brasileiras, desde o Decreto – lei nº 3199 de 1941 durante o governo de Getúlio Vargas até a Lei Pelé, a (Lei nº 9615 de 1998) aprovada durante o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Em nossa concepção esta

³² Esta expressão refere-se ao vínculo que o atleta, mais comumente usado no meio futebolístico, tinha com o clube onde desenvolvia suas atividades profissionais. Essa modificação em sua teoria visava possibilitar maior autonomia aos atletas que não precisariam ficar vinculados ao clube onde trabalhavam por pertencerem a esta agremiação; seu vínculo estaria condicionado ao tempo de contrato apenas.

manifestação esportiva deveria ser apoiada pelo poder público, criando mecanismos de incentivos³³ para que a iniciativa privada financiasse o esporte de alto rendimento.

No próximo tópico iremos aprofundar os conceitos e manifestações do esporte e como estas vêm afetando e sendo utilizadas pelas políticas públicas no país. Com relação ao que discutimos até aqui, consideramos importante para nosso objeto de estudo essa breve imersão histórica, que nos auxiliará no entendimento dos projetos ofertados pela SME da cidade de Curitiba, e na percepção de como estes podem ter sido influenciados pela construção histórica da oferta esportiva em nosso país.

1.2.1 Políticas públicas e a concepção do esporte

Quando pensamos em políticas públicas visualizamos ações desenvolvidas pelo Estado para atender aos mais diferentes direitos dos cidadãos. Dessa forma as políticas públicas segundo Carvalho (2002) devem ser construções participativas de uma coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem a sociedade humana. Estas ações extrapolam a dimensão do estado e referem-se a todos os espaços e formas de organização social que buscam meios de concretização dos direitos humanos. Assim, podemos perceber a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de garantir o acesso de todos aos direitos sociais e formular uma política pública que expresse os interesses e as necessidades de todos os envolvidos (CARVALHO, 2002).

Destarte as políticas públicas devem vir ao encontro das necessidades da população como o direito à saúde, educação, moradia entre outros; e segundo Linhares (2001) é o Estado o promotor legítimo dos direitos sociais.

Como vimos anteriormente a partir da CF 88 o esporte também é considerado um direito social, portanto deve ser ofertado a todos³⁴. Para isso políticas e ações

³³ Atualmente nesse direcionamento existe a leis que oferecem incentivos fiscais e tributários para empresas e pessoas físicas que patrocinarem atletas de alto rendimento. Neste sentido podemos citar a Lei de Incentivo ao Esporte do Governo Federal, que oferece vantagens tributárias a empresas que promovem equipes e atletas de alto rendimento. Mas mesmo com ações desta natureza percebemos que muitas vezes o poder público intervêm e financia o esporte de rendimento no Brasil mesmo não sendo, de acordo o art. 217, o foco principal das políticas públicas para o desenvolvimento do esporte.

por parte do Estado devem ser executadas visando cumprir o que estabelece o art.217 da CF 88. E mesmo essa oferta atualmente resumindo-se a um único artigo, regulamentado pelas Leis Zico e Pelé, prevê normatizações importantes para o desenvolvimento do esporte no Brasil, onde declara o fomento à prática esportiva como um dever do estado, além de declará-la um direito individual, e um fenômeno importante para a sociedade brasileira.

O art. 217 discorre de temas como autonomia das entidades esportivas³⁵, a diferenciação do tratamento entre o esporte profissional e o não-profissional³⁶, a proteção e o incentivo aos esportes de criação nacional³⁷, a exclusividade e a importância da justiça desportiva³⁸, conceitos e manifestações do esporte e possibilidades de sua oferta, e ainda a destinação de recursos para fomento das políticas públicas. Entre estes iremos nos ater na discussão da conceituação do esporte presente na legislação e que podem orientar as políticas voltadas à esfera esportiva.

É necessário enfatizar que não iremos nos aprofundar nos conceitos de esporte historicamente construídos e presentes nas legislações anteriores³⁹, mas na abordagem da concepção atual presente no art. 217, bem como outras construções teóricas para uma melhor compreensão do esporte que é desenvolvido nos projetos da SME.

E como a atual legislação esportiva brasileira entende o esporte? De acordo com estes conceitos como este pode ser ofertado? No artigo 217 são apresentadas três formas de divisão da prática esportiva, e que orientam a oferta do esporte no país segundo a Constituição. São elas: a) o esporte educacional; b) o esporte

³⁴ É importante frisar que quando citamos “a todos” não estamos fazendo alusão ao movimento “Esporte para todos” que surgiu na Europa na década de 60 e que foi amplamente divulgado no Brasil na década de 80. Esta forma de pensar o esporte visa a massificação esportiva, e na nossa concepção as políticas públicas em relação ao esporte devem democratizar o acesso ao esporte e não ofertá-lo com fins de massificação da prática.

³⁵ A autonomia das entidades esportivas vem ao encontro ao novo momento político que o país atravessava na época, a abertura democrática. Para NUZMAN (2000) “foi de extrema importância no sentido de disponibilizar maior independência às entidades em questão na realização de seus atos, sendo extremamente vantajoso para a promoção do Esporte em nível nacional”.

³⁶ Quando o artigo trata do profissionalismo refere-se ao caráter de quem o pratica e não da modalidade esportiva especificamente.

³⁷ Essa preocupação visa garantir a identidade nacional de práticas “criadas” no país, e concebe o esporte como uma manifestação cultural.

³⁸ A instância jurídica para o esporte é mais um avanço com a publicação deste artigo na Constituição Federal, já que reconhece como um dos temas jurídicos a serem considerados, ou seja, incluído como uma das formas de direito de nosso país.

³⁹ Em sua dissertação de mestrado PIMENTEL (2007) apresenta as diferentes concepções de esporte presentes na Legislação Brasileira de 1941 – 2002, onde fica clara as alterações do conceito de esporte presentes de acordo com determinados períodos históricos.

participação, como forma de prática de lazer de acordo com o terceiro parágrafo do art. 217; c) esporte de alto rendimento.

Segundo Pimentel (2007) o esporte de alto rendimento é aquele destinado a formação de atletas, financiamento esportivo para manutenção de equipes competitivas, com “fins específicos” para o desenvolvimento do esporte visando resultados positivos em competições. Atualmente os programas federais⁴⁰ que visam ofertar e fomentar o esporte de alto rendimento são: a Lei de Incentivo ao Esporte, Bolsa Atleta, Olimpíadas Universitárias, Olimpíadas Escolares, Descoberta do Talento Esportivo, Jogos da Juventude, Jogos desportivos dos países de Língua Portuguesa e a Rede Cenesp.

O conceito de esporte participação, presente na Constituição e exemplificado no portal do Ministério do Esporte (BRASIL, 2009), é uma faceta que visa garantir através de políticas públicas, a oferta do esporte como uma prática de lazer aos cidadãos sejam eles adultos, crianças, jovens, idosos, povos indígenas, deficientes físicos. Os programas federais atualmente são: Esporte e Lazer na Cidade, os Jogos dos Povos Indígenas, o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, e a Rede Cedes⁴¹.

O esporte educacional é o conceito que recebe maior atenção na formulação do art.217, dando inclusive prioridade a sua oferta em relação às duas outras formas de concepção citadas até aqui. Na publicação feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 1996, por iniciativa do Instituto de Desenvolvimento do Esporte (INDESP)⁴² são apresentados os princípios do esporte educacional. São eles: totalidade no desenvolvimento da auto estima, superação, auto confiança; a co-educação onde no processo o aluno e o professor serão atores fundamentais no aprendizado; a emancipação onde o sujeito buscará independência e autonomia na prática esportiva; a participação onde todos são

⁴⁰ Os programas do Governo Federal que citaremos neste tópico cabe como ilustração, e não temos o objetivo de aprofundá-los. Para quem interessar conhecer melhor os programas do governo federal as informações podem ser obtidas no <http://portal.esporte.gov.br/>.

⁴¹ Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer. A Universidade Federal do Paraná a qual o programa de pós-graduação em Educação Física está submetido possui um núcleo de estudos da Rede Cedes que tem como objetivo promover um “avanço significativo no campo da gestão pública, na medida em que induz a produção e a disseminação desse conhecimento em direção aos estados e municípios, alimentando dinamicamente os processos decisórios no campo da gestão de políticas públicas do esporte recreativo e do lazer” (...) e ainda “promover o debate e a articulação desses conhecimentos, de modo a romper com ações fragmentadas e dispersas presentes nos sistemas de gestão das políticas públicas de esporte e lazer” (http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/apresentacao.jsp, no link Rede Cedes).

⁴² Autarquia federal vinculado ao Ministério da Educação, em 1996, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que regulava as ações no campo esportivo federal. Inclusive a nomenclatura do Ministério da Educação passou a ser veiculado como Ministério da Educação e do Desporto na época.

capazes e devem interagir; a cooperação no sentido de unir esforços para objetivos comuns; e o regionalismo respeitando as heranças culturais e práticas da região.

Além dessa divisão proposta no art.217 Wanderley Marchi Jr (2007) propõe outras categorias, onde apresenta o esporte sob outras seis possibilidades de manifestações. Estas segundo o autor “são apresentadas separadamente para fins didáticos, não desconsiderando a perspectiva de interatividade entre as mesmas” (MARCHI JR. 2007 p 132).

Para Marchi Jr. (2004) o esporte define-se como “uma atividade física em constante desenvolvimento, construída e determinada conforme uma perspectiva sociocultural, e em franco processo de profissionalização, mercantilização e espetacularização” (MARCHI JR., 2004, p.24)

A partir dessa definição Marchi Jr. (2007) didaticamente nos apresenta o esporte sob seis manifestações. São elas: a) esporte escolar; b) esporte lazer; c) esporte qualidade de vida/saúde; d) esporte reabilitador; e) esporte rendimento/performance; f) esporte profissional; para cada uma delas o autor traça uma interpretação. A primeira faceta que nos apresenta é a manifestação do esporte escolar, que para Marchi Jr (2007) é desenvolvida com finalidade educativa e realizada no ambiente institucional, no ambiente formal da escola.

A manifestação do esporte lazer se caracteriza pela não formalidade da prática e dos espaços utilizados, com

regras que podem ser adaptadas, criadas, subvertidas, assim como os espaços podem seguir essa mesma lógica que, fundamentalmente, está pautada na condição de divertimento, de prazer de quem pratica, e não necessariamente na suposta rigidez estabelecida pela formalização de instituições e práticas (MARCHI JR, 2007, p. 136).

Para a manifestação de esporte saúde o autor enfatiza o “slogan da contemporaneidade” com a prática esportiva representando melhorias na qualidade de vida. O esporte pode sim ser fator positivo na melhora das condições mínimas de saúde do cidadão, mas como lembra Marchi Jr (2007) também existe o outro lado da moeda, se pensamos na prática do esporte de rendimento, que é o responsável por diversas lesões aos atletas.

O esporte reabilitador são aqueles praticados por indicações médicas em decorrências de traumas ou doenças, o que justifica a seleção de modalidades esportivas específicas que atendam as necessidades prescritas.

O esporte performance ou rendimento depende do objetivo e a intensidade, de acordo com os espaços onde é desenvolvido. “Em outras palavras (...) no esporte rendimento/performance (...)

“estão presentes em todas as manifestações, o que as diferencia são os níveis exigidos na maioria das vezes em condições de competitividade institucionalizada, falamos das competições federativas nas mais diversas modalidades e instâncias” (MARCHI JR. 2007, p.137).

Por fim, temos a manifestação do esporte profissional que para o autor é destacada quando identificamos no cenário esportivo cifras,⁴³ e o contexto em que envolvem transmissões esportivas, a mídia, e a performance de atletas de forma espetacularizada.

Se pensarmos em classificar os projetos esportivos da SME estes se encaixariam na manifestação do esporte escolar, educacional, mas segundo Marchi Jr (2007) as diferentes formas manifestas do esporte podem interagir-se entre elas e são divididas de acordo com os objetivos e espaços onde são realizados, dependendo das metas pré-estabelecidas para cada uma delas. Assim poderemos diagnosticar nos projetos, mesmo caracterizados como escolar e educacional por estarem inseridos no contexto da escola, manifestações esportivas de outra natureza.

Apresentadas as divisões e categorizações de forma didática, consideramos equivocada a classificação do esporte de forma estanque. Corroboramos com Marchi Jr. (2007) quando considera o “esporte como sendo um fenômeno polissêmico, ou seja, o esporte numa perspectiva ampliada e de múltiplos sentidos, significados e contextos” (MARCHI JR., 2007, p.138). E também:

Olhar para o esporte atual e conceituá-lo como um fenômeno de múltiplas dimensões, implica em observar como sua evolução se correlaciona com esses fenômenos. Se hoje o esporte moderno, que é facilmente diagnosticado, entre outros, como esporte-espetáculo e exerce influência direta na sociedade, é porque foi constituído imerso em transformações e desenvolvimento dos fenômenos citados, mantendo, no entanto, suas características autônomas, (...), por ter crescido no interior dessa sociedade. Assim, vários são os ‘recortes’ possíveis para sua observação. (BOURDIEU, 1983, p. 89)

Ou ainda:

⁴³ Para Marchi Jr (2007) cifras correspondem a salários, investimentos, patrocínios.

(...) mesmo que o esporte constitua um elemento que traz consigo muitas características que lhe são específicas e, pelo menos à primeira vista, evidentes, quando apropriados pelos atores sociais nas suas práticas localizadas e particulares, pode apresentar manifestações bastante diversificadas. (STIGGER, 2002, p.15)

Além das possibilidades de manifestação do esporte, Stigger (2002, 2009) nos atenta para as possibilidades de abordagem sociológica para sua análise. Estas abordagens podem estar presentes no campo esportivo influenciando diretamente “que esporte” esta sendo manifestado. Dessa forma é importante não apenas categorizar o esporte, mas sim analisar a sua abordagem social. Essa relação entre a análise social e a oferta esportiva se confirma, pois o esporte vem se consolidando segundo Stigger (2002) como um fenômeno sociocultural⁴⁴, e as concepções sociais dos agentes envolvidos (professores, coordenadores e gestores) e a sua relação com estrutura, podem influenciar diretamente nos objetivos e funções dos projetos públicos. As concepções segundo Stigger (2009) se consolidam em duas abordagens sociais: a homogeneidade e a heterogeneidade do esporte.

Essas abordagens foram apresentadas por Stigger (2002, 2009) de acordo com o levantamento que fez da produção acadêmica, da “discussão sociológica contemporânea sobre o esporte” (STIGGER, 2009, p.104). A visão homogeneizada do esporte segundo Stigger (2009) surge da perspectiva de autores como Bouet (1968), Brohm (1976, 1978, 1989), Guttmann (1978), Mandell (1986) e Guay (1993), que considera que o esporte é um elemento que faz parte da cultura e é orientado por uma dimensão mais ampla da sociedade; sendo condicionado pela estrutura social política e econômica. Essas impressões segundo Stigger (2002) surgem da natureza dos estudos desses autores que entendem o esporte a partir da lógica do esporte de rendimento, dos grandes eventos esportivos.

A abordagem homogeneizada entende o esporte como “o processo de racionalização da vida moderna, que transformou os passatempos e jogos desenvolvidos até então em práticas vinculadas” (STIGGER, 2009, p. 106) a aspectos como competitividade, busca pelo rendimento esportivo, regras pré-estabelecidas e que normatizam as práticas, a produtividade, e os recordes esportivos; assim criticam o esporte moderno ao considerá-lo extremamente

⁴⁴ Definição atribuída por Stigger (2002), pois entende que o fenômeno esportivo é uma atividade da sociedade contemporânea, e vem sendo estudado não só pela EF, mas pela sociologia, antropologia, história e filosofia, pois considera que o mesmo exerce grande influência nas relações sociais.

competitivo, e por acreditarem que este se configura como um reprodutor da lógica dominante, sendo alienante e excludente.

Para Stigger (2009) essa visão homogeneizada é monolítica, pois dá prioridade apenas ao esporte de alto rendimento, ao esporte dos grandes eventos esportivos, ao esporte performance, considerando apenas “às regularidades e continuidades, sem levar em conta possíveis descontinuidades na realidade de suas práticas concretas”(STIGGER, 2009, p. 106). Ainda para Stigger (2002) essas continuidades se configurariam como leis, envolvendo todas as práticas esportivas com mesmos objetivos e funções, sem considerar a concepção e a intenção dos participantes. Se a oferta do esporte irá seguir leis pré-estabelecidas, em um processo de continuidade e de reforço da manifestação do esporte de rendimento, sua utilização é possível no contexto escolar? Pelos projetos esportivos da SME? Poderiam ser atribuídos aos projetos caráter educacional e formativo, se essas práticas fossem apenas reprodução das leis vigentes na sociedade?

Em relação à produção acadêmica especificamente na EF, esta abordagem tem prevalecido na discussão da utilização do esporte na escola, principalmente a partir da década de 1980. Para Stigger (2009) os trabalhos⁴⁵ desenvolvidos a partir desta década esforçam-se em reforçar o esporte como uma atividade que reproduz e confirma a lógica capitalista, se concretizando em um instrumento excludente, questionando sua utilização na escola e os benefícios pedagógico-educacionais que esta prática poderia proporcionar aos participantes. Este entendimento não acontece apenas na escola; dessa forma o fenômeno esportivo é entendido em “uma abordagem monocultural, que se expressa de uma única maneira, independente dos locais aonde são praticados, assim como das características, interesses e motivações dos seus praticantes” (STIGGER, 2009, p. 107).

A outra abordagem sociológica para o esporte é representada pelo trabalho de diversos autores⁴⁶ principalmente os trabalhos de Bourdieu (1983, 1990). Esta é abordagem social heterogênea, apresentada por Stigger (2002), e demonstra uma análise do fenômeno esportivo levando em consideração os aspectos individuais e subjetivos dos agentes, entendendo as manifestações esportivas através de um

⁴⁵ O autor cita os trabalhos de Cavalcanti (1981), *A função cultural do esporte e suas ambiguidades sociais*, Bracht (1987), *A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo....capitalista*, e Kunz (1994), *Transformação didático pedagógico do esporte*.

⁴⁶ Elias & Dunning (1992), Pociello (1981), Bento (1996) e Bourdieu (1990), citados por Stigger (2002, p 29, 31 e 33).

conceito multicultural, heterogêneo, pois desconsidera a passividade dos agentes; as práticas sociais, entre elas o esporte, podem ser “apropriadas de forma diferente em diversas realidades específicas, na medida em que são praticados por grupos particulares” (STIGGER, 2009, p. 107).

A abordagem heterogênea vem ao encontro do conceito de polissemia do esporte apresentado anteriormente, pois considera este fenômeno em uma perspectiva que amplia os sentidos, significados e contextos para além da visão monocultural apresentada na abordagem anterior. Esta abordagem também considera a influência das normas sociais vigentes na sociedade, mas evidenciam as escolhas individuais dos agentes.

Assim as práticas esportivas não são apenas analisadas segundo Stigger (2002) pela estrutura social, mas também são condicionadas pelas disputas, interações e conflitos entre os agentes na busca das diferentes possibilidades de significação para suas práticas; “os agentes participam com uma posição ativa, capaz de criar e recriar as suas práticas culturais” (STIGGER, 2009 , p.108).

Ainda para Gaya (2009, p. 59) “as práticas esportivas através de suas diferenciadas formas de expressão propiciam diversos sentidos ou significados que diferem a partir dos objetivos, dos sentidos e das necessidades atribuídas por seus praticantes”, reforçando a complexidade do fenômeno esportivo, que não pode ser apenas considerado como parte da ordem social vigente, reproduzidor da estrutura, ele é dinâmico, legítimo, tem autonomia própria. Assim para estabelecermos sua análise devemos nos ater não apenas a uma visão macro social, mas nos atentarmos nas relações entre os agentes, em locais específicos, como atores do processo, portanto, também suas concepções devem ser consideradas.

Enquanto a primeira abordagem visualiza o esporte de forma generalizada, atribuindo valores semelhantes a qualquer prática, reforçando a manifestação do esporte de rendimento, dos grandes eventos esportivos, da performance, e que reforçavam a lógica capitalista da sociedade; a segunda abordagem, chamada de multicultural por Stigger (2009) considera as percepções e concepções dos agentes que fazem parte do campo esportivo que se apropriam das práticas esportivas, de acordo com sua posição no campo, suas intencionalidades e os capitais acumulados, o que Pierre Bourdieu chamou de “efeito de apropriação” (BOURDIEU, 2004, p. 213).

Identificamo-nos mais com a segunda opção, pois acreditamos que o esporte é manifestado de diversas formas, sentidos e significados, e que estes são atribuídos pelos agentes que fazem parte do campo esportivo; entendemos também que as práticas podem ter influências da ordem homogênea do esporte de alto rendimento, influenciada pelas estruturas sociais, mas não apenas reproduzir essa vigência; podem ser reapropriadas de outras maneiras de acordo com os objetivos dos agentes para com a prática.

Se pensássemos na utilização do esporte nos projetos esportivos da SME, e no contexto escolar de maneira geral, da forma que a primeira abordagem preconiza, chegaremos à conclusão que o caráter pedagógico dessas atividades estaria comprometido, sendo meramente reprodutor da ordem social vigente.

Já pensando o esporte de acordo com a abordagem multicultural, polissêmica não iremos apenas nos ater ao caráter hegemônico do esporte na escola, mas também a outros valores atribuídos como a disciplina, preceitos éticos e morais, responsabilidade, cooperação, educação para a cultura da prática esportiva que também são inerentes e proporcionados pelo esporte. Assim segundo Stigger (2009) temos que pensar os indivíduos de forma ativa, nos desprendendo da idéia de que através de sua participação apenas reforcem as características da ordem social vigente; segundo Stigger (2002, p. 15) as práticas “quando apropriados pelos atores (...) podem apresentar manifestações bastante diversificadas”. Desta forma as práticas desenvolvidas pelos projetos esportivos podem ser consideradas formativas e educacionais quando considerarmos a percepção e o entendimento do agente que está participando da ação, e não apenas o esporte como um mecanismo de reprodução social.

Nossa maior preocupação na abordagem de tais questões justifica-se pela importância que o entendimento do fenômeno esportivo, e sua utilização, influenciarão na elaboração de uma política, ou de um projeto. Além destes outros dois fatores também podem influenciar a oferta do esporte: as formas que o poder público se utiliza do esporte; e as diferentes concepções de gestão pública que podem ser utilizadas para gerenciar esta oferta.

Quando citamos as “formas que o poder público utiliza o esporte” nos referimos a diferentes possibilidades, objetivos e funções dos quais, através do esporte o Estado busca concretizar suas políticas públicas. Assim desde as políticas esportivas adotadas pelos gestores através de suas concepções e convicções, bem

como o modelo de gestão relacionando o esporte com as demais esferas da administração, tem imbricado em seu interior as intencionalidades das ações públicas.

Segundo Linhales (2001, p. 41), “o esporte encontra-se diluído em setores sociais que o instrumentalizam para os mais variados fins”. Para a autora o esporte vem sendo utilizado como um meio, como uma atividade auxiliar em políticas de outras esferas da administração pública como a educação, segurança e a saúde, e que na verdade o objetivo não é o desenvolvimento do esporte e sim a legitimação e a garantia de outros direitos através do esporte.

Se pensarmos o esporte com um caráter auxiliar, uma ferramenta utilizada como meio para obtenção de outros fins que não o desenvolvimento esportivo na sociedade, isto prejudicará sua consolidação como “um bem cultural, historicamente construído e, portanto, passível de ser legitimado como direito social” (LINHALES, 2001, p. 42), pois ele sempre será compreendido, tanto pela sociedade como por gestores públicos, apenas como um acessório.

Ainda Linhales (2001) cita que cada vez mais as políticas esportivas não visam à oferta como a legitimação do esporte como um direito social adquirido de todos os cidadãos, de acordo com a CF, mas sim como políticas assistencialistas, destinadas às pessoas mais carentes, em situação de risco social, como se fora um remédio para curar as mazelas sociais.

Outra afirmação que corrobora nesse sentido é a de Marcelo Paulo de Melo (2005) quando estudou os projetos esportivos da Vila Olímpica da Maré, e constatou que atualmente as ações públicas são justificadas por discursos legitimadores das políticas públicas de esporte onde:

(...) “nota-se a emergência da vinculação entre as políticas esportivas e o discurso da promoção da cidadania ou de inclusão social. Ou então uma outra tendência ainda é a de considerar o esporte importante mecanismo de controle social da juventude, visando apenas dominar os impulsos violentos e produzir uma nova sociabilidade, capaz de gerar novas práticas que possam afastar os jovens de drogas e crimes, numa abordagem salvacionista” (MELO, 2005, p. 79-80).

Visualizando o cenário, percebemos o esporte como um “remédio” utilizado nas ações públicas para se tratar as falhas em outros setores da sociedade como a saúde, segurança e a educação. Isso é uma barreira dificultadora para que o esporte possa ser compreendido como um direito social, e fortalece a idéia de que o esporte

é uma atividade auxiliar, menos importante, e que não possui objetivos próprios. Essa foi uma das preocupações de nosso estudo: compreender quais os objetivos dos projetos esportivos da SME? Seriam eles uma forma auxiliar para garantir outros direitos sociais que não o esporte? Para Linhales (2001) e Alba Zaluar (1994), que em seus trabalhos pesquisaram as ações do Estado na oferta do esporte, o poder público além de utilizar o esporte como meio para outros fins, faz sua oferta direcionada a grupos específicos e isolados, muitas vezes não apenas complementando falhas na aplicação de outros direitos, mas sim, simplesmente tentando os substituir.

Em relação a nossa pesquisa, essas contribuições serão importantes, já que estamos estudando projetos ofertados pela Secretaria de Educação e não pela Secretaria de Esporte da cidade de Curitiba. Em uma análise superficial e apenas hipotética, poderíamos classificar os projetos como uma forma auxiliar no desenvolvimento da educação e não do esporte, já que os projetos não são de responsabilidade da secretaria específica, a SMEL, que em teoria seria a responsável pela oferta do esporte em Curitiba. Dessa forma podemos corroborar com as afirmações citadas acima, que demonstram a utilização do esporte como meio auxiliar, visando outros fins, ou apresentar uma nova forma de compreensão e oferta do esporte na cidade de Curitiba, a partir da utilização da escola para seu desenvolvimento.

Outra questão importante e que também pode influenciar no direcionamento das ações públicas, (entre elas as ações da SME) tanto quanto a forma que o Estado utiliza o esporte são as diferentes concepções de gestão pública. Isso, pois entendemos que podem existir relações entre a concepção de gestão, e a oferta dos projetos esportivos da SME.

Segundo Spink (1993) as formas de gestão utilizadas pelo Estado, especificamente no nosso caso na oferta do esporte, dividem-se em três: “Tradicional”, “Simbólico Moderno”, e “Participativa”.

A forma de gerir as ações públicas de forma tradicional, o Estado Tradicional, no entendimento do autor, é aquela onde o Estado governa soberanamente sobre a sociedade; o Estado é o “chefe da sociedade”, e esta tem uma relação de subordinação, que deve cumprir com as exigências e as orientações que são determinadas pelo poder público. Assim poderíamos resumir o Estado como sendo o

detentor dos direitos e a sociedade teria a função de apenas cumprir com seus deveres.

Se pensarmos a gestão sob esse prisma percebe-se que o Estado não tem a intenção de atender as demandas específicas da sociedade, ou aquelas solicitadas pela mesma, mas sim atender as demandas que os gestores acreditam serem as necessárias para o atendimento à população. Essa prática muitas vezes não atende as especificidades de cada uma das demandas.

Ainda segundo Mezzadri (2000) o Estado Tradicional é representado de “forma autoritária (...) a partir da centralização do poder governado pelos burocratas, que interpretam as necessidades sociais, políticas econômicas e culturais da população” (MEZZADRI, 2000, p.4).

Além da gestão tradicional Spink (1993) também nos apresenta a gestão do “Estado Simbólico Moderno”. Nesta divisão o poder não é absoluto nas mãos dos gestores como no Estado Tradicional. Segundo Canan (2008) existe “uma divisão de papéis sociais entre cidadãos, representantes e governos eleitos” (Canan, 2008, p.45). O papel do Estado além de promover esta mediação, deve regular e ofertar os serviços sociais básicos a população; a oferta em relação ao Estado Tradicional se diferencia, pois os gestores devem informar e prestar contas das ações públicas a um poder fiscalizador, como por exemplo, o poder legislativo no Brasil.

Esse poder que fiscaliza os atos dos gestores é formado “pela vontade dos cidadãos”, que elegem seus representantes através do voto, e dessa forma aumentam sua participação nas ações públicas, mesmo que não de forma direta. Como os cidadãos têm seus representantes legais nesse modelo transferem seu poder decisório aos seus representantes, como se fosse uma procuração, para que estes defendam seus direitos. E assim se nesse modelo a sociedade não tem apenas deveres, mas também direitos; e o Estado tem o dever de promover ações públicas para o público; administrar, em teoria, de acordo com as demandas sociais.

Para identificação das demandas e para se ofertar serviços de qualidade à população, o poder público deve ser formado por técnicos, com formação específica e conhecimento técnico para prestar os serviços da melhor forma possível. Para Spink (1993) são os chamados tecnoburocratas. Podemos melhor exemplificá-los e visualizá-los quando pensamos nas repartições públicas, onde existem diversos departamentos, muitos computadores, diversas baias, cada qual responsável por prover direitos específicos pelos cidadãos.

Complementando a divisão da gestão pública apresentada pelo autor este nos apresenta o Estado da Gestão Participativa. Esta vertente é representada pela participação popular, e a descentralização do poder. Se antes, no Estado Simbólico Moderno os papéis sociais estavam claros, onde o Estado era responsável e tinha o dever de ofertar os direitos sociais, agora estes se permeiam: Estado e sociedade possuem direitos e deveres.

Nesta tendência, a questão administrativa se posiciona no âmbito da relação do cidadão com a administração e na fusão gradativa destes, permitindo ao tecnoburocrata encontrar sua cidadania e ao cidadão reassumir sua competência organizativa. (SPINK, 1993, p. 74)

Assim não só os técnicos, os burocratas são os responsáveis em decidir quais seriam as ações; agora segundo Mezzadri (2005) à utilização dos recursos públicos, as decisões administrativas são realizadas conjuntamente pelos técnicos e os cidadãos. E para que sejam possíveis as ações em conjunto este modelo prevê a descentralização do poder. Tal afirmação vem de acordo com Oliveira (2003) que preconiza que as ações devem ser descentralizadas para que as decisões também sejam tomadas pelos cidadãos e não só pelos tecnoburocratas; mas alerta que para uma gestão participativa esta não pode apenas ser uma descentralização administrativa. Se a descentralização não ocorrer na prática, apenas ser uma desconcentração de tarefas e atribuições deixa de ser uma gestão participativa e se aproxima mais do Estado Simbólico Moderno proposto por Spink.

No trabalho de Walter (2004) a autora nos apresenta a administração municipal de Curitiba descentralizada em nove regionais⁴⁷. Em um primeiro momento poderíamos classificar esta gestão como participativa, mas a autora nos traz a revelação que as regionais são uma forma de desconcentração do poder, não possibilitando a autonomia para tomada de decisões de acordo com cada uma das regiões específicas; assim o poder está desconcentrado, mas vinculado a administração central. Oliveira (2003) nos apresenta que há apenas um repasse de tarefas e atribuições, “do nível central para os demais níveis de governo (...) sem que eles repassem recursos e poder decisório” (OLIVEIRA, 2003, p. 127).

⁴⁷ A divisão da administração municipal de Curitiba será mais bem explicada no capítulo 2 quando faremos a apresentação da forma de administração da cidade, a descrição dos projetos e estruturas envolvidas em torno de nosso objeto de estudo.

Jacobi (2000) nos apresenta que a descentralização do poder pode ocorrer desconcentrando as ações e redistribuindo o poder entre os vários níveis do governo central; ou a descentralização pode apenas delegar, ou seja, “transferir responsabilidades e poder do governo central para organizações⁴⁸ semi-autônomas” (CANAN, 2008, p.46); e ainda devolvidas, transferidas do poder central para organizações independentes.

Em relação ao nosso objeto nos preocupamos, na discussão dos dados, no entendimento de que maneira as ações dos projetos esportivos da SME estão descentralizadas, e se esta descentralização proporciona autonomia aos agentes, que são os responsáveis pela prática, nas suas decisões. Assim poderemos verificar qual a forma de gestão que se encaixa de acordo com o proposto por Spink (1993), e ainda analisar se realmente o poder decisório na escolha das modalidades a serem ofertadas, e na gestão dos projetos foram descentralizadas e atendem as necessidades e interesses específicos de cada comunidade.

Cabe também ressaltar que as divisões apresentadas por Spink (1993) foram feitas didaticamente, e os três modelos de gestão pública podem permear-se e serem encontrados analisando-se uma mesma sociedade; mesmo focalizando na realidade do nosso objeto de pesquisa, podemos encontrar elementos de cada uma das divisões apresentadas até aqui.

No próximo tópico discutiremos a obra *Cidadãos não vão ao Paraíso*, de Alba Zaluar para que sua pesquisa possa nos fornecer subsídios teórico-metodológicos para a discussão dos dados desta pesquisa.

1.3 A PESQUISA E A OFERTA DOS PROJETOS ESPORTIVOS: A BUSCA DE SUBSÍDIOS NO ESTUDO DE ALBA ZALUAR

Quando pensamos na oferta dos projetos esportivos, devemos ter em mente a relação entre o Estado e o Esporte. Vimos anteriormente os elementos presentes na constituição do subcampo do esporte, às ações estatais manifestas na oferta do esporte, as diferentes concepções e manifestações da prática esportiva, e a utilização deste por parte do Estado. Todos esses fatores estão presentes em nosso

⁴⁸ Em relação ao nosso objeto de estudo devemos diagnosticar em quais dessas formas de descentralização se encaixa as ações e o poder decisório dos agentes e das estruturas envolvidas nos projetos esportivos da SME.

objeto de pesquisa, no diagnóstico da realidade dos projetos esportivos da SME, focando no desvelar dos objetivos e funções destes para os agentes envolvidos nas ações. Além dos pontos vistos até aqui, os documentos e as entrevistas serão importantes fontes de dados. Para instrumentalizarmos essas informações procuramos neste tópico subsídios teórico-metodológicos para a realização de nossa pesquisa.

Quando falamos em desvelar objetivos e funções é preciso que fique claro que isto é muito mais do que um simples questionamento a qualquer um dos agentes envolvidos nesta pesquisa. Para que seja revelada a intencionalidade de uma gestão em relação aos projetos esportivos é necessária a análise de diversos elementos como: estrutura e o funcionamento das ações, o tipo de financiamento, possíveis parcerias, continuidade das ações, existência ou não de planos diretores, análise dos documentos, e logicamente os objetivos e funções dos projetos nas concepções dos agentes envolvidos.

Assim o trabalho de Alba Zaluar (1994), *Cidadãos não vão ao Paraíso* nos trazem subsídios importantes na discussão dos dados obtidos, já que a pesquisa da autora foi reveladora em diversos sentidos e até hoje⁴⁹ é utilizada como referencial em estudos sobre programas e projetos políticos esportivos em nosso país.

No seu estudo Zaluar (1994) promove a discussão de três ações: PRIESP, Recriação, e o Programa de Atendimento do menor de Goiânia. Entre os programas estudados pela autora o que mais se aproxima ao nosso objeto de estudo é a análise que fez do PRIESP, já que os outros dois programas não têm o esporte como o foco⁵⁰ de suas ações.

O PRIESP é um programa que tem como premissa a inclusão social através da democratização esportiva, e em suas ações apresenta as peculiaridades do campo esportivo. Esta afirmação nos apresentou a possibilidade de aproximações entre nosso estudo e as pesquisas desenvolvidas no PRIESP, já que entendemos que os projetos esportivos da SME, também apresentam e desenvolvem

⁴⁹ Mesmo o trabalho de Alba Zaluar tenha sido publicado pela primeira vez em 1991 até hoje este é utilizado como um referencial metodológico importante na discussão das políticas públicas para o esporte inclusive sendo uma das autoras que fundamentam a discussão das pesquisas realizadas pela grupo de professores que faz parte da Rede CEDES, na UFPR, da qual faz parte este programa de mestrado. Isto demonstra ainda mais a necessidade do desenvolvimento de estudos nesta área, já que as publicações ainda são escassas.

⁵⁰ O RECRIANÇA apresenta o esporte de forma auxiliar uma simples recreação sem maior valor, promovendo ações para as diferentes demandas da população tendo o esporte como acessório; e o Programa de Atendimento ao Menor inclui o esporte como um complemento, e o foco está voltado na educação para o mercado de trabalho.

características do campo esportivo, especificamente do subcampo do esporte escolar.

Outra aproximação importante que podemos fazer com os objetivos do nosso estudo e que também foram vislumbrados na pesquisa envolvendo o PRIESP é a preocupação no entendimento da estrutura e do funcionamento das ações; a preocupação em ouvir os agentes envolvidos; as concepções de esporte presentes; a continuidade dos participantes no projeto e o encaminhamento dos mesmos.

Uma importante relação é que o PRIESP visualizava no esporte um instrumento de inclusão social, utilizando o esporte de forma acessória para suprir direitos sociais suprimidos; e os projetos esportivos que estudamos por estarem sob responsabilidade da Secretaria de Educação, hipoteticamente, nos parecem também terem outros objetivos que não simplesmente o desenvolvimento do esporte.

Antes de iniciarmos a discussão do trabalho de Zaluar (1994), especificamente os quatro capítulos iniciais da obra *Cidadãos não vão ao Paraíso*, cabe ressaltar que as ações desta pesquisa foram realizadas no Rio de Janeiro, realidade bem diferente de Curitiba. Portanto as aproximações que faremos estão relacionadas à discussão dos diferentes elementos que envolvem as ações dos projetos esportivos pesquisados, para que possam ser subsídios para discussão das políticas públicas para o esporte, especificamente para o nosso objeto.

O PRIESP se caracterizava como um programa público, mas com participação da iniciativa privada, e ofertava atividades esportivas a crianças e jovens com até dezesseis anos. Este foi desenvolvido em diversas cidades brasileiras, mas a pesquisa de Alba Zaluar foi feita nas ações desenvolvidas no Rio de Janeiro.

A autora também se preocupou em diagnosticar os objetivos do PRIESP. Nas diretrizes do programa o principal objetivo encontrado foi a inclusão social dos participantes, que pertenciam a comunidades carentes. Outra relação que podemos estabelecer com nossa pesquisa é a preocupação no entendimento dos objetivos dos projetos, destinados aos estudantes da rede municipal de ensino da cidade de Curitiba. Da mesma forma que Zaluar (1994) também não estudou todas as ações envolvidas no PRIESP, apenas as ações desenvolvidas no Rio de Janeiro, claramente preocupada em delimitar o estudo para verificar as especificidades das ações, também delimitaremos nosso estudo nas ações da SME, e não em todas as políticas públicas da PMC na esfera esportiva.

Em relação à metodologia utilizada na pesquisa desenvolvida no PRIESP, Zaluar (1994) utilizou a análise de documentos, discursos institucionais, entrevistas aos pais, professores e alunos do PRIESP, buscando trazer subsídios para a discussão nessa área. A metodologia que utilizamos é semelhante, e por mais essa razão enxergamos possibilidades de aproximação que nos auxiliarão na análise dos dados.

O PRIESP faz parte de uma leva de projetos que foram desenvolvidos na década de 1980, e segundo Zaluar (1994) o poder público buscava o desenvolvimento de ações que desenvolvessem a escola, o lazer, a cultura e também o esporte. Ainda segundo a autora, neste momento inúmeras outras tentativas neste sentido foram feitas, mas logo depois de algum tempo sucumbiam por não apresentarem um direcionamento claro. Essa foi uma das preocupações da autora em relação à falta de formalidade nas ações, ou seja, atividades desvinculadas, ofertadas sem um norte que direcionasse a prática. Com o PRIESP não foi diferente. Mesmo com o interesse do poder público na oferta esportiva, praticamente as ações do projeto aconteciam e tinham suas ações desenvolvidas dependentes da parceria com a “Fundação Roberto Marinho”. Parceria esta que posteriormente foi desfeita e as ações do PRIESP foram substituídas pelo programa RECRIANÇA,⁵¹ exclusivamente de responsabilidade do poder público. O RECRIANÇA não era um projeto que ofertava apenas o esporte, mas sim, tinha este como mais uma das atividades.

Em relação ao término da parceria, e conseqüentemente término das ações do PRIESP, acreditamos que um programa, ou projeto público que possui uma parceria privada, e que dela dependa para a sua continuidade está fadada ao tempo. Não que as parcerias não sejam importantes, mas o poder público deve ter na iniciativa privada um parceiro, mas nunca permitir que ações públicas fiquem atreladas aos interesses da iniciativa privada. O Estado deve buscar parceiros, mas sempre estando preparado para que eventualmente este não faça mais parte das ações. Neste momento acreditamos que novos parceiros possam se agregar ao processo, mas o poder público deve dar conta de sua realização de forma autônoma, não prejudicando a continuidade das ações.

⁵¹ Projeto exclusivamente público, coordenado pelo Ministério da Previdência Social, que era executado pelas Prefeituras de diferentes cidades brasileiras, e que atendia diferentes demandas da sociedade, e não apenas o esporte.

No caso do PRIESP o prejuízo foi substituído por um programa que não era exclusivamente esportivo, tendo assim as ações do esporte ficado em segundo plano. Talvez se o poder público entendesse sua relação com a Fundação Roberto Marinho como uma parceria, e não uma relação de dependência, mesmo com seu desligamento, as ações do projeto poderiam continuar normalmente.

Mesmo que se configurasse como um projeto esportivo, na realidade não acreditamos que o PRIESP possa ser um modelo a ser seguido. Acreditamos que uma ação do Estado na oferta esportiva deve contemplar o direito ao esporte, e não utilizá-lo como uma forma de garantir outros direitos. O PRIESP não tinha no desenvolvimento do esporte seu objetivo principal; na verdade segundo Canan (2008):

(...)embora fosse um Programa esportivo, na realidade, tinha como objetivo, a utilização do esporte como meio e não como fim. Ou seja, o esporte, no PRIESP, tinha caráter funcionalista/salvacionista, de inclusão social, buscando tirar os indivíduos das ruas, do contato com as drogas e da violência em geral. Foi implantado com o discurso de promover a inclusão social, através de complemento à educação, saúde e sociabilização da população. (CANAN, 2008, p. 51)

Este discurso está presente em diversos projetos esportivos e muitas vezes percebemos veiculações dessa natureza na mídia, e a utilização do esporte aparece como a receita, como uma válvula de escape para a resolução de outros problemas sociais. Ainda Zaluar (1994) nos atenta para a utilização do esporte como um substituto de outros direitos sociais, um acessório para consolidação de outros objetivos que não o desenvolvimento do esporte no Brasil. Um exemplo disso é pensarmos na oferta do esporte como uma das formas de garantir a saúde da população. Essa forma de entendimento desconsidera que existem outros diversos complementos importantes que irão refletir na saúde do indivíduo, e que são objetivos das políticas de saúde e não do esporte. Ou ainda atribuir a participação de um aluno da rede municipal de ensino, nos projetos esportivos da SME, como uma estratégia para melhorar seu desempenho escolar; o esporte pode até contribuir para, mas não podemos conceber que este seja o principal objetivo de um projeto esportivo.

Ao visualizarmos os objetivos de um projeto esportivo de forma secundária em relação a outros objetivos, cometemos uma grave falha conceitual. Linhales (2001) cita que o esporte muitas vezes é utilizado de maneira assistencialista e com

outros objetivos que não os esportivos; ou seja, oferta-se o esporte como uma forma de garantir outros direitos sociais que não o esporte. É comum ouvirmos discursos aliando a oferta do esporte ao resgate social, a resolução de problemas de saúde, a prevenção ao uso de drogas, mas poucos são os discursos do poder público que ofertam o esporte com objetivos de democratizar esta prática; este aparece na maioria das vezes em segundo plano.

Para a afirmação desta impressão, e de outras que abordaremos adiante Zaluar utilizou em sua pesquisa questionários e entrevistas⁵². Dessa forma obteve dados quantitativos e qualitativos que forneceram uma visão mais substancial do funcionamento do PRIESP. Foram entrevistados alunos do programa, pais de alunos, professores e estagiários com um roteiro pré-estabelecido das questões; e líderes comunitários, alunos evadidos, ex-alunos, e representantes do governo estadual através de entrevistas livres sem um roteiro pré-estabelecido.

Aos alunos, ao todo 135, as questões permearam aspectos como as razões que os levaram a participar das atividades, divulgação do projeto, ligações anteriores dos alunos com o esporte anteriormente ao PRIESP, seus projetos de vida, e sugestão de novas atividades para o programa.

Aos pais de alunos, 128 no total, foram realizadas questões envolvendo os projetos de vida que pensam para seus filhos, os ganhos da participação dos seus filhos no programa e a presença e a importância do PRIESP no interior da comunidade.

Aos 20 professores e estagiários, as questões tinham o objetivo de diagnosticar as concepções destes agentes, a sua relação com os alunos, e como participam das ações no programa. Também foram feitas entrevistas livres sem roteiro para representantes do governo estadual, líderes comunitários e ex-participantes do programa onde a autora pretendia aprofundar a discussão envolvendo a participação destes agentes.

Essa breve descrição da metodologia da pesquisa de Zaluar (1994) é importante na medida em que serviu de subsídio para a elaboração de nosso projeto de pesquisa, e do roteiro que utilizamos na entrevista semi-estruturada. Algumas das nuances do objeto de pesquisa de Alba Zaluar em relação ao PRIESP, também são questões das quais buscamos respostas em relação aos projetos esportivos da

⁵² Foram aplicados 310 questionários e 13 perguntas envolvendo as ações dos projetos, escolaridade, família e planos para o futuro.

SME: a atuação do professor, a continuidade das ações, a concepção de esporte presente no discurso dos gestores, professores, e coordenadores, e os objetivos e funções destes projetos.

A pesquisa abrangeu seis núcleos onde o PRIESP desenvolvia suas atividades. Uma das características destes locais era sua localização. As ações deveriam ser ofertadas para comunidades de baixa renda, mas não necessariamente de extrema vulnerabilidade social. Assim os participantes do programa eram indivíduos pobres e outros “mais pobres”, pessoas em situação de risco social. Aqui a autora observou um fato interessante. A disparidade social, ainda que pequena, existia entre os menos pobres em relação aos mais pobres, o que provocou atitudes de preconceito entre os participantes, e foi diagnosticada por Zaluar. A respeito disso revela:

(...) que o preconceito dos pobres contra os mais pobres é um paradoxo que a política social para a criança e o jovem enfrenta neste país. Na medida em que (...) programas de atendimento que visam minorar as carências educacionais dos setores mais pobres da população, acabam criando preconceitos contra esses próprios programas, que passam a ser vistos como “coisa de miserável”. (ZALUAR, 1994 p. 51)

Esse pré-conceito aconteceu quando da implantação do programa. Com o desenrolar das ações nas comunidades Zaluar (1994) percebeu que as atividades do PRIESP serviram para minorar essa diferenciação social, e atribuiu ao programa à responsabilidade da modificação que ocorreu nas comunidades. Isto porque a oferta de ações inclusivas propostas geravam um sentido de pertencimento e coletividade dos participantes em relação ao programa, o que diminuía as “diferenças” anteriormente citadas. Cabe ressaltar que essa modificação no cenário ocorreu devido à melhora da auto-estima dos indivíduos, não significando que as ações dos projetos possibilitaram avanços nas condições sócio-econômicas entre os “pobres e os mais pobres”; permaneceram ambos em seu “nicho social”. O que ficou claro para nós, é que durante a permanência dos agentes, nas ações do programa, as diferenças sociais pareciam se extinguir, havendo um sentimento de pertencimento de todos em relação ao grupo; onde todos se consideravam em um mesmo patamar.

Assim, através da leitura da realidade observada por Zaluar (1994), podemos afirmar que o PRIESP cumpria com sua função, através da inclusão social dos

participantes e segundo Canan (2008) era um instrumento importante no aumento das relações entre os indivíduos, aumentando suas experiências sociais, e ainda preenchendo o tempo livre dos participantes.

Outro objetivo do programa era “preparar futuros atletas e desenvolver o gosto pelo esporte nas camadas mais pobres” (Zaluar, 1994 p. 45). Compreendemos aqui duas concepções diferentes na oferta do esporte. Visualizamos as ações para a formação de atletas em trabalhos individualizados, visando o desenvolvimento técnico, preparando os participantes do programa para a prática do esporte escolhido com o maior grau de êxito possível. De outro lado quando falamos em desenvolver o apreço da comunidade pela prática esportiva em nosso entendimento deve-se pensar ações que desenvolvam a cultura da prática, proporcionando a participação e a democratização do esporte, através destas atividades. Além disso, essas ações devem proporcionar o desenvolvimento de uma prática autônoma, constante e efetiva; e apenas a oferta do esporte e o discurso sem outras ações paralelas⁵³, não garantem a apropriação da cultura da prática do esporte por parte dos participantes.

A coerência entre o discurso e a prática, levando em consideração os objetivos e funções propostos para um programa esportivo, tornam-se fundamentais, pois as ações devem possuir um direcionamento claro, para que tenham maiores possibilidades de êxitos. Essa será uma das preocupações em relação ao diagnóstico proposto em nosso trabalho e buscamos constatar se as ações estão de acordo com os objetivos e as funções propostas.

Essa preocupação também foi um dos focos do trabalho de Canan (2008) que verificou a relação entre a oferta e a demanda da SMEL para consolidação do subcampo do basquetebol em Curitiba. O autor observou que o objetivo de democratizar o esporte proposto em teoria pela SMEL não foi cumprido, e que esta instituição colaborava muito mais com um processo de massificação do esporte. Também visualizando relacionar os objetivos na teoria com a prática no PRIESP, nos esclarece Zaluar (1994) que as ações embrionariamente propostas como democráticas na prática não eram em sua essência. Até porque quando falamos em um caráter democrático, todos os agentes envolvidos no processo devem ser ouvidos e no caso do PRIESP isto não acontecia. Em nenhum momento foram

⁵³ Como por exemplo, a participação da comunidade na escolha das modalidades esportivas.

consideradas as demandas locais, as atividades que a comunidade ansiava; não foram ouvidas as associações comunitárias onde os núcleos do PRIESP foram instalados. Em nosso entendimento uma ação pública no campo do esporte deveria considerar as demandas propostas pelos agentes, criar mecanismos de participação e avaliação dos envolvidos, e proporcionar possibilidades de acesso a todos que tenham interesse na prática.

Também em relação à “democracia do PRIESP” outro fator que cabe ser ressaltado é que em algumas comunidades onde foram instalados os núcleos pela Fundação Roberto Marinho anteriormente já eram desenvolvidas atividades em espaços denominados Centros Sociais Urbanos. Estes centros não ofertavam somente atividades esportivas, mas também atendiam a outras demandas. Os espaços antes utilizados apenas por estes centros foram posteriormente compartilhados com o PRIESP, principalmente os destinados a prática de esporte e de lazer. Essa “parceria” era uma das queixas da comunidade, já que entendiam que o PRIESP apenas utilizava os espaços, mas não estabelecia relações com o trabalho desenvolvido pelos Centros Sociais Urbanos. A comunidade entendia que o PRIESP não deveria oferecer apenas atividades esportivas, mas também “participar de outras atividades de lazer e educação que lá ocorriam” (ZALUAR, 1994 p.53) proporcionando atividades integradoras entre toda a comunidade. Essas impressões nos demonstram que não haviam relações entre o PRIESP e a realidade local, já que as outras demandas da comunidade além do esporte, não eram levadas em consideração pelo programa; e Zaluar (1994) nos traz que em nenhum momento o diálogo foi estabelecido e o:

(...) o PRIESP deveria se integrar às várias formas de atividades esportivas que já existiam no local, o que revelava uma forte separação entre o “fora e o dentro”, o aspecto segmentar e paroquial do espírito comunitário” (ZALUAR, 1994 p. 53).

Assim fica claro que as ações do PRIESP não levaram em consideração as práticas que já existiam nas comunidades, e não atribuíam o devido valor e significância as atividades que eram desenvolvidas anteriormente.

Aqui a queixa era de uma excessiva separação do trabalho do PRIESP na comunidade: “usam o espaço da atividade comunitária, mas não participam das outras atividades”, o que implicava numa segregação da atividade esportiva diante das demais atividades educacionais e de lazer que lá ocorriam (ZALUAR, 1994 p.53)

Essa falta de diálogo entre as ações desenvolvidas pelo PRIESP e os Centros Sociais Urbanos possibilitam que venham a ocorrer à duplicidade da oferta; as mesmas atividades sendo desenvolvidas ao mesmo tempo, com a mesma proposta, duplicando as atividades; ou ainda ofertando atividades muitas vezes desvinculadas com as práticas culturais da comunidade o que podem dificultar o desenvolvimento de um habitus, da cultura da prática esportiva.

Outro ponto de divergência entre a comunidade e o PRIESP era a preocupação com a continuidade das ações. A comunidade reivindicava do programa que não apenas oferecesse as atividades, mas possibilitassem que posteriormente, mesmo com o desligamento da Fundação Roberto Marinho, que o legado do programa proporcionasse a continuidade das ações; no discurso dos agentes da comunidade o PRIESP não poderia vir apenas “tapar buracos”, “apenas” oferecer atividades esportivas. Assim, para a comunidade, uma das formas de se garantir a continuidade, seria a construção de um espaço de lazer. Zaluar (1994) ainda diagnosticou que os moradores visualizavam um local que não serviria apenas para o desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer, mas também para a oferta de cursos profissionalizantes e de geração de renda, o que ficava explícito na fala dos líderes comunitários.

Outra constatação feita por Alba Zaluar que demonstra a falta de unidade entre as associações de moradores e o PRIESP, foi que este preferiu estabelecer a parceria com os Centros Sociais Urbanos⁵⁴, o que de certa forma exclui a possibilidade de um trabalho conjunto com as associações de moradores. Pelo lado do PRIESP, os gestores do programa não visualizavam possibilidades dessa parceria se concretizar, e isto fica evidente quando um destes agentes afirma “ser difícil trabalhar com as associações”, sem justificar o porquê desta afirmação. Para Zaluar (1994) muito mais do que a simples dificuldade de relação com a associação comunitária o que realmente foi o ponto de divergência era a diferença entre a filosofia proposta entre as instituições. Enquanto as associações ansiavam pela organização de eventos, festividades, a construção de um espaço de lazer para a comunidade, o PRIESP focava na profissionalização através do esporte e na disseminação da prática esportiva.

⁵⁴ Parceria esta que contemplava somente a utilização dos espaços dos Centros Sociais Urbanos, pois como citamos anteriormente as relações estabelecidas entre as ações do PRIESP e dos Centros se limitavam a isto.

A nosso ver, porém, a razão para esta escolha que exclui as associações de moradores esteve, provavelmente, na própria divergência entre a filosofia do programa, que incluía a possibilidade de profissionalização pelo esporte, e a política comunitária, montada na integração interna e na segmentação ou certo isolamento em relação ao mundo exterior, numa visão segmentada da política social. (Zaluar, 1994 p. 58)

Além da divergência em relação aos objetivos esportivos, a comunidade esperava do PRIESP a oferta de outras opções. Acreditavam que o programa poderia suprir o déficit que tinham em relação ao não atendimento a outros direitos sociais. Solicitavam cursos profissionalizantes, queriam a construção do espaço (que na verdade também seria utilizado para a oferta de outras ações não apenas no âmbito esportivo), e o aperfeiçoamento profissional da comunidade, claramente visualizando que o PRIESP também poderia exercer a qualificação profissional da comunidade, como uma das formas de ascensão social; não concordavam com a possibilidade desta ascensão apenas através do esporte, que era a intenção do PRIESP.

Até aqui podemos extrair algumas conclusões importantes para a discussão dos dados de nossa pesquisa, levando em consideração as características de uma política pública para o esporte: as decisões de um projeto público devem ser democráticas, levando em consideração as demandas propostas pelas comunidades aonde são ofertadas; as ações devem proporcionar o envolvimento das comunidades nas decisões; possuir objetivos claros; pensar em ações contínuas, inclusive com a construção de equipamentos públicos que serão utilizados exclusivamente pelas atividades; e fazer parte uma política pública de esporte, não se configurando apenas em ações pontuais.

Além da importância de atender as demandas da comunidade, devemos considerar também o que os participantes esperam dos projetos públicos. Dessa forma no PRIESP a oferta esportiva era acessível, mas apresentava outras demandas. Os alunos ansiavam por treinamentos mais rigorosos, a organização de eventos competitivos, e que o programa se tornasse uma “ponte” para que os talentos esportivos que se destacassem nas atividades, pudessem almejar uma carreira profissional.

O sonho de um jovem em tornar-se um profissional do esporte não aconteceu apenas no PRIESP, e naquelas comunidades. Até hoje muitos jovens veem na

profissionalização esportiva uma forma de ascensão social. No programa financiado pela Fundação Roberto Marinho, muitos jovens visualizavam a oportunidade de êxito em um sonho: tornar-se um atleta profissional.

Dessa forma visualizamos incoerências entre os objetivos e as ações, já que o PRIESP tinha como um dos focos a formação de atletas, mas não possibilitava que as iniciativas do programa proporcionassem isso aos participantes. Os alunos mais habilidosos, esportivamente falando, frequentavam as aulas do programa juntamente com alunos não tão habilidosos assim.

Além da diferença no nível técnico os alunos que tinham o sonho e a habilidade para futuramente transformarem-se em atletas profissionais tinham que “dividir espaço” com alunos desinteressados e que muitas vezes frequentavam o programa obrigados pelos pais que viam no PRIESP um local que segundo a pesquisa realizada por Zaluar aumentaria a “noção de responsabilidade” (ZALUAR, 1994 p.81), aumentaria o compromisso dos seus filhos e “exigia o respeito às regras e aos outros” (ZALUAR, 1994 p.81).

Destarte o programa não possibilitava a continuidade e o desenvolvimento dos alunos, pois não possuíam parcerias oficializadas com clubes ou instituições esportivas, para que os talentos do programa pudessem vir a ser encaminhados. Muitas vezes pela falta desta opção, muitos desses talentos tiveram que abandonar seus sonhos de atleta, e adentrar no mercado de trabalho, pois não poderiam mais participar das atividades, e tinham que auxiliar suas famílias financeiramente.

Tal fato é demasiadamente frustrante para os jovens, já que a partir da oferta do esporte, as ações do PRIESP não levavam em consideração os objetivos e percepções dos participantes. Acreditamos que os projetos e ações públicas devem ser pensadas para o atendimento das mais diversas concepções esportivas dos participantes, desde a democratização da oferta, das formas de participação recreacionais, competitivas, e também do desenvolvimento de habilidades técnicas.

Isso foi constatado no estudo de Zaluar (1994) quando diagnosticou que um dos motivos pela evasão dos alunos no PRIESP foi à falta da definição de uma concepção esportiva. Mesmo não tendo como sua filosofia a competitividade, e sim de fomentar a prática do esporte e a formação de futuros atletas pelo aumento do número de praticantes, alguns alunos ansiavam por atividades que promovessem a competição, como ficou claro no discurso destes. Como também outros que frequentavam sem maiores objetivos esportivos, apenas buscando a ocupação do

tempo, e muitas vezes obrigados pelos pais, e tinham que dividir espaço com alunos mais experientes e habilidosos; para ambos a atividade se tornava desmotivante.

Se pensarmos na divisão didática anteriormente citada, para as diversas formas de manifestação do esporte, poderíamos classificar as ações do PRIESP como esporte participativo ou esporte educacional, por ter objetivos voltados à participação do maior número possível de crianças e jovens, e muitas vezes as atividades terem a conotação educativa, utilizando o esporte como forma auxiliar para educar e transmitir valores éticos e morais.

Segundo Zaluar (1994) o PRIESP não apresentava objetivos claros a serem cumpridos ou, se estes existissem na teoria, sua viabilidade não era possível na prática, pois não possuíam estratégias adequadas para atingi-los.

Mas Zaluar (1994) também enfatiza que o PRIESP foi o responsável, em momentos pontuais, pela inclusão e o incremento das experiências sociais dos participantes e da comunidade. Esclareceu também que as ações do programa não eram por si só suficientes para sanar a falta de outros direitos sociais. Essa afirmação deve ser considerada já que muitos programas e projetos público-esportivos são ofertados com a promessa de suprir outras demandas da população; o esporte muitas vezes nessas ações é utilizado como meio auxiliar para a obtenção de outros direitos sociais. Em relação a isso a autora não encontrou indícios que pudessem afirmar que a oferta do esporte auxiliou na melhoria da saúde da comunidade, na ascensão social dos participantes, e nem conseguiu estabelecer relações entre a participação dos jovens no programa e o uso de drogas, ou a criminalidade. Por muitas vezes ouvimos discurso de pessoas que estão envolvidas no esporte, que o consideram como a “solução dos problemas da sociedade”, em uma abordagem salvacionista, capaz de “curar” as mazelas sociais.

As ações do PRIESP não mais existem, mas acreditamos que muitas das revelações da pesquisa de Alba Zaluar ainda estão presentes nas políticas públicas para o esporte na atualidade.

CAPÍTULO 2 – PROJETOS ESPORTIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA: DESENHANDO O CENÁRIO

Os projetos esportivos que estudamos neste trabalho são desenvolvidos em Curitiba. Assim julgamos pertinente apresentar uma breve descrição da cidade, de como a PMC é dividida administrativamente e os instrumentos de gestão utilizados atualmente, bem como a descrição de cada um dos projetos da SME. Para tanto utilizaremos informações oficiais encontradas em documentos disponíveis para *download* no site⁵⁵ da Prefeitura Municipal de Curitiba, bem como aqueles que nos foram disponibilizados pela SME.

2.1 CURITIBA: cidade, administração e a gestão.

2.1.1 A cidade.

Curitiba⁵⁶ é a capital do estado do Paraná localizada a 934,6 metros de altitude no primeiro planalto paranaense, a aproximadamente 90 quilômetros do Oceano Atlântico. Segundo a revista norte-americana Reader's Digest (2008), é a cidade com melhor qualidade de vida do Brasil. É a sétima cidade mais populosa do Brasil e a maior do sul do país, com uma população de 1.828.092 habitantes. É a principal cidade da Região Metropolitana de Curitiba, que é formada por 26 municípios e que possui 3.172.357 habitantes sobre uma área de 15.447 km², o que a torna a oitava região metropolitana mais populosa do Brasil.

A cidade também chama a atenção por seus diversos planos urbanísticos e legislações que visam conter seu crescimento descontrolado o que chamou atenção de outros países, tornando-a famosa internacionalmente pelas suas inovações urbanísticas e o cuidado com o meio ambiente, sendo a maior delas no transporte público. Hoje, a cidade tem um senso de vida cosmopolita, considerada a capital com melhor qualidade de vida do Brasil, com um pólo industrial diversificado que lhe dá o posto de 4^a maior economia do Brasil e considerada umas das 5 melhores

⁵⁵ Disponível em www.curitiba.pr.gov.br

⁵⁶ As informações sobre a cidade de Curitiba foram retiradas do site Wikipedia, no endereço: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Curitiba>

idades para se investir na América Latina, a principal economia do Paraná. Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) revelou que Curitiba é a cidade que apresenta maior crescimento do PIB no país, e é a quinta cidade mais rica do Brasil.

Em relação ao campo educacional, cabe como ilustração, que a capital parananense segundo o IDEB e a Prova Brasil⁵⁷ apresenta o menor índice de analfabetismo e a melhor média neste sistema de avaliação, entre as capitais brasileiras nas avaliações realizadas em 2008.

2.1.2 A administração e a gestão

Em relação a administração na cidade de Curitiba⁵⁸, cabe ressaltar alguns aspectos, divisões e nomenclaturas importantes e que serão desenvolvidos no trabalho. Inicialmente é fundamental destacarmos a estrutura administrativa, que segundo Bourdieu (1983) faz parte de um campo específico onde os agentes se relacionam, interajem e disputam os capitais específicos, inerentes a esse lócus. O agente com maior capital na estrutura administrativa da PMC é o Prefeito, que ocupa essa posição de destaque no campo, por ter adquirido os capitais necessários através de sua inserção política, e por ter sido eleito através do voto popular, para governar. Na estrutura hierarquica administrativa é colocado no topo, representado materialmente por um órgão, o gabinete do Prefeito. As funções desse gabinete segundo o portal da Prefeitura Municipal de Curitiba (2009) resumem-se em apoiar o chefe do Poder Executivo municipal, o Prefeito, auxiliando na missão de governar a cidade e executar os planos estratégicos⁵⁹, visando o bem estar da população curitibana.

Ainda fazem parte da estrutura da PMC as secretarias de governo. Estas também possuem posição privilegiada e de destaque. Cada uma delas é responsável por uma pasta com demandas específicas da sociedade, e atendem

⁵⁷ IDEB e Prova Brasil são avaliações propostas e elaboradas pelo Ministério da Educação para avaliar o nível da educação básica e do ensino fundamental no Brasil. Maiores informações podem ser obtidas em www.mec.gov.br

⁵⁸ O que citamos aqui são informações oficiais contidas em www.curitiba.pr.gov.br disponíveis em 15/07/09.

⁵⁹ Entre os planos estratégicos os projetos esportivos da SME estão contidos no Contrato de Gestão (CURITIBA,2009) que é o documento que direciona as ações da atual gestão. Este documento, como a descrição dos documentos que embasam os projetos esportivos que são foco do nosso trabalho serão aprofundados no próximo tópico.

objetivos específicos, e exemplificando podemos citar a secretaria da saúde, secretaria de segurança pública, entre outras. Além do prefeito e dos secretários outros agentes constituem a estrutura, e possuem uma posição diferenciada e um capital específico acumulado por estarem ocupando cargos na gestão: os assessores, chefes de gabinete, superintendentes, diretores, gerentes e coordenadores. Além destes os funcionários públicos que não ocupam cargos comissionados⁶⁰ são os outros agentes que fazem parte da estrutura da PMC.

Em relação as secretarias de governo as que nos interessam aqui são a SME e a SMEL⁶¹. Inicialmente a SME por ser a instituição responsável pela gestão da educação na cidade de Curitiba, e também dos projetos esportivos que são objeto de nosso estudo; e a SMEL que segundo o portal da Prefeitura Municipal de Curitiba na internet é a secretaria responsável pela oferta e o fomento de práticas de “esporte, lazer e atividades físicas ao cidadão curitibano, para seu bem estar, promoção social e inserção na sociedade” (CURITIBA, 2009)⁶².

Na estrutura administrativa também fazem parte as regionais. Estas que segundo Walter (2004) são responsáveis pela descentralização das ações da Prefeitura, e que ficam instaladas em equipamentos públicos chamados “Ruas da Cidadania.”

Estes equipamentos possuem um administrador regional, que atua como um subprefeito e é responsável por algumas ações que podem ser resolvidas em nível regional. Cada secretaria possui nas Ruas da Cidadania um braço de sua administração, que segundo Walter (2004) procuram diminuir as distâncias entre o cidadão e a Prefeitura. Esses equipamentos são responsáveis por agilizar processos burocráticos e administrativos, e possuem repartições instaladas de todas as secretarias, possibilitando que o atendimento as demandas da população possam ser feitas próximo às suas residências, ou seja, nas regionais.

Logicamente não é nosso objetivo nos aprofundarmos na descrição de toda estrutura administrativa da PMC, mas fornecer informações básicas para que no

⁶⁰ Os cargos comissionados podem ser ocupados pelos funcionários aprovados em concurso público, ou por pessoas escolhidas de acordo com o interesse da administração municipal. Quando os cargos são ocupados por funcionários efetivos da administração municipal além dos seus proventos recebem uma gratificação por estarem desenvolvendo funções de chefia, coordenação ou gerência.

⁶¹ Afirmamos isto no sentido de que esta secretaria é citada por diversas vezes no trabalho, mas não tivemos a preocupação em aprofundarmos sua estrutura e funcionamento, pois os projetos que estudamos estão vinculados à SME. Mas também consideramos importante esta citação por ser a secretaria responsável pela oferta do esporte em Curitiba, e não a SME. Este foi uma das inquietações que suscitaram este trabalho.

⁶² <http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/secretaria.aspx?idf=200&servico=17>, em 15 de julho de 2009

decorrer do trabalho possibilitem ao leitor o entendimento em relação ao nível estrutural que estão colocados os projetos. Por essa razão nos atentamos no próximo tópico na discussão da estrutura da SME.

2.2 ESTRUTURAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A SME, secretaria responsável pela gestão dos projetos esportivos está estruturada da seguinte forma: a secretária de educação, duas superintendências, sendo a superintendência de gestão educacional a qual estão submetidos o departamento de ensino fundamental, departamento de educação infantil, departamento de tecnologia e difusão educacional, coordenadoria de estrutura e funcionamento de ensino, coordenadoria de necessidades especiais; e a superintendência executiva a qual estão submetidos o departamento de logística, o departamento de planejamento e informações educacionais, e os núcleos setoriais administrativos, financeiros e recursos humanos. Ainda na estrutura da SME estão os Núcleos Regionais (NRE), representados pelos chefes de núcleo. Os NRE funcionam como uma “mini secretaria”, “é a unidade organizacional da SME responsável pela operacionalização e controle das atividades descentralizadas da Secretaria” (CURITIBA, 2009)⁶³. Esta parte da estrutura é a responsável por “coordenar as ações educacionais no nível regional apoiando as escolas municipais, centros de educação integral, centros de educação infantil, centros de atendimento especializado, e Faróis do Saber⁶⁴” (CURITIBA, 2009)⁶⁵. O NRE da educação hierarquicamente se reporta diretamente a superintendência de gestão executiva. Ainda fazem parte da estrutura organizacional as escolas que ficam submetidos à toda a estrutura da SME.

Essa é a estrutura geral para o funcionamento de todas as funções da SME. Logicamente existem outras subdivisões que funcionam especificamente para o desenvolvimento das atividades da secretaria. Mas o que nos interessa neste

⁶³ <http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?subcan41> em 11 de novembro de 2009

⁶⁴ Designação dada a bibliotecas públicas que foram construídas pela PMC e tem a arquitetura de um farol e por isso a alusão ao nome.

⁶⁵ <http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/secretaria.aspx?id=320&servico=16>, em 11 de novembro de 2009

momento é visualizarmos o campo em que esta estrutura está colocada para o desenvolvimento dos projetos esportivos da SME.

A partir da oferta do esporte nas escolas, que está contemplada no Contrato de Gestão, com a oferta de atividades educativas complementares⁶⁶ ofertadas em horário de contraturno, a SME passa a ser uma das instituições pertencentes ao campo esportivo. Neste trabalho iremos focar nossa análise no subcampo que é constituído a partir da inserção de atividades esportivas nas escolas: o subcampo do esporte escolar. E neste subcampo encontram-se as ações dos projetos esportivos da SME. Desta forma para a delimitação deste lócus, descreveremos a estrutura existente, e que estão diretamente relacionadas ao nosso objeto de estudo.

Logicamente que qualquer ação da SME tem na sua estrutura em seu patamar mais elevado o gabinete do secretário (a) municipal de educação. Este agente, que possui o maior capital simbólico, tem a função de gerir e estar ciente (teoricamente) das ações da secretaria, entre estas as ações inerentes aos projetos esportivos. Abaixo da secretária na estrutura funcional dois agentes começam a ter uma participação mais direta com a estrutura e o funcionamento dos projetos. A superintendência executiva é a responsável pela avaliação financeira e a viabilidade de qualquer ação que esteja sendo planejada⁶⁷. Os projetos chegam até esta superintendência através da Superintendência de Gestão Educacional. Esta avalia os projetos que são apresentados por diferentes agentes que participam do campo, e avaliam sua viabilidade funcional, pedagógica e institucional; neste momento são levados em consideração fatores como: os benefícios que as ações proporcionarão aos estudantes, quais serão os ganhos institucionais com a oferta dos projetos, no nosso caso os do campo esportivo; a possibilidade de seu funcionamento de acordo com as condições existentes nas escolas; e também os recursos humanos (professores, orientadores, coordenadores) que serão deslocados, readaptados, ou contratados para o desenvolvimento das ações. Mas antes destes projetos chegarem até a análise das duas superintendências, devem passar por uma avaliação técnica pelas equipes das diversas áreas do conhecimento que existem no interior do Departamento de Ensino Fundamental. Entre estas equipes está a equipe

⁶⁶ Esta nomenclatura utilizada para as ações dos projetos esportivos da SME será mais bem discutida no próximo tópico, quando abordaremos o Contrato de Gestão da PMC.

⁶⁷ Essas informações foram retiradas do site da PMC: www.curitiba.pr.gov.br (disponível em 10/06/09).

de EF que faz a análise dos projetos esportivos que nos debruçamos a estudar nesta pesquisa.

Desta forma podemos visualizar a complexidade do campo, especificamente o subcampo do esporte escolar, que está contido no interior do campo escolar, mas que também apresenta intersecções com o campo esportivo. Segundo Bourdieu (1983) essa complexidade também existe pelas inúmeras relações que são estabelecidas entre os agentes no interior do campo, os quais possuem posições e capitais diferentes, e que desenvolvem interações, disputas e conflitos por um objeto específico.

No subcampo do esporte escolar observamos as ações dos projetos esportivos da SME além dos agentes citados anteriormente também visualizamos os coordenadores dos projetos, os professores que são responsáveis pela sua execução, os professores de EF das escolas, mas que não atuam nos projetos, os professores de outras disciplinas, o diretor e vice, a equipe pedagógica, e outros profissionais envolvidos, bem como os alunos e a comunidade ao entorno das unidades escolares aonde os projetos acontecem. Todos esses agentes estão inseridos no subcampo do esporte escolar, e em algum momento estabelecerão relações nas ações desenvolvidas pelos projetos esportivos da SME.

Como já afirmamos seria complexo e despenderia tempo que não possuímos realizar uma pesquisa com todo o subcampo, e por isso elencamos um gestor, representando a estrutura organizacional da SME (anteriormente apresentada graficamente) com responsabilidade administrativa-operacional em relação aos projetos; e os coordenadores e professores que são os responsáveis pelas ações práticas.

2.3 DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Os projetos esportivos têm sua oferta prevista de acordo com alguns documentos específicos, que são as propostas de aplicação dos mesmos nas escolas. Nestes estão contidas orientações em relação à operacionalização das ações, os locais onde são desenvolvidas, e os agentes responsáveis por seu funcionamento. Além dos documentos específicos de cada projeto, iremos apresentar o Contrato de Gestão da PMC. O motivo a apresentar este documento é

que uma das metas contempladas pela atual gestão, e que está sob responsabilidade da SME é a oferta dos projetos esportivos nas escolas municipais em horário de contraturno.

2.3.1 Contratos de Gestão

Cada uma das secretarias envolvidas na administração pública municipal de Curitiba possui um contrato específico onde estão contidas as metas e objetivos de cada uma delas. O que nos interessa nesse momento é o Contrato de Gestão da SME, e como os projetos esportivos estão contemplados neste documento.

De acordo com as informações contidas no site⁶⁸ essa forma de visualizar a gestão pública teve sua influência na forma em que as instituições privadas realizam sua gestão. O Contrato de Gestão, segundo o Curitiba (2009), define-se como um instrumento firmado entre o dirigente de uma organização e os dirigentes de suas unidades administrativas, com o intuito de tornar mais eficiente, eficaz e efetiva a administração como um todo. Esse acordo contém responsabilidades e deveres tanto do contratado como do contratante, e nele estão contidos metas, objetivos que devem ser atendidos pelos agentes que firmam este tratado.

No caso da PMC, o Contrato de Gestão estabelecem o acordo entre o Prefeito e os secretários; estes contêm os principais compromissos do plano de governo nas áreas econômica, social, urbanístico-ambiental e de gestão voltados ao desenvolvimento da cidade e da sociedade curitibana. Segundo este documento as diretrizes básicas para todas as secretarias são:

Pactuar com cada dirigente objetivos, metas e propostas, expressos em programas e projetos a serem realizadas na gestão; Endereçar com clareza atribuições de coordenação de programas e projetos, estabelecendo matriz de responsabilidades e assim facilitando a interlocução e a gestão; Realizar, por meio de uma Unidade de Gestão, monitoramento periódico como mecanismo de avaliação permanente, ajustes, apoio e correção de trajetória do andamento do Plano de Governo. Na Prefeitura de Curitiba, o prefeito [xxxxx] determinou que os compromissos com a cidade e com o cidadão tenham clareza e transparência, podendo ser acompanhados pelos cidadãos, principalmente, na página da Prefeitura na internet. (CURITIBA, 2009 disponível em www.curitiba.pr.gov.br, em 05 de novembro de 2009)

⁶⁸ <http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/cidade.aspx?id=812&servico=39> (disponível em 15/06/09)

Cabe também afirmarmos que essa formatação, a utilização destes contratos firmados entre os secretários e suas equipes foram aplicados na atual gestão⁶⁹. Os mesmos foram assinados em janeiro de 2009 pelo prefeito e todos os secretários e presidentes de institutos, empresas e fundações públicas municipais, e que contém as “Diretrizes e Bases para o Contrato de Gestão”, documento com os principais compromissos do Plano de Governo para os quatro anos da gestão 2009/2012.

Os contratos foram elaborados através destas diretrizes e constam os compromissos do Prefeito com os cidadãos curitibanos, feitos durante a campanha eleitoral. Assim cada secretaria elaborou seu plano de ação para cumprir com as metas da gestão em cada uma das demandas específicas, devendo ser realizados de março 2009 a dezembro 2012, o tempo que esta gestão planejou para cumprir com seus objetivos de governo. A partir destas informações foi assinado dia 27 de março de 2009 o compromisso entre o Prefeito e os secretários, materializados através destes contratos; cada secretaria assinou seu contrato contendo suas atribuições para os próximos quatro anos.

Este documento em seu interior indica além das metas as obrigações dos gestores e entre estas podemos destacar:

Cumprir as metas estabelecidas e alcançar os resultados determinados; realizar um trabalho sincronizado com as demais secretarias, promovendo ações intersecretoriais; obrigações em relação à prestação de contas de suas atividades, de forma periódica, à Unidade de Gestão do Plano de Governo, criada para acompanhar a execução de todos os projetos. (CURITIBA, 2009, disponível em www.curitiba.pr.gov.br em 05 de novembro de 2009)

As obrigações e as metas contidas nestes contratos que são acompanhados e fiscalizados pela Unidade de Gestão e Plano de Governo. Esta unidade é formada pela Secretaria do Governo Municipal, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, Secretaria Municipal de Finanças, Gabinete do Prefeito e o Instituto Municipal de Administração Pública. As avaliações acontecem a cada quadrimestre, e em julho deste ano já foi realizada a primeira delas.

A adoção deste instrumento pela atual gestão também prevê a oferta de capacitações aos gestores visando qualificar e adequar os funcionários da PMC, para atuar de acordo com este modelo de gestão.

⁶⁹ Segundo Curitiba (2009) esse modelo de gestão já foi utilizado na administração pública de forma embrionária no governo de Fernando Henrique Cardoso, através da reforma administrativa de estado do governo Federal, através das ações do ministro Bresser Pereira; e na ação denominada “Choque de Gestão” adotado pelo governo de Minas Gerais em 2003, visando diminuir e equacionar os gastos públicos.

2.3.2 O Contrato de Gestão da SME e as metas para os projetos esportivos

A SME como uma das secretarias que fazem parte da estrutura da PMC também assinou um contrato, onde existem metas a serem cumpridas de acordo com o documento do Contrato de Gestão.

As principais metas da SME são: expansão e melhora da qualidade do ensino fundamental, aumentar a oferta de vagas para a Educação Infantil, ampliação do Programa Comunidade Escola⁷⁰, e o fortalecimento das ações para o aumento do nível cultural dos estudantes.

Essas metas globais estão descritas no Contrato de Gestão, e no interior de cada uma delas existem inúmeras metas específicas para que o objetivo geral seja atingido. Não é interesse desta pesquisa descrever cada uma das metas, mas é importante apontarmos aonde os projetos esportivos da SME estão inseridos.

No objetivo proposto pelo Contrato de Gestão, em relação à expansão e melhora da qualidade do ensino fundamental existem dois itens que merecem ser mais bem descritos neste momento. O referido documento aponta que cabe a SME ofertar atividades educativas complementares e aumentar a carga horária dos estudantes municipais de quatro para cinco horas diárias.

Quando do conhecimento desta proposta tivemos a impressão de que o aumento da carga horária poderia ser preenchido com a oferta de atividades esportivas, mesmo que o documento não contemple qual será a natureza das atividades ofertadas nessa extensão. Assim o esporte pode vir a ser uma das atividades contempladas, e por mais essa razão torna-se importante a discussão neste trabalho da oferta do esporte pela SME. O início desse acréscimo no tempo de aula dos estudantes está previsto para 2010 em onze escolas municipais, que serão utilizadas pela SME para análise das principais mudanças que deverão ser feitas e o planejamento desta ampliação para toda a rede municipal. Segundo o contrato desta secretaria até o final da gestão todas as escolas terão aumentado de quatro para cinco horas o tempo de permanência dos estudantes nas unidades escolares.

⁷⁰ O programa Comunidade Escola consiste em atividades esportivas, culturais, artísticas, de geração de renda, informações de saúde preventiva e educacionais, que envolvem diversas secretarias da PMC, que são ofertadas a comunidade, utilizando o espaço da escola, nos finais de semana. As atividades esportivas deste programa são de responsabilidade da SMEL, e consistem basicamente no empréstimo das quadras para a utilização da comunidade, orientados por estagiários desta secretaria.

Outra meta da SME é a oferta de atividades educativas complementares. Essas atividades devem ser ofertadas aos estudantes municipais em horário de contraturno. As possibilidades de oferta previstas variam desde fanfarras escolares, teatro, dança, até complementações pedagógicas como aulas complementares em matemática e português por exemplo. E dentre essa diversidade estão previstas os projetos que são objeto desta pesquisa: tênis de campo, atletismo e vôlei.

A meta é ambiciosa e prevê a oferta destas atividades educativas complementares em todas as escolas da rede municipal de ensino. Ao mesmo tempo em que exige uma grande responsabilidade já que se espera, teoricamente, que as ações sejam coordenadas e sigam uma diretriz, um objetivo claro da funcionalidade dessas ações no interior das escolas. Aqui mais uma vez ressaltamos a importância de pesquisarmos os projetos esportivos da SME, para que este trabalho possa apontar acertos e ajustes necessários, contribuindo assim, em nossa concepção, na melhora do atendimento aos estudantes.

2.3.3 Projetos esportivos da Secretaria Municipal de Educação

Neste tópico iremos descrever os projetos esportivos da SME que fazem parte deste trabalho. Para isso utilizaremos os documentos da secretaria que os descrevem e que norteiam cada uma das ações. Estes documentos nada mais são do que as propostas de aplicação das atividades, e que foram aprovados pela SME para a implantação das ações nas escolas. Cabe ressaltar que neste momento não faremos nenhuma análise, mas apenas a transcrição das informações presentes nestes documentos como: operacionalização do projeto, objetivos, metodologia, público alvo, recursos utilizados formas de avaliação e cronograma, para que o leitor possa visualizar o cenário.

A análise proposta para este estudo será feita no próximo tópico promovendo um diagnóstico dos objetivos e funções dos projetos esportivos da SME utilizando além dos dados obtidos nos documentos, as informações relativas às entrevistas.

Cabe apenas enfatizar mais uma vez quais foram os critérios de seleção dos projetos para este estudo: serem de responsabilidade da SME; ofertar atividades esportivas no contraturno escolar; terem como responsáveis pelo desenvolvimento

das aulas os professores de Educação Física lotados⁷¹ nas escolas aonde os projetos acontecem; e utilizar a estrutura física da escola para o desenvolvimento das ações.

2.3.3.1 “Tênis para todos: uma nova cultura começa na escola”

De acordo com o documento que regulamenta o projeto “Tênis para todos: uma nova cultura começa na escola” de responsabilidade da SME, o mesmo acontece em quatorze escolas municipais⁷² de Curitiba, em seis núcleos regionais. O referido projeto oferta aulas gratuitas de mini tênis utilizando o espaço escolar (quadras poli esportivas e pátio das escolas) e tem como objetivo ampliar as ações e as atividades educativas complementares de contraturno aos estudantes. Assim o público alvo do projeto são os estudantes da rede municipal de ensino, regularmente matriculados, na faixa etária de sete a quatorze anos, de ambos os sexos, que freqüentam as atividades duas vezes na semana com aulas de no mínimo uma hora de duração. Cada turma é composta por quinze alunos e os responsáveis pelas ações nas escolas são os professores de Educação Física lotados na unidade escolar que o projeto acontece; ou seja o professor responsável pela disciplina de Educação Física na escola, é o responsável pelo desenvolvimento do projeto. Os horários utilizados para o desenvolvimento do projeto utilizam a carga horária deste profissional, ou são utilizados horários após sua jornada de trabalho, com extensão de sua carga horária, e conseqüente pagamento de horas extras.

Também é um dos objetivos contidos nesta proposta tornar Curitiba referência nacional na oferta e implantação do programa de Tênis escolar. Entre os objetivos específicos podemos citar:

⁷¹ Termo que designa aonde o servidor público, no caso de nossa pesquisa o professor de Educação Física, irá desempenhar as funções inerentes ao seu cargo; mais especificamente qual escola este professor irá ministrar as aulas de Educação Física.

⁷² Escola Municipal Cerro Azul, Escola Municipal Jaguariaiva, Escola Municipal Dona Lulu, Escola Municipal Cecília Maria Westphalen, Escola Municipal Augusta Gluck Ribas, Escola Municipal Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Escola Municipal Miracy Rodrigues de Araújo, Centro de Educação Integral David Carneiro, Escola Municipal Maria Marli Piovezan, Escola Municipal Linneu do Amaral, Escola Municipal Oswaldo Arns, Escola Municipal Darci Ribeiro, Escola Municipal Nympha Peplow, Escola Municipal Boleslau Falarz

- Desenvolver a metodologia do minitênis;
- Capacitar os professores que implantaram estes contratuados, através da oferta de capacitações;
- Formar praticantes de Tênis;
- Fortalecer a parceria com a Federação Paranaense de Tênis, e oficializar a parceria com a Confederação Brasileira de Tênis, e com o Instituto Ícaro que já absorve estudantes municipais de algumas escolas da Regional Santa Felicidade;
- Buscar parcerias com a iniciativa privada para o incremento das ações do projeto;
- Estabelecer parceria com o Programa Comunidade Escola;
- Promover competições e festivais de minitênis, e possibilitar aos alunos a participação em torneios oficiais da Federação Paranaense de Tênis;
- Oferecer aos jovens a oportunidade de uma juventude competitiva;
- Detecção de possíveis talentos esportivos;
- Tornar Curitiba como a capital com maior número de praticantes de Tênis no Brasil, e referência na implantação do Tênis na escola.

O referido projeto desenvolve-se através da metodologia da Federação Internacional de Tênis, denominada *Play and Stay*, a qual tem por base a adaptação dos espaços para o jogo do tênis. A metodologia das ações utiliza as quadras poliesportivas e outros espaços onde a única exigência é que a “bola quique”. A fase inicial da metodologia prevê a utilização de quadras em tamanho reduzido e sua consequente ampliação de acordo com o desenvolvimento do aluno. Para tornar o jogo mais fácil são utilizadas algumas estratégias metodológicas como bolas de tênis mais “murchas”, com menos pressão o que torna o jogo mais lento facilitando a prática ao iniciante; raquetes mais leves; e redes mais baixas. Todas essas medidas estão previstas nessa metodologia⁷³, e segundo o documento são utilizadas em todas as escolas participantes do projeto. Ainda o documento da SME preconiza que a possibilidade de praticar o Tênis de forma reduzida e com materiais adequados

⁷³ Não detalharemos esta metodologia proposta pela Federação Internacional de Tênis, pois esta não estava detalhada no documento e não é o objetivo deste trabalho discorrer sobre esta, apenas descrevermos como é desenvolvida cada ação.

para o ensino, torna possível aos estudantes a execução dos fundamentos, proporcionando motivação, pois os mesmos terão êxito e prazer nas atividades.

Segundo o documento que embasa o projeto o trabalho do tênis, por meio da iniciação com o mini tênis, auxilia no desenvolvimento de habilidades motoras dos estudantes como a coordenação, habilidades óculo-pedais, aprimoramento de noção espaço temporal, como também auxiliam no desenvolvimento físico, como a melhora da resistência cardiorrespiratória, flexibilidade, força, velocidade. As atividades propostas têm a preocupação de respeitar aos limites maturacionais e físicos dos estudantes para, segundo este documento, se tornar um aliado no desenvolvimento da criança.

Em relação à alçada da SME e suas responsabilidades em relação ao projeto de Tênis são: o acompanhamento, planejamento e avaliação das atividades; capacitação dos profissionais de Educação Física das escolas para o desenvolvimento do projeto; pagamento de horas extras quando estas sejam necessárias para a aplicação do projeto e a extensão da carga horária dos professores; promover eventos externos ao ambiente escolar para fomentar e motivar os estudantes do projeto, tendo também a incumbência de disponibilizar o transporte e os lanches necessários para a participação dos alunos; aquisição de materiais específicos para a prática do Tênis na escola; custeio de transporte, hospedagem e alimentação para participação dos estudantes em torneios de Tênis da FPT.

O documento contempla a utilização das quatorze escolas municipais, já citadas anteriormente, para o desenvolvimento do projeto, sendo que também estabelece o número de turmas e alunos a serem atendidos em cada escola. Segundo Curitiba (2009) o projeto prevê que cada turma deve ter no máximo vinte alunos, e atualmente está atendendo 427 estudantes. Para este atendimento participam 23 professores de Educação Física, dois coordenadores, e a equipe da SME.

Um item que cabe ser enfatizado é que um dos critérios de avaliação prevê a possibilidade do projeto não ter continuidade e não ser mais ofertado, dependendo da “aceitação” dos estudantes. A responsabilidade desta é da equipe de EF, que faz parte da gestão dos projetos da SME, e que fará uma reavaliação das propostas, ao final de cada ano, visualizando se os objetivos vêm sendo atingidos, como também a análise dos recursos materiais, humanos e financeiros para a continuidade da oferta.

Nossa preocupação é que essa avaliação não seja feita levando em consideração aspectos esportivos e benefícios aos alunos, e sim outros aspectos, o que pode provocar a descontinuidade das ações, já que os projetos esportivos da SME são garantidos pela atual gestão, como uma política de governo, e não por leis específicas que orientam sua oferta, o que garantiria sua continuidade independente do grupo político que esteja no comando das ações da PMC.

2.3.3.2 Projeto “Voleibol com Educação - Leões do Volêi”

De acordo com o documento que embasa o projeto de Vôlei da SME este acontece em seis escolas municipais⁷⁴ de Curitiba, em seis núcleos regionais. O referido projeto oferta aulas de voleibol utilizando a quadras poli esportiva da escola e tem como objetivo tornar Curitiba referência nacional na formação esportiva de base, e também como o projeto de Tênis, ampliar as ações e as atividades educativas complementares de contraturno aos estudantes, já que ambos têm esse objetivo proposto no Contrato de Gestão.

O projeto é destinado aos estudantes matriculados nas escolas municipais na faixa etária de nove a quatorze anos, de ambos os sexos. Os mesmos freqüentam as atividades preferencialmente três vezes na semana com aulas de no mínimo uma hora e trinta minutos de duração, com turmas de até trinta alunos. Este projeto também utiliza como recursos humanos para seu desenvolvimento os professores de Educação Física lotados na unidade escolar, assim como no projeto de Tênis. Os horários utilizados para o desenvolvimento do projeto podem ser dentro da jornada de trabalho deste profissional, ou com extensão de sua carga horária, e conseqüente pagamento de horas extras.

⁷⁴ CEI do Expedicionário, EM Germano Paciornik, EM Maria do Carmo Martins, CEI Antônio Pietruza, CEI Issa Nacli, EM Anísio Teixeira.

O documento que orienta as ações do projeto de vôlei da SME ainda traz como objetivos específicos:

- Desenvolvimento de uma metodologia de sucesso;
- Implantação de núcleos de referência nacional;
- Formação de campeões de voleibol;
- Tornar Curitiba um pólo de formação de atletas;
- Promover competições de mini voleibol;
- Educar através do esporte.

A metodologia proposta pelo projeto é a metodologia “3D’s de mini-voleibol”, a qual tem por base a filosofia adotada pelo atleta Emanuel no decorrer de sua carreira esportiva. De acordo com o documento específico esta metodologia:

“prioriza o desejo, a determinação e o domínio. Desejo em descobrir os anseios e mostrar os espaços na sociedade; determinação em programar direções e definir as etapas da vida e domínio em formar um caráter e personalidade distinta, com propósito de fraternidade e paz para com as necessidades do próximo. (CURITIBA, 2009, p.3)

Ainda os benefícios citados no documento com a utilização dessa metodologia são as vantagens de adaptação das características dos participantes em relação às dimensões reduzidas utilizadas no mini-voleibol respeitando as características de crescimento e desenvolvimento motor do estudante.

As responsabilidades da SME em relação ao projeto LV são: o acompanhamento, planejamento e avaliação das atividades; pagamento de horas extras quando estas sejam necessárias para a aplicação do projeto e a extensão da carga horária dos professores; promover eventos externos ao ambiente escolar para fomentar e motivar os estudantes do projeto, tendo também a incumbência de disponibilizar o transporte e os lanches necessários para a participação dos alunos.

Este projeto faz parte de uma parceria estabelecida entre a empresa Matte Leão e a Prefeitura Municipal de Curitiba, cada qual com atribuições específicas no processo. No documento norteador deste projeto as atribuições citadas acima ficam sob responsabilidade da SME, e nesta parceria a empresa Matte Leão custeia a capacitação dos professores de Educação Física que vão atuar no projeto, bem como a aquisição e reposição dos materiais necessários para o desenvolvimento das ações nas escolas participantes. Essa é a única referência que existe no documento em relação a esta parceria.

Atualmente segundo este documento são atendidos no projeto 267 alunos, e estão envolvidos na operacionalização das atividades nove professores de Educação Física, um coordenador, e os profissionais da SME envolvidos com a gestão do mesmo.

As ações do projeto de vôlei segundo Curitiba (2009) não tem a garantia de continuidade, pois as ações serão reavaliadas ao final de cada ano para esta definição, levando em consideração os recursos materiais e humanos despendidos para a execução do mesmo, e manutenção da parceria com a empresa Matte Leão. A avaliação será feita pela equipe da SME, especificamente a equipe de EF.

2.3.3.3 Projeto de Atletismo

O projeto de Atletismo da SME de acordo com o documento que embasa as ações acontece em duas escolas municipais: a EM Omar Sabbag e na EM Ulysses Falcão Vieira. Essas escolas estão localizadas na Regional Cajuru e Santa Felicidade respectivamente. Este projeto oferta aulas de atletismo nestas escolas, gratuitas aos estudantes matriculados na rede municipal de ensino.

O projeto oferece aos estudantes destas escolas treinamento⁷⁵ de atletismo, adaptando o espaço escolar para as modalidades de pista e as corridas de rua.

Os objetivos contemplados segundo o documento da SME são:

- Ofertar treinos de atletismo para os estudantes das escolas municipais em horário de contraturno;
- Promover o resgate social de crianças em situação de risco;
- Despertar e motivar os alunos para atividades específicas de atletismo, ajudando-os na sua formação e no convívio social;
- Participar das competições de atletismo da SMEL, Federação de Atletismo, Paraná Esporte e outros;
- Propiciar aos alunos maior conhecimento das técnicas de atletismo;
- Utilizar procedimentos diversificados, para se estabelecer diferentes níveis de desempenho na habilidade, com vista a motivar os alunos;

⁷⁵ Essa é a nomenclatura utilizada no projeto específico.

- Cultivar a interação professor/aluno, criando um ambiente de motivação e espírito cooperativo;
- Caracterizar o “ganhar” e o “ perder ” como possibilidades de desenvolver a auto estima, coragem e o controle emocional;
- Detecção de talentos esportivos.

O atendimento é destinado aos estudantes na faixa etária de sete a quatorze anos, e o pré-requisito para participação no projeto é estar regularmente matriculado na rede municipal de ensino. Cada turma é formada por até 20 estudantes, que freqüentam as atividades duas ou três vezes por semana, com aulas de uma hora.

Os profissionais responsáveis pelas atividades de atletismo estão lotados nas escolas participantes do projeto, mas não atuam nas aulas de Educação Física, foram deslocados exclusivamente para o projeto; ao todo são cinco professores, quatro na operacionalização das aulas e um na coordenação das duas escolas. Além destes, como no projeto de Tênis e Vôlei, a equipe da SME também faz parte dos profissionais envolvidos nos projetos.

As responsabilidades da SME em relação ao projeto de atletismo são: o acompanhamento, planejamento e avaliação das atividades; pagamento de horas extras quando estas sejam necessárias para a aplicação do projeto e a extensão da carga horária dos professores; compra de materiais esportivos; promoção de eventos externos ao ambiente escolar para fomentar e motivar os estudantes do projeto, tendo também a incumbência de disponibilizar o transporte e os lanches necessários para a participação dos alunos.

Neste documento também é destacada a avaliação prevista ao final de cada ano para analisar a continuidade ou não das ações. Atualmente participam das atividades do projeto 205 alunos de ambos os sexos.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA: A HORA DAS VERDADES

Neste capítulo descreveremos os dados obtidos nas entrevistas realizadas que subsidiou o diagnóstico da estrutura e do funcionamento dos projetos e dos objetivos e funções para a SME, estabelecendo relações com os objetivos e funções na concepção dos professores e coordenadores, que são os agentes responsáveis pela execução das ações.

Logicamente não fizemos apenas indagações aos agentes envolvidos nesta pesquisa em relação aos objetivos e funções nas suas concepções, o que tornaria a análise superficial. Para cumprir com o que propomos outros fatores que estão ligados ao subcampo, especificamente aos projetos, fizeram parte dos questionamentos feitos aos agentes. Assim as entrevistas foram direcionadas para abordar diversos aspectos inerentes aos projetos esportivos como: sua estrutura e o funcionamento; como foram, em que momentos, e o que motivou a implantação dos projetos; como estão organizados administrativamente; como são estabelecidas as relações entre os coordenadores, professores, e o órgão gestor (SME); quais são as concepções de esporte presentes nos projetos; como são feitos o planejamento das ações; a existência ou não de uma política de continuidade para os estudantes que freqüentam os projetos; como se estabelecem as relações com a SMEL; a existência de parcerias; de onde provêm os recursos financeiros utilizados; a indicação de esforços do poder público, no caso a SME, para que esses projetos não sejam apenas uma política de gestão, mas uma política de estado.

Acreditamos que a elucidação destes aspectos subsidiou nossa pesquisa para responder o problema deste estudo. Para tanto descreveremos os dados obtidos nas entrevistas realizadas com os agentes, estabelecendo relações destes dados com o referencial teórico proposto no primeiro capítulo.

Com estes dados e de acordo com os pressupostos de Bourdieu, conseguimos visualizar as relações entre os agentes no interior do campo esportivo, mais especificamente no interior do subcampo escolar, que é o lócus onde estão inseridos os projetos esportivos da SME. Neste subcampo foi possível identificarmos os agentes e suas posições, as instituições envolvidas, e suas estruturas. Cabe ressaltar que nem todas as relações possíveis de se estabelecerem no campo foram visualizadas, já que nos preocupamos em argüir apenas os agentes envolvidos na

operacionalização da prática; por questões de delimitação do objeto de estudo não ouvimos os alunos, mas reconhecemos a extrema importância que estes agentes têm no interior deste subcampo.

Para o tratamento dos dados e a garantia do anonimato dos agentes que participaram da pesquisa, criamos alguns codinomes. Esse cuidado está de acordo com as exigências metodológicas e éticas da pesquisa acadêmica. Para o gestor da SME utilizaremos gestor⁷⁶; para os coordenadores utilizaremos C1, C2 e C3 como da mesma forma a partir de agora iremos tratar os projetos como *projeto*, totalmente desvinculados de como foram citados até aqui, para que não haja relação entre o projeto e o agente responsável. Para os professores usaremos PRO1, PRO2 e PRO3. A escolha dos professores foi feita aleatoriamente de acordo com o interesse destes participarem da pesquisa.

Para uma melhor descrição e visualização dos dados dividimos o terceiro capítulo em três tópicos. No primeiro descrevemos os dados obtidos na entrevista com o gestor e as informações substanciais dos documentos; no segundo as informações prestadas pelos coordenadores; e por último a descrição das entrevistas dos professores.

No roteiro proposto ao gestor e na descrição dos documentos objetivamos diagnosticar a estrutura e o funcionamento dos projetos esportivos da SME e a intencionalidade desta secretaria no desenvolvimento das ações. Nos questionamentos propostos aos professores e coordenadores buscamos desenhar o cenário dos projetos esportivos da SME na concepção dos agentes responsáveis pela “prática”, para estabelecer relações⁷⁷ com as informações prestadas pelo gestor e obtidas na descrição dos documentos.

3.1 Projetos esportivos – Impressões do gestor da Secretaria Municipal de Educação

Um dos motivos que nos levaram a pesquisar os projetos esportivos da SME foi o fato destes não serem responsabilidade da SMEL, de quem em teoria é a

⁷⁶ Mesmo não estabelecendo um codinome para o gestor, sua identidade será preservada, pois existem na estrutura da Prefeitura Municipal de Curitiba, especificamente na SME nove gestores (as) que poderiam vir a prestar as informações relacionadas aos projetos esportivos.

⁷⁷ Cabe ressaltar que não iremos estabelecer relações entre os projetos, e sim entre a concepção da gestão, representado pelo gestor e pelos documentos, e os agentes que operacionalizam as ações na prática: os professores e coordenadores.

responsável pela oferta e o fomento ao esporte em Curitiba. Os trabalhos de Walter (2004) e Canan (2008) que também estudaram as ações da PMC na oferta do esporte tiveram seu foco na SMEL. Outros autores como Marco Paulo Stigger, Valter Bracht, Hugo Luisolo, Celi Taffarel, Alexandre Vaz, Eleonor Kunz, e poderíamos citar tantos mais, já se debruçaram no estudo do esporte no interior da escola, mas na maioria das vezes focados principalmente na sua utilização nas aulas de Educação Física, enquanto um componente curricular. A utilização do esporte como uma atividade ofertada na escola, mas não no momento da aula de EF nos instigou a responder alguns de nossos questionamentos. Por essa razão elencamos um gestor da SME, instituição responsável pela oferta dos projetos, nos pareceu coerente para enriquecer nossa discussão.

Um dos objetivos desta pesquisa foi visualizar na concepção da SME quais seriam os objetivos e funções destes projetos, já que eles estão desvinculados das aulas de Educação Física curricular, mas são realizados no interior das escolas municipais. Para isso entrevistamos um dos gestores envolvidos, com a condição que o mesmo participasse das decisões operacionais e administrativas, ou seja, a coordenação geral dos projetos.

Inicialmente o questionamos como aconteceu a implantação dos projetos e quais foram às ações necessárias para tal. O gestor nos informou que a SME implantou esses projetos a partir de iniciativas pessoais de alguns professores em algumas escolas municipais. Isso fica claro quando o gestor afirma: (transcrição da entrevista realizada em 20 de setembro de 2009)

(...) começamos a perceber que alguns professores desenvolviam atividades inovadoras nas escolas. O pessoal fazia muitas vezes as coisas na raça. Isso começou na Escola Municipal [tal] com o [o tal esporte] em 2005 e a partir daí outros esportes começaram a aparecer em outras escolas; e também começamos a partir de idéias de gente de fora inclusive já trazendo o recurso para isso (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 20 de setembro de 2009).

Esse recurso que o gestor se refere veio através da iniciativa de uma empresa privada que apresentou uma proposta a SME para a oferta de um projeto esportivo nas escolas municipais; neste caso “o pacote já vinha completo” (GESTOR, transcrição feita em 20 de setembro de 2009), com parceria instituída com a iniciativa privada, cabendo a PMC apenas formalizar esta ação. O pacote a que se referia o gestor está relacionado aos recursos financeiros que a empresa X

aplicava na compra de materiais e uniformes esportivos para a execução do projeto nas escolas, e a capacitação dos profissionais da PMC; cabendo a SME indicar as escolas municipais que seriam contempladas com os projetos, e destacar os profissionais para ministrarem as aulas, e se necessário fosse, viabilizar o pagamento de horas extras a estes. A partir da implantação do projeto as funções de coordenação, planejamento e avaliação ficaram a cargo da SME, que destacou profissionais do seu quadro funcional para isso; e também ficou responsável pela difusão da marca da empresa nas ações do projeto.

Mas o que nos parece que motivou e que ficou transparecido na fala do gestor, é que foi a partir da iniciativa de alguns professores, em algumas escolas, que a SME começou a incentivar projetos esportivos em contraturno nas escolas. Anteriormente os professores “empreendedores” citados acima desenvolviam de forma voluntária as atividades que hoje são formalmente consideradas como ações da SME.

Em uma tentativa de citar ações anteriores às ações individuais de “alguns professores” o gestor afirmou: “cabe ressaltar, escreve aí, anteriormente aos projetos tinha esporte nas aulas de Educação Física, no Programa Comunidade Escola, ou através do programa Educação Permanente”⁷⁸ (GESTOR, transcrição feita em 20 de setembro de 2009).

Justificou também que novas ações na oferta do esporte estavam previstas (além das que elencamos para nossa pesquisa) para o segundo semestre de 2009 e início de 2010, e que a SME apostava muito nesses projetos:

Além desses três começamos a ofertar aulas de futebol de campo aos estudantes municipais, vai começar o Rugby em parceria com uma equipe de Rugby que vai ministrar as aulas, tem o projeto fantástico de Ginástica do professor [fulano], e pretendemos atingir outras modalidades também e mais escolas. Esse grande projeto se chamará Educação pelo Esporte (GESTOR, transcrição feita em 20 de setembro de 2009).

⁷⁸ O programa Educação Permanente segundo Curitiba (2009) consiste no cadastro de professores, ou instrutores que comprovem através de documentos habilidades em atividades específicas. Este cadastro não é exclusivo a funcionários da PMC, podendo qualquer profissional que comprove sua habilitação se cadastrar. Após a análise da documentação os que cumprirem com as exigências do programa Educação Permanente recebem um alvará para implantar nos finais de tarde, após o encerramento das aulas, atividades a comunidade; em relação ao esporte aulas de iniciação esportiva nas escolas. Neste caso a oferta não é gratuita, sendo cobrada uma mensalidade (que será forma de pagamento do trabalho deste profissional) e desta, 10% é repassado para a escola aonde as atividades são desenvolvidas. A oferta não é apenas esportiva, podendo ser desenvolvidos cursos profissionalizantes, do ensino da língua, ou atividades culturais como teatro e dança.

A oferta do esporte pela SME contempla o art.217 que considera o esporte como um direito social, e assim deve ser oferecido aos cidadãos. Mas o que nos possibilita alguns questionamentos é a inexistência de argumentos legais, normativas, resoluções que entendam a SME como uma das instituições responsáveis pela oferta do esporte. Este fenômeno sim é contemplado nas aulas de EF, mas segundo Walter (2004), Canan (2008), e a lei municipal nº9942/00 esta responsabilidade é da SMEL.

Outro fato que corrobora com nossa afirmação é que inexistem na estrutura (apresentada no capítulo 2) departamentos, gerências, coordenadorias específicas na SME que atuem diretamente e exclusivamente com os projetos; existe apenas no interior do Departamento de Ensino Fundamental a equipe de Educação Física, mas que tem objetivos de acompanhamento pedagógico dos professores, e elaboração e proposição das diretrizes curriculares⁷⁹ para o ensino desta disciplina na escola. E em nenhum momento nessas diretrizes é feita qualquer menção a oferta do esporte em contraturno nas escolas municipais de Curitiba.

Assim com a revelação que nos fez o gestor quando afirmou que os projetos esportivos tiveram início através de iniciativas pessoais de professores de Educação Física das escolas, e pela constatação de que não existem disposições legais que orientem a oferta do esporte pela SME, podemos afirmar que estes projetos não foram planejados e não existia uma política esportiva da secretaria anteriormente.

E em que momento a oferta dos projetos esportivos passou ser interessante para a atual gestão da SME? Podemos fazer um exercício de reflexão na seguinte afirmação:

Os projetos de contraturno fazem parte da ação do Prefeito [Beltrano] que visa ofertar atividades complementares aos estudantes municipais para diminuir seu tempo ocioso, e aumentar seu tempo na escola (gestor, transcrição da entrevista realizada em 20 de setembro de 2009).

Aqui visualizamos uma possibilidade das ações anteriores, que eram realizadas por alguns professores no interior das escolas, terem sido incorporadas, como se já fizessem parte das políticas praticadas pela atual gestão. Conseguimos refletir sobre dois aspectos: ou a SME tinha o interesse de ofertar atividades esportivas em horário de contraturno aos estudantes, e as ações dos professores e

⁷⁹ Este documento contempla o esporte como um dos eixos da EF na escola tratado como jogos pré-desportivos juntamente com a ginástica, a luta, o jogo e a dança.

outras proposições coincidiram com este interesse da gestão; ou a partir dessas experiências a SME julgou ser interessante o incremento e a ampliação dessas ações para outras unidades escolares, institucionalizando a oferta do esporte na escola.

Acreditamos na segunda hipótese, pois o único documento oficial da PMC que faz menção a oferta do esporte nas escolas em horário de contraturno é o Contrato de Gestão publicado em 2009. As ações dos projetos que estudamos começaram a partir de 2005 através de iniciativas pessoais voluntárias, e apenas em 2007 começaram a receber “um maior apoio da secretaria”. Dessa forma pensamos a incorporação das ações pessoais pela política de gestão atual da SME não pode ser feita de forma absoluta, mas evidências indicam neste sentido. Inclusive na afirmação abaixo o gestor reconhece a anterioridade das ações e o apoio que é dado a elas atualmente:

Os professores iniciaram o trabalho nas escolas, participavam de competições, mas não tinham o apoio necessário. Nessa gestão⁸⁰ estamos apoiando fortemente esses projetos. Inclusive o projeto de [tal modalidade] participou de um torneio em [tal cidade] e bancamos todas as despesas. Hoje é um projeto da secretaria; podem contar com a gente (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 20 de setembro de 2009).

Em relação a este apoio citado anteriormente questionamos quais seriam as vantagens oferecidas e financiadas pela SME aos professores dos projetos que fazem parte desta pesquisa. O gestor informou que os três projetos tinham incentivo financeiro dado aos professores.

Por exemplo: o projeto [tal], o projeto [tal], e o projeto [tal] tem total apoio da SME porque já mostraram que são ações de qualidade. O professor X, a professora Y e a professora Z estão recebendo exclusivamente para se dedicar ao projeto. Temos o professor W do projeto [tal] que também está só para isso desde 2007. E o projeto [aquele outro] tem o pagamento de horas extras aos professores desde 2008. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 20 de setembro de 2009).

Em relação à organização da estrutura da SME que tem responsabilidades em relação aos projetos, o agente nos informou que dentro da SME existe o Departamento de Ensino Fundamental que é o órgão responsável pela análise dos projetos, implementação, coordenação e avaliação. Dentro deste departamento, a equipe de Educação Física é a responsável por essas etapas.

⁸⁰ Gestão 2009-2012

A equipe de Educação Física está dentro do Departamento de Ensino Fundamental. Este departamento está subordinado à Superintendência de Gestão Educacional e a Superintendência Executiva. E acima destes a secretaria de Educação. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 21 de setembro de 2009).

Questionado se a equipe de Educação Física dedica-se exclusivamente ao acompanhamento dos projetos o gestor informou que “não são apenas os projetos, mas também eles têm que cuidar das aulas de educação Física e as capacitações” (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 21 de setembro de 2009). Então questionamos se a equipe de Educação Física já existia dentro da estrutura da secretaria, anteriormente aos projetos.

Sim já que antes de começarmos a oferecer os projetos de esporte no interior da escola, as aulas de Educação Física já estavam dentro da escola. Sempre tivemos a preocupação de oferecer as aulas de Educação Física, então por esta razão a PMC teve o cuidado de formar uma equipe para cuidar desta disciplina na escola. (gestor, transcrição da entrevista realizada em 21 de setembro de 2009).

Essa afirmação corrobora com o que citamos anteriormente da inexistência de um departamento específico para gestão dos projetos; a equipe de EF já existia anteriormente, e o gestor nos informou que esta tem a função de acompanhamento pedagógico da disciplina de Educação Física na escola. Assim nos parece que os projetos esportivos não foram planejados pela gestão, e sim por ela incorporados.

Acreditamos que a SME através da institucionalização dos projetos esportivos, e pela sua inclusão na política de gestão, objetivou consolidar sua participação na oferta do esporte para além das aulas de EF nas escolas. Segundo Bourdieu (1983) as ações desenvolvidas no interior do campo são marcadas por intencionalidades, onde os agentes buscam um melhor posicionamento, nas disputas pelos objetos específicos; assim a SME pretendeu consolidar sua posição no campo esportivo, e aumentar seu capital em relação aos outros agentes do subcampo do esporte escolar.

Questionamos o nível de descentralização das ações nas regionais da cidade. O gestor informou que não existe nas regionais agentes que coordenam especificamente a descentralização das atividades nas escolas, e sim coordenadores dos projetos, mas que estes têm vínculo com as escolas e não com os núcleos regionais. Em relação a estes agentes o gestor nos informou que eles

são os responsáveis pela coordenação dos projetos, mas também acumulam a função de professores dos projetos.

Existem professores que são referências nestes projetos. É com eles que fazemos reuniões, solicitamos relatórios de acompanhamento, e que orientam os demais professores que participam dos projetos. Mas eles não ficam exclusivamente na coordenação, também dão aulas nas escolas. Lógico que menos aulas que os outros professores, pois tem que acumular essas funções. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 21 de setembro de 2009).

Logo após essa afirmação o gestor lembrou que um dos projetos que fazem parte desta pesquisa tem um professor que não é responsável pelas aulas, apenas ficando na coordenação das ações. Não revelaremos qual é este projeto para que seja garantido o anonimato deste agente que é um dos entrevistados da pesquisa.

O gestor esclareceu que as relações estabelecidas com os coordenadores acontecem através de troca de emails, contato telefônico e reuniões periódicas. Questionamos se estas reuniões abriam espaço para troca de experiências entre os projetos e se os professores teriam autonomia para propor modificações na execução das ações, nos encaminhamentos junto aos professores, ou seja, visualizávamos diagnosticar se as relações eram democráticas.

Nas reuniões todos podem sim dar sua opinião. É importante apenas deixar claro que tudo que venha ser mudado seja comunicado à equipe de Educação Física. Porque existem mudanças que precisam ser melhor analisada pela gente aqui da secretaria. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 25 de setembro de 2009).

Além dos três coordenadores, fazem parte da estrutura dos projetos esportivos três agentes em funções administrativas, nomeados em cargos de confiança, e trinta e nove (39) professores. O gestor nos informou que é política da secretaria não utilizar estagiários nem voluntários nas atividades formais da SME

Nesse caso visualizamos as posições dos agentes no campo. Enquanto os gestores aparecem com posição destacada com maior capital econômico e simbólico, por estarem recebendo gratificações e ocupando cargos de confiança, os coordenadores e professores buscam através das relações que se estabelecem melhorar sua inserção no campo. Segundo Bourdieu (1994) enquanto os agentes que possuem maior quantidade de poder objetivam conservar a ordem do jogo, e a distribuição do capital; outros buscam alterar a ordem estabelecida, travando disputas, para aumentar sua significância e posicionamento no campo.

Após a descrição da estrutura e da posição dos agentes no interior do subcampo, questionamos quais seriam os objetivos e funções dos projetos esportivos na concepção da gestão:

(...) tem como objetivo implantar atividades educativas complementares em horário de contraturno escolar, proporcionando a vivência da modalidade a ser trabalhada, além de educar pelo esporte e identificar talentos esportivos. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 25 de setembro de 2009).

O objetivo da SME é ofertar através dos projetos esportivos atividades aos alunos em horário de contraturno, o que o gestor chamou de atividades educativas complementares. Estas estão contidas no Contrato de Gestão (Curitiba, 2009) como um complemento educacional, além das atividades desenvolvidas no ensino regular. Ainda segundo este documento as ações dos projetos se caracterizam como um acréscimo pedagógico, no caso específico de nossa pesquisa⁸¹, utilizando-se do esporte para isso.

Além do caráter educativo atribuído aos projetos esportivos, o gestor afirmou que também existe a intenção de descobrir talentos esportivos através das ações. Dessa forma concluímos que para a SME o objetivo em ofertar os projetos nas escolas é possibilitar aos estudantes atividades no contraturno escolar, visualizadas como um acréscimo na formação educacional dos participantes, e também buscar a seleção de talentos esportivos dos projetos. Essa constatação é importante, pois iremos estabelecer relações destes objetivos com os objetivos dos outros agentes, os coordenadores e professores que atuam nos projetos esportivos da SME.

A partir desta conclusão, questionamos sobre como a gestão avaliava se os projetos esportivos estavam “educando pelo esporte”. O gestor afirmou que “era melhor para o aluno estar na escola, praticando esporte, porque o esporte sempre ensina, forma o cidadão, e em casa ou na rua o estudante está sujeito a ociosidade e alguns perigos” (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 25 de setembro de 2009).

Essa afirmação foi confirmada quando perguntamos sobre a função destes projetos na escola.

⁸¹ Citamos o caso de nossa pesquisa, pois segundo o Contrato de Gestão (Curitiba, 2009) as atividades educativas complementares não são apenas esportivas, podendo ser ofertadas atividades de outra natureza como um coral, um projeto de leitura, fanfarra, teatro, e outras.

A função destes projetos é contemplar uma das metas do Contrato de Gestão, oferecendo atividades educativas complementares, e diminuindo o tempo ocioso dos estudantes. Assim temos a certeza de que estamos proporcionando atividades de qualidade para o melhora do ensino público de Curitiba, porque as crianças podem praticar esporte além das aulas de Educação Física. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 25 de setembro de 2009).

Assim para a SME a participação no projeto acarreta um benefício educacional aos estudantes, pois considera o esporte como uma ferramenta pedagógica. Também considera que o aumento do tempo de permanência do aluno na escola, desenvolvendo os projetos esportivos, eliminariam riscos relacionados à segurança dessas crianças se as mesmas estivessem nas ruas, ou em suas casas. Visualizamos que além dos objetivos e funções esportivos, os projetos também estão sendo instrumentalizados para outros fins. Segundo Linhares (2001) e Zaluar (1994), as políticas esportivas vêm sendo utilizadas para outros fins, com caráter auxiliar, para legitimar a oferta de outros direitos sociais que não o esporte; no caso da SME visualizamos a utilização das ações também como uma forma de diminuir os riscos sociais às crianças “nas ruas”, o que Melo (2005) chamou de uma abordagem salvacionista, claramente relacionado aos problemas de segurança pública e drogadição presentes na sociedade. Acreditamos que esses problemas deveriam ser combatidos por políticas específicas de segurança e combate às drogas, e não camuflados nos objetivos de projetos esportivos.

Como afirmamos durante o desenvolvimento deste trabalho a PMC possui em sua estrutura uma secretaria específica, a SMEL, e que de acordo com a lei municipal nº9942/00, Walter (2004) e Canan (2008) é a instituição responsável pela oferta do esporte na cidade de Curitiba. Esse foi um dos motivos que nos levaram a propor este estudo. Assim levamos essa inquietude pessoal ao gestor, o questionando do porque desses projetos estarem sendo ofertados pela SME e não pela SMEL. O gestor mais uma vez afirmou que estas ações eram objetivos previstos no Contrato de Gestão, nas metas da secretaria. Mas insistimos do porque dos projetos esportivos estarem contemplados no Contrato de Gestão da SME e não no contrato da SMEL, e o gestor informou que algumas ações nas escolas já existiam e foram institucionalizadas.

Algumas escolas já desenvolviam atividades esportivas nas escolas e a comunidade gostava bastante. Aí com a possibilidade de colocarmos os projetos no Contrato de

Gestão possibilitou que outras escolas também pudessem ter esporte na escola. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 26 de setembro de 2009).

Na verdade não conseguimos obter do gestor porque esses projetos não são da responsabilidade da SMEL; o gestor acredita que a SME pode sim ter o esporte como uma das atividades ofertadas aos estudantes, mas não soube responder por que não é a SMEL que realiza essas ações. Também, mais uma vez, afirmou que as ações foram iniciadas por professores da SME e que a partir dessas a secretaria “achou interessante a possibilidade de ampliação dessas iniciativas pessoais” (GESTOR, transcrição feita em 26 de setembro de 2009).

O gestor ainda afirmou que acredita que as duas secretarias poderiam desenvolver ações em conjunto, já que atualmente em relação aos projetos que estudamos, elas não existem.

As duas secretarias poderiam realizar mais ações juntas, porque aí conseguiríamos atender não só os estudantes das escolas municipais, mas todas as crianças e jovens da comunidade que tem vontade de fazer as aulas dos nossos projetos. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 26 de setembro de 2009).

O gestor não quis afirmar quais seriam os diferenciais das ações realizadas pela SME em relação às ações da SMEL, o que nos pareceu uma postura para não entrar em conflito, ou divergir com outra secretaria da PMC. Apenas citou que nas ações dos projetos esportivos da SME existia um acompanhamento também da parte pedagógica dos alunos: “os alunos além de irem bem no esporte, tem que ter um bom desempenho na escola.” (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 26 de setembro de 2009). Frisou posteriormente e fez questão de afirmar que “já existe um trabalho para que as secretarias possam fazer ações conjuntas, inclusive um projeto que está sendo elaborado” (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 26 de setembro de 2009).

Das informações anteriores dois fatores devem ser abordados. Primeiro em relação à distinção entre as atividades realizadas pelas duas secretarias, e segundo a posição destas instituições no interior do campo.

Não foram foco deste trabalho as atividades desenvolvidas pela SMEL, mas de acordo com a descrição feita por Canan (2008) observamos semelhanças entre as ações desenvolvidas. O gestor nos informou apenas um diferencial entre estas, que é o fator pedagógico, educativo que teoricamente existem apenas nas ações da

SME. Mas as atividades da SMEL, só pelo fato de não serem realizadas na escola, não seriam também educativas? Se segundo Stigger (2001, 2009) a concepção e os objetivos dos agentes em relação aos projetos devem ser considerados, será que os agentes responsáveis pela operacionalização (gestores, coordenadores e professores) e os alunos das atividades da SMEL não visualizam um caráter formativo nas suas práticas? Acreditamos que as ações da SMEL também podem ser educacionais, o que nos leva a pensar que as atividades ofertadas aos alunos nessa faixa etária são semelhantes.

Em relação ao campo esportivo visualizamos a SME e a SMEL como instituições que ofertam o esporte. Assim, se considerarmos as crianças e adolescentes que estudam em Curitiba, e não apenas os estudantes da rede municipal de ensino, acreditamos que as ações em alguns momentos estão sendo duplicadas, ou seja, ofertadas para os mesmos agentes em momentos diferentes.

Outra questão importante para elucidarmos os objetivos e funções de um projeto esportivo é o conceito de esporte presente nas ações. Assim entendemos que a concepção do gestor pode influenciar diretamente nos projetos esportivos da SME; portanto buscar o entendimento de qual “esporte” que a SME quer que se desenvolva no interior da escola, através de seus projetos é uma questão importante para diagnosticarmos os objetivos da gestão. O gestor:

vê no esporte uma atividade física importante para a saúde dos estudantes, um momento prazeroso, um sonho para alguns que querem ser profissionais, um momento de participação, cooperação e o trabalho em grupo entre os estudantes⁸². (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 01 de outubro de 2009).

Aqui podemos observar, de acordo com o referencial teórico apresentado no primeiro capítulo, a existência de várias manifestações do esporte embutidas no discurso do gestor, e apresentadas didaticamente através do art.217 e por Marchi Jr. (2007).

Entre os conceitos encontrados estão o “esporte saúde”, quando o agente atribui ao esporte à possibilidade de trazer benefícios à condição física dos estudantes; “o esporte lazer”, ou ainda o “esporte participação” quando vincula a

⁸² Pelo o que abordamos no referencial teórico fica claro que existe um problema conceitual neste discurso. Iremos discutir essas questões após descrevermos todos os dados obtidos tanto na entrevista com o gestor, como com as entrevistas realizadas com professores e coordenadores, onde estabeleceremos as relações necessárias.

prática esportiva a uma prática prazerosa; “esporte profissional”, quando enxerga possibilidades de ascensão social através do esporte, o que o gestor denomina a “realização de um sonho”; e o “esporte escolar”, “educacional” pelo fato das atividades serem desenvolvidas na escola, e possibilitarem a transmissão de valores morais como a “cooperação” entre os estudantes.

Podemos também incluir a manifestação do “esporte performance/rendimento” pois segundo Marchi Jr. (2007) esta encontra-se diluída em todas as outras, diferenciando apenas pelo grau de exigência que é feita em cada uma delas, através da competição.

Cabe ressaltar que além das categorizações propostas, os objetivos e a forma como os participantes se apropriam das práticas, de acordo com Stigger (2002), podem apresentar manifestações bastante diversificadas; podendo a manifestação de performance esportiva estar presente em uma atividade que se enquadra teoricamente como uma “brincadeira”.

Concluimos com estes dados que no conceito citado pelo gestor existem diversas manifestações esportivas e que confirma Marchi Jr. (2007) quando atribui ao esporte um caráter polissêmico, ou seja, “o esporte numa perspectiva ampliada e de múltiplos sentidos, significados e contextos” (MARCHI JR., 2007, p.138). Não podemos afirmar que o gestor tem esse entendimento, mas podemos estabelecer essa relação com a sua resposta.

A concepção de esporte da gestão da SME, representada pelo gestor, é importante na medida em que exerce influência direta na oferta dos projetos esportivos, ou até mesmo na opção destes não serem ofertados na escola.

Em relação ao planejamento e avaliação das ações o gestor afirmou que são feitos com a participação de todos os agentes envolvidos na operacionalização dos projetos: gestores, coordenadores e professores. Para isso são realizadas reuniões, elaboração de relatórios, e acompanhamento das atividades nas escolas periodicamente. Também afirmou que a partir desses acompanhamentos é que são decididos em conjunto vários fatores relacionados aos projetos.

As decisões são tomadas em reuniões com discussões no grupo, para melhor andamento dos projetos de acordo com a realidade trazida pelos professores. Como por exemplo no projeto [tal] recentemente, nós, o coordenador e os professores definimos e elaboramos em reunião a ficha de avaliação dos estudantes do projeto. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 01 de outubro de 2009).

Da mesma forma que o gestor afirmou que as relações são democráticas com a participação de todos, também anteriormente afirmou que nas reuniões todos os agentes participavam ativamente, mas quaisquer modificações que fossem propostas por professores e coordenadores deveriam anteriormente passar pelo crivo da equipe de EF:

É importante apenas deixar claro que tudo que venha ser mudado seja comunicado à equipe de Educação Física. Porque existem mudanças que precisam ser melhor analisadas pela gente aqui da secretaria. (GESTOR, transcrição da entrevista realizada em 25 de setembro de 2009).

Se pensarmos que a “análise” citada seja uma estratégia para manter o poder decisório concentrado nas mãos dos gestores, podemos visualizar intencionalidades para manutenção da posição no subcampo. Segundo Bourdieu (1983) quando inseridos em posição de destaque os agentes tendem a agir pela manutenção do seu capital, e concentrando as decisões que poderiam vir a alterar a ordem vigente, os gestores consolidariam sua condição.

Assim a relação não nos parece tão democrática na medida em que a gestão mantém o controle das decisões, apenas descentralizando as tarefas e deveres aos agentes com menos capital no interior do campo, o que denota características do Estado Simbólico Moderno (SPINK, 1993).

Segundo o gestor a SME avalia positivamente os projetos, e tem o interesse de ampliar suas ações. Citou outras modalidades esportivas que vem sendo consideradas para serem ofertadas na escola; e também a elaboração de um “projeto maior que estamos escrevendo na esperança de conseguirmos atingir um maior número de estudantes”. (GESTOR, transcrição feita em 01 de outubro de 2009), sem entrar em maiores detalhes.

As demandas para a oferta dos projetos esportivos da SME não foram verificadas anteriormente pela gestão, até porque as ações e as modalidades escolhidas para serem ofertadas, são reflexos das iniciativas pessoais de professores em algumas escolas. Isso fica evidente quando o gestor afirma que não houve uma consulta anterior das demandas que as comunidades ao entorno da escola ansiavam.

Na verdade não foi realizada pesquisa para saber quais seriam as demandas das comunidades para ofertar as modalidades. Os professores começaram as ações nas escolas, de acordo com suas experiências pessoais. E o projeto [tal] teve a

participação da empresa que nos ofereceu uma excelente oportunidade (GESTOR, transcrição feita em 01 de outubro de 2009).

Cabe diagnosticarmos nas entrevistas dos professores e coordenadores se em algum momento, anteriormente aos projetos serem iniciados, os agentes que idealizaram as ações fizeram alguma consulta ou pesquisa na comunidade para o levantamento das demandas.

Outro fato que confirma que não foram levadas em consideração as demandas da comunidade na oferta dos projetos, especificamente na escolha das modalidades, é a participação dos pais dos alunos participantes. O gestor informou que participação dos pais se resume ao conhecimento das ações desenvolvidas, e a participação de reuniões periodicamente realizadas nas escolas, mas não participaram da escolha das modalidades.

Essa postura de não considerar as demandas locais também foi verificada por Zaluar (1994), quando a comunidade não foi ouvida anteriormente em relação às atividades que seriam ofertadas pelo PRIESP, e essa desconexão causou descontentamento por parte dos participantes. Em relação aos projetos esportivos a SME, enquanto uma das instituições que ofertam o esporte no interior do campo esportivo deveria atender as expectativas apresentadas através das demandas; a demanda esportiva poderia até existir, mas como não foi feita a pesquisa anterior como podemos afirmar que a comunidade das escolas envolvidas apresentavam interesse no voleibol, tênis e atletismo? Foram apenas levadas em consideração a concepção e o interesse dos agentes que idealizaram essas ações? Essa postura centralizadora da SME na oferta dos projetos esportivos são traços característicos do Estado Tradicional, uma das formas de gestão pública proposta por Spink (1993), na medida em que o Estado só considera seu ponto de vista, sem considerar as reais necessidades da demanda.

De acordo com Bourdieu (1993) quando a oferta está de acordo com a demanda cria-se uma rede de práticas e ações esportivas, importantes para a consolidação do campo esportivo e do *habitus* dos agentes. Dessa forma se não apenas os agentes internos, mas também os agentes externos a estrutura e o funcionamento dos projetos pudessem ter participado da elaboração do projeto, bem como a escolha das modalidades, as ações da SME poderiam consolidar o *habitus* dos agentes em relação as práticas esportivas desenvolvidas na escola.

As ações dos projetos são ofertadas apenas aos estudantes regularmente matriculados na rede municipal de ensino, ou seja, crianças e jovens que não estudam em escolas municipais de Curitiba, não são atendidas, e para seu desenvolvimento utilizam o espaço físico das escolas da PMC para seu desenvolvimento.

A rede municipal de ensino de Curitiba abrange 178 escolas municipais, sendo que destas 167 atendem apenas os primeiros anos do ensino fundamental, e 11 atendem os anos iniciais e finais. Das 22 escolas que são contempladas com os projetos esportivos, apenas uma delas atende os estudantes até o 9º ano, o último do ensino fundamental.

Destes alunos a grande maioria migra das escolas municipais para as escolas de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, que é a instituição que têm a obrigação segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2009) de ofertar os anos finais do ensino fundamental; ou ainda alguns casos para a rede particular. Assim questionamos sobre a existência de parcerias com outras instituições ou com a rede estadual de ensino, já que os alunos que participam do projeto, após o desligamento das escolas municipais não podem mais frequentar as atividades.

Em relação a isto o gestor nos informou:

Não temos parceria com a rede estadual; existem outras questões envolvidas. Mas estamos pensando em possibilidades de parcerias, pois isto é um fato importante e um pedido dos professores que desenvolvem os projetos. Essa parceria deveria existir com as escolas estaduais ou com a SMEL, assim os estudantes continuariam a ser atendidos após deixar nossas escolas. (GESTOR, transcrição feita em 02 de outubro de 2009).

Concordamos com o gestor quando cita a necessidade de ser realizado um trabalho conjunto com a rede estadual de ensino e/ou SMEL. Essa ação consolidaria o campo esportivo na medida em que não apenas atenderia os participantes enquanto estudantes da rede municipal de ensino, mas também possibilitariam a continuidade daqueles que têm interesse; como também aumentariam as possibilidades de oferta em outros lócus que não apenas as escolas municipais. Assim essas ações poderiam aumentar o número de praticantes em atividades na cidade de Curitiba, promovendo a difusão da cultura da prática esportiva.

Um dos projetos que fazem parte desta pesquisa tem parceria com uma empresa privada. Esta fornece através de doação os materiais esportivos,

uniformes, tênis e a capacitação para os professores que irão atuar no projeto desta modalidade. A contrapartida da SME nesta parceria é:

(...) o pagamento⁸³ dos professores, porque eles podem utilizar horários que eles estão sem aula na escola, ou então depois do horário, com hora extra, e a SME é quem remunera os profissionais. Logicamente além do professor, nos cedemos o espaço da escola e fazemos toda a divulgação entre os alunos. (GESTOR, transcrição feita em 01 de outubro de 2009).

O gestor citou também que existe uma parceria com uma federação em um dos projetos. Nesta a federação não cobra o valor da inscrição para que os estudantes do projeto possam participar das competições organizadas por ela sem qualquer custo.

A única parte que cabe a PMC é citar nas reportagens do nosso site, e quando veiculadas na mídia, que a federação nos ajuda dessa forma. E que ajuda: imagina um estudante de escola pública ter que pagar R\$ 50,00 por torneio; e eles jogam vários ao ano. Ficaria inviável (gestor, transcrição feita em 07 de outubro de 2009).

A partir desta afirmação nos parece evidente que as parcerias com outras instituições podem incrementar e melhorar as ações dos projetos esportivos da SME.

Em relação aos recursos financeiros para compra de materiais esportivos, e pagamento dos professores (quando estes não realizam as ações em seu horário de trabalho) os recursos advêm da receita destinada a SME, dentro do orçamento da PMC. Mas o financiamento dos projetos não possui um orçamento específico, ou seja, não existe qualquer normativa interna, ou regulamentação, que oriente quanto deve ser gasto, como deve ser gasto, e que obrigue a gestão a subsidiar ações esportivas. Percebemos isto quando o gestor informou que:

“a verba está garantida porque temos que ofertar atividades educativas complementares, está no contrato de gestão (...) a verba da SME é grande e contempla essas atividades. (...) não tem verba específica para as atividades esportivas não tem, mas as atividades de contraturno a gente tem que fazer, é política da gestão. Vamos avaliando e readequando os gastos na medida em que há necessidade” (GESTOR, transcrição feita em 08 de outubro de 2009).

⁸³ Em relação a remuneração dos professores de EF para o desenvolvimento dos projetos existem três situações distintas presentes nas ações que estudamos:

- a) A utilização dentro do horário de trabalho do professor em que o mesmo não esteja ministrando aulas de EF, mas está a sendo remunerado pela SME neste horário; são utilizados esses horários livres, essas “janelas” para ofertar aos estudantes do contraturno;
- b) O pagamento de horas extras, já que o projeto é desenvolvido após o horário de trabalho do professor;
- c) Ou então remunerar o professor para atuar exclusivamente com as ações dos projetos, o desvinculando da obrigação de ministrar as aulas de EF.

Assim, o orçamento utilizado no desenvolvimento dos projetos provém da mesma verba destinada a todas as outras ações da SME, no desenvolvimento das atividades complementares; assim não existe previsão de quanto será utilizado nos projetos esportivos, mas sim existe a previsão no orçamento do que será utilizado nas atividades educativas complementares. Entre estas atividades podemos citar além das atividades esportivas a dança, o teatro, coral, fanfarras, guarda municipal mirim e outras. Entendemos que o esporte é considerado pela atual gestão como uma possibilidade de atividade a ser contemplada no contraturno escolar. Mas devemos ter a consciência de que a inexistência de disposições legais que direcionem e normatizem a oferta do esporte na escola, possibilitam que uma futura gestão, com concepções diferentes da atual, desconsidere a utilização do esporte na escola.

Além da falta de um orçamento específico, e a não garantia desta oferta como uma política de estado⁸⁴, a estrutura física nos parece também ser uma problema para que a utilização do esporte na escola, através das ações da SME, possa ser consolidada. Isto porque os projetos esportivos da SME utilizam os mesmos espaços que são destinados às aulas de EF. Isso influencia diretamente na oferta já que apenas as escolas com espaço físico suficiente para o desenvolvimento das aulas de EF e as ações dos projetos podem ser contempladas; segundo o gestor esta “estrutura” é um dos quesitos considerados na escolha das escolas que receberão os projetos esportivos já que “no momento em que as aulas dos projetos estão acontecendo, ao mesmo tempo tem aula de Educação Física; então o espaço é importante.” (GESTOR, transcrição feita em 08 de outubro de 2009).

Questionamos então se a necessidade de um espaço mais amplo para a realização dos projetos impediria participação de algumas escolas; e se a partir desta constatação (falta de espaço físico) poderia haver investimentos por parte da SME na adequação destes espaços para melhora da infra-estrutura. Sobre isso:

⁸⁴ Em relação ao termo política de Estado a uma forma de gerir o Estado através da criação de dispositivos legais que orientem e obriguem qualquer gestão, independente de seus interesses a ofertar determinadas demandas. Na esfera esportiva a política de Estado é a oferta aos cidadãos como um direito social. No caso de Curitiba, e que foi visualizado por Canan (2008), qualquer gestão, independente de partido político, ou interesses existentes, deve ofertar o esporte aos curitibanos. Esta obrigatoriedade que está presente na CF, é regulamentada pela lei nº 9942/00 na cidade. Quando falamos na falta de uma política de Estado para as ações da SME estamos nos referindo a inexistência de qualquer disposição legal que obrigue a oferta do esporte por esta secretaria, e desta forma se não houver interesses na oferta esportiva pela futura gestão, as ações, atualmente os projetos esportivos da SME, deixaram de existir. Assim compreendemos que essas ações configuram-se como uma política de gestão, e não uma política de Estado.

Não é necessariamente assim. Existem escolas aonde os projetos acontecem que há a necessidade de um entendimento do professor de Educação Física, e o professor do projeto. Mas até agora nenhum problema foi constatado, porque além das quadras existe pátio nas escolas, outros espaços que podem ser utilizados. Outras situações quando o projeto acontece depois do horário, a quadra fica só para isso. E também temos alguns exemplos interessantes. No projeto de [tal modalidade] utilizamos um espaço para fazer quatro mini quadras. Mas a política é de otimização dos espaços da escola. (GESTOR, transcrição feita em 08 de outubro de 2009).

Se pensarmos que algumas escolas possuem esta estrutura, mas também outras em que os espaços devem ser adaptados para a realização dos projetos duas considerações devem ser feitas. Os projetos precisam de investimentos em infraestrutura se tem objetivos de democratizar a prática esportiva a partir da oferta em todas as escolas; e se a intenção é a descoberta de talentos esportivos, como afirmou o gestor, a adaptação dos espaços não nos parece ser a estratégia mais adequada para a detecção de alunos com possibilidades de se tornarem atletas de alto nível.

Em relação a isso o gestor nos esclareceu que considera importante a infraestrutura como também o encaminhamento dos talentos esportivos para equipes e clubes, mas “que não existe nada formal, e que estão sendo estudadas futuras parcerias para o encaminhamento dos estudantes.” (GESTOR, transcrição “feita em 08 de outubro de 2009”)

Ficou claro no discurso do gestor a preocupação de sempre atrelar as ações ao Contrato de Gestão, e as metas deste para a SME. Assim como já discutimos anteriormente uma das metas previstas é ampliação da carga horária de quatro para cinco horas. Isso nos motivou a questionar se os projetos esportivos poderiam ser uma das atividades a ser oferecidas nesta “hora a mais”.

O gestor nos informou que essa ampliação esta em estudos, pois não envolve apenas a definição do que será proposto para esta hora a mais, mas existe toda uma adequação dos horários dos professores e funcionários das escolas; então por enquanto podemos afirmar que não existe relação entre a ampliação da carga horária com a oferta dos projetos esportivos da SME.

Para finalizar questionamos o gestor sobre quais seriam as ações necessárias, para que a ampliação dos projetos esportivos pela SME. Para o gestor:

Os próximos passos seriam a ampliação dos projetos, atendendo mais escolas e mais estudantes; fortalecimento dos projetos por meio de parcerias; oportunizar não

somente iniciação, mas também um nível mais avançado das modalidades trabalhadas e definir para onde encaminhar os talentos. (transcrição feita em 08 de outubro de 2009).

3.2 Projetos esportivos - Impressões dos coordenadores

Inicialmente cabe mais uma vez ressaltar que garantimos o anonimato dos agentes, e utilizamos para tanto os códigos C1, C2, e C3, sem fazer qualquer menção à modalidade esportiva dos projetos que coordenam.

Todos os coordenadores entrevistados são professores de Educação Física, e possuem experiências como atletas, sendo que competiram em nível escolar. Assim nenhum destes foi um profissional do esporte. Outro item que merece ser citado é que não necessariamente suas experiências esportivas se limitam a modalidade que coordenam.

Estes agentes foram inseridos no subcampo através da proposta de ampliação das atividades, antes desenvolvidas de forma pontual, e através de iniciativas pessoais de alguns professores. Se antes tínhamos evidências de que os projetos foram ampliados e transformados em ações formais da SME por essas razões, podemos confirmar tal fato quando os coordenadores nos descrevem a forma que foram convidados a coordenar as ações. O C1 afirmou que possuía uma idéia e que propôs a secretaria sua implantação.

A SME foi procurada por mim que apresentei a possibilidade de implantarmos o projeto de [tal modalidade]. No começo nem tinha parceria com a iniciativa privada, mas mesmo assim apresentamos a idéia. Depois que entrou a empresa [tal] então a Prefeitura ficou mais empolgada ainda. A partir disso foi implantado em mais escolas então fiquei na coordenação. (C1, transcrição em 13 de outubro de 2009)

A implantação do projeto que atualmente C2 coordena, começou com suas aulas que ministrava de forma voluntária:

Foi interessante. Em uma inauguração estava presente a [autoridade] e a [outra autoridade] e coincidentemente entramos no assunto. A partir daquela conversa começamos a organizar as atividades para que eu pudesse ficar só no projeto de [tal modalidade]. Daí não dava mais aula de Educação Física, ficava o dia inteiro só no projeto. Depois veio outro professor para a escola, dou umas aulinhas, mas fico mais na coordenação das duas escolas. A partir de agora acredito que a SME queira colocar em outras escolas. (C2, transcrição feita em 13 de outubro de 2009)

Em relação ao projeto coordenado por C3, este foi inserido através da relação de amizade que possuía com o professor que idealizou um dos projetos, e que desenvolvia as ações também de forma voluntária:

Na verdade o projeto começou quando o professor [beltrano] encontrou materiais de [para prática de tal esporte] e começou a utilizá-lo nas aulas de Educação Física e voluntariamente fora do horário. Este trabalho foi apresentado a SME que gostou da idéia. Depois disso foi só crescendo o projeto. Hoje ele está bem, lá na secretaria, e precisava de pessoas para coordenar o que deixou, e como sabia que eu também usava o [tal modalidade] nas aulas de EF e era meu amigo me convidou. Eu dou algumas aulas no projeto, mas o maior tempo coordeno outras cinco unidades. No total são [x] escolas municipais com aulas de [tal esporte]. (C3, transcrição feita em 13 de outubro de 2009)

Assim percebemos que entre os coordenadores entrevistados dois deles foram idealizadores das ações, e o terceiro foi convidado pelo professor que idealizou as ações em determinada modalidade. Parece-nos claro que a partir do aumento do capital desses agentes proporcionado pela idealização das ações, passaram a ocupar uma melhor posição no subcampo, na coordenação dos projetos.

As funções destes agentes é a coordenação dos trabalhos realizados pelos professores nas escolas e estabelecer a ligação entre as ações e a SME. Mas além dessa função, de acordo com a transcrição das entrevistas feitas anteriormente, dois dos coordenadores dos projetos também são responsáveis por ministrar aulas, em algumas turmas; ambos nos informaram que sua carga horária de aula é bem menor que dos professores, e que dedicam à maior parte do seu tempo de trabalho coordenando as ações.

O C1 é responsável por seis unidades escolares, o C2 por duas unidades e o C3 é responsável por cinco unidades. No projeto que o C3 coordena existe outro coordenador responsável por outras nove unidades escolares, mas que não concordou em participar da pesquisa. Ao todo os coordenadores trabalham juntamente com outros 39 professores nos projetos.

Na estrutura do projeto os coordenadores afirmaram que são subordinados a SME, especificamente a equipe de Educação Física, e estabelecem relações com a secretaria através de relatórios, emails, e telefonemas. O discurso de C2 basicamente vai ao encontro ao que os outros coordenadores afirmaram:

A relação com a SME é muito boa, no que precisa sempre somos bem atendidos, na medida do possível com o que pedimos. Nós enviamos relatórios, mandamos emails com as informações, e sempre que queremos alterar alguma coisa temos que avisar eles lá. Quando precisamos conversar pessoalmente eles sempre nos recebem, além das reuniões que marcamos lá na secretaria (C3, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

As informações prestadas pelos coordenadores corroboram com a descrição das posições no interior do subcampo que fizemos através das informações prestadas pelo gestor. Mas cabe ressaltar que as posições neste subcampo através das relações estabelecidas, e o momento em que são visualizadas podem ser alteradas, não são estáticas; segundo Bourdieu (1983) elas são dinâmicas, e se observarmos a posição dos coordenadores em relação aos professores estes estão em posição de destaque na estrutura dos projetos esportivos, garantidos pelo maior capital simbólico que sua função lhe garante (já que os coordenadores nos informaram que não recebem recompensa financeira pelas funções que exercem). Ou ainda se visualizarmos o capital esportivo acumulado por estes agentes, tanto por sua formação acadêmica, quanto por suas experiências, e a idealização das ações em outros momentos podem ocupar posição privilegiada inclusive em relação ao gestor.

De acordo com os coordenadores os projetos esportivos da SME acontecem no contraturno escolar, e sua oferta é destinada exclusivamente aos estudantes municipais⁸⁵, ou seja, não é ofertado para toda a comunidade. Em todos os projetos os estudantes interessados devem fazer a inscrição na própria escola, já que “os projetos não são para todos, só para as crianças que estudam na escola aonde tem projeto” (C3, transcrição feita em 08 de outubro de 2009).

No projeto [tal] nós fazemos a divulgação com os professores indo às salas e falando que tem o projeto na escola. Os alunos que têm interesse levam para casa uma ficha que o pai tem que assinar para autorizar. As aulas são escolinhas de [tal modalidade]. (C1, transcrição feita em 08 de outubro de 2009).

Na essência os três coordenadores apresentaram um discurso semelhante. Estes agentes vêem as ações dos projetos como “escolinhas de iniciação esportiva. Até porque não é na aula de Educação Física, aí a gente pode aprofundar um pouco mais, iniciar a criançada na técnica inclusive.” (C3, transcrição feita em 08 de

⁸⁵ Referem-se aos alunos regularmente matriculados em escolas da rede municipal de ensino da cidade de Curitiba.

outubro de 2009). “A gente orienta os professores que os alunos têm que aprender, então tem que trabalhar a técnica, senão a criança se desmotiva.” (C1, transcrição feita em 01 de outubro de 2009). Assim segundo os coordenadores os projetos funcionam como atividades de iniciação esportiva, e excetuando-se um dos projetos, os outros contemplam em suas ações a participação dos alunos em competições esportivas periodicamente.

Assim quando questionamos a “definição do esporte” que é desenvolvido nos projetos, de acordo com suas concepções, as seguintes afirmações foram feitas:

O esporte é uma forma de fazer com que as crianças possam cooperar, é uma forma de passar valores humanos, é uma lição de vida, é ensinar a perder e a ganhar, é uma possibilidade de crianças que não tem confiança nem esperança na vida possam repensar e ver que podem sim. O esporte forma para a vida. (C1, transcrição feita em 13 de outubro)

Já para o C2 sua definição de esporte é:

Minha concepção para o esporte, no meio onde eu trabalho, com a escola, é para educar; como educativo porque através do esporte a gente consegue colocar disciplina, e a competição ela ajuda muito isso; o esporte também é competição; a competitividade faz com que a criança vença barreiras, vença as limitações, que conseguem passar por essas dificuldades, e essa é uma lição para o resto da vida; o esporte forma o cidadão. (C2, transcrição feita em 13 de outubro)

Para o C3 o esporte define-se como:

uma prática que faz parte da cultura da sociedade, e que serve para o desenvolvimento de habilidades físicas e técnicas, e que é uma forma de disseminação de valores entre as crianças. (C3, transcrição feita em 13 de outubro).

Percebemos que os coordenadores definem o esporte como uma ferramenta educacional, com caráter formativo, e de disseminador de valores morais presentes na sociedade.

Acreditamos que o conceito de esporte dos agentes que estão inseridos no subcampo influencia diretamente as ações. Por essa razão anteriormente questionamos o gestor em relação a sua concepção de esporte. Cremos que o gestor através de decisões administrativas pode influenciar no encaminhamento das atividades, da mesma forma que esta influência também pode ser exercida pelos coordenadores em relação aos professores que atuam nos projetos, já que possuem

maior capital acumulado e podem direcionar as ações no interior das escolas, nos seus objetivos e funções.

Então questionamos aos coordenadores, segundo suas concepções, quais seriam os objetivos e funções do projeto que coordenam. Para C1:

Os objetivos do projeto é oferecer aos alunos aulas de [tal modalidade]. Temos que ter a consciência de que não é aula de Educação Física, mas também não é treinamento. Queremos formar praticantes de [tal modalidade], e também ampliar o número de escolas e fazer competições entre os alunos. É utilizar as aulas para educar pelo esporte (C1, transcrição em 12 de outubro de 2009)

Para C2:

O maior objetivo, nosso, dentro do projeto, é o resgate da auto estima da criança. A gente trabalha com crianças muito carentes e aí apenas o fato de fazer a aula de [tal modalidade], ou de ter uma conquista em uma competição, faz com que ela tenha vontade de estudar. Nosso maior objetivo é este o resgate social. Evitar que ela fique na rua, tenha uma atividade na escola, e que encaminhe ela para o esporte e que a eduque. (C2, transcrição feita em 12 de outubro de 2009)

Para C3:

O objetivo do projeto é aumentar o tempo da criança na escola, com atividades esportivas com aulas de [tal modalidade]. Queremos atender o maior número de crianças, então o objetivo é fazer com que muitas crianças sejam atendidas. Também queremos que futuramente possam sair alguns alunos daqui para serem jogadores de [tal modalidade]. Queremos também dar uma oportunidade às crianças e não deixar elas nas ruas, onde é perigoso. (C3, transcrição em 12 de outubro de 2009).

Em relação aos objetivos comuns que os coordenadores consideram para os projetos esportivos está a iniciação esportiva, que já havíamos citados anteriormente, transmissão de valores educativos através do esporte, e aumento do tempo do estudante nas escolas. Se visualizarmos estes constatamos que apenas a iniciação esportiva está figurada como um objetivo esportivo; já em relação a tentativa de educar pelo esporte, e o aumento do tempo do estudante na escola, citados como “resgate social”, “não deixar as crianças nas ruas”, são objetivos que podemos chamar de auxiliares. Estes podem até ser atingidos através dos projetos esportivos, mas acreditamos que as ações do poder público na oferta esportiva devem ser claras e direcionadas ao desenvolvimento da cultura esportiva, através da democratização do esporte. Mas o que observamos no discurso desses agentes é a utilização do esporte de forma auxiliar, que segundo Linhales (2001) é utilizado

como um meio para se atingir objetivos com outros fins que não esportivos. Isso também foi constatado por Zaluar (1994) que diagnosticou a utilização do esporte como forma de resgate social.

Podemos então classificar as atividades desenvolvidas nos projetos esportivos em formativas, utilizando o esporte para isso, no interior da escola, em horário de contraturno, visando a iniciação esportiva. As funções do projeto se apresentam como uma possibilidade de atividade no contraturno escolar, aumentando a permanência dos estudantes nas escolas, e sendo utilizados como uma forma de resgate social para crianças em condição de vulnerabilidade social.

Se buscássemos uma classificação da manifestação dessas atividades de acordo com os conceitos que apresentamos no primeiro capítulo podemos considerar os projetos como de manifestação do esporte educacional, escolar. Mas outras características, além das citadas acima, também foram citadas pelos coordenadores e que são presentes em outras manifestações do esporte, o que comprova a dificuldade de analisar o esporte de forma estanque; segundo Bourdieu (1983) o esporte é um fenômeno de múltiplas dimensões, sendo possíveis vários recortes para sua observação.

Em relação ao diagnóstico das demandas uma constatação importante. Anteriormente o gestor nos informou que a SME não fez o levantamento das demandas dos projetos nem para as modalidades que seriam ofertadas, já que as ações foram difundidas a partir de iniciativas já existentes. Essas foram iniciadas pelos professores que hoje são os coordenadores dos projetos: O C1 foi o idealizador do projeto, e a partir daí assumiu as funções de coordenação; O C2 iniciou as atividades na escola que trabalhava e posteriormente foi convidado para coordenar outra escola; C3 participava do projeto apenas como professor e hoje acumula as funções. Assim questionamos se quando iniciaram os projetos por eles, se as demandas em relação à oferta dos projetos e a escolha das modalidades foram verificadas junto aos alunos e a comunidade escolar.

Não foi feito pesquisa. Eu tenho certa experiência como técnico de [tal esporte] e achava interessante que os alunos tivessem um complemento das aulas de Educação Física. Foi bem aceito. A comunidade hoje gosta. Mas pensando aqui poderiam não ter gostado do [tal esporte]. Por outro lado eles tem poucas atividades. Mas deu certo até porque hoje não está mais só na escola que eu trabalhava. (C2, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

Levei a proposta a Prefeitura. Acho que não seria preciso fazer uma pesquisa em relação a aceitação da comunidade, e a Prefeitura acho que também não fez, só indicou as escolas. Hoje o [tal esporte] é muito praticado no Brasil. E tem outra com a parceria com o [fulano] e as crianças iam querer participar. (C1, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

O C3 não soube informar se o professor que idealizou as ações fez alguma pesquisa da oferta da modalidade, mas acredita que não, pois afirmou que o projeto “começou quando o professor [beltrano] encontrou materiais de [tal modalidade] na sala de EF e resolveu usar” (C3, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

Constatamos que quando do início dos projetos, bem como quando da sua expansão através da institucionalização das ações não foram verificadas as demandas das comunidades. Segundo Zaluar (1994) a comunidade deve ser ouvida para que as ações estejam de acordo com a realidade local e facilitem sua apropriação cultural por parte dos participantes. Neste estudo a autora verificou que a falta de um levantamento anterior ao início das atividades prejudicou a participação da comunidade, pois além do que era ofertado, outras demandas eram consideradas prioritárias; assim ficou estabelecido um conflito entre o que a comunidade considerava importante e demandava, e a oferta que era feita pela instituição, no caso o PRIESP.

Mesmo sem a realização do levantamento da demanda, segundo todos os coordenadores, os projetos apresentam grande aceitação dos alunos e da comunidade ao entorno da escola; “temos inclusive uma lista de espera. A comunidade está cobrando os professores para que a gente abra mais turmas.” (C2, transcrição feita em 11 de outubro de 2009); “ano que vem com certeza vamos ter que pensar em chamar outros professores, pois não estamos dando conta do número de crianças” (C3, transcrição feita em 11 de outubro de 2009)

Em relação às parcerias já existentes o C1 nos informou da existência da parceria com uma empresa privada que é responsável pela doação dos materiais esportivos utilizados no projeto, camisetas, e tênis para os alunos. Também é a empresa que oferece a capacitação aos professores da rede municipal de educação. Essa parceria já havia sido citada pelo gestor.

Em relação ao projeto que C2 coordena este afirmou não existir parcerias oficiais, apenas a sua inserção em uma universidade, que empresta o espaço para que sejam realizados alguns treinamentos. Ainda afirmou que a falta de parcerias também é um fator que prejudica a continuidade dos alunos no esporte. Inclusive

revelou seu desejo de formar uma ONG, para buscar novas possibilidades e o encaminhamento de outros alunos:

Hoje eu trabalho com a idéia de formar uma ONG⁸⁶ no futuro, né, ano que vem acho que a gente já vai começar a desenvolver o trabalho neste sentido, para que a gente possa não perder esses atletas, para que eles possam continuar. (C2, transcrição feita em 13 de outubro de 2009)

No projeto que C3 coordena existe uma parceria com uma federação específica para que os alunos do projeto possam participar dos torneios sem a necessidade de pagar a inscrição; ou seja, os estudantes têm gratuidades nas inscrições dos torneios. Essa parceria também havia sido citada anteriormente pelo gestor.

Já na questão do planejamento das ações os coordenadores basicamente expuseram que realizam o planejamento das ações juntamente com os professores através de reuniões e conversas informais quando visitam as escolas. Além disso, os coordenadores afirmaram existir um planejamento para o desenvolvimento das ações que foi proposto pela SME, e que direcionam as ações.

Em relação à avaliação das ações dos projetos, os coordenadores informaram que acontecem periodicamente. Essa periodicidade foi destacada por todos no acompanhamento das ações nas escolas, e nas reuniões com os professores que “são aqueles que melhor podem nos mostrar o que está dando certo e o que precisa mudar” (C3, transcrição feita em 13 de outubro de 2009). Pelo fato do C1 ter nos afirmado que existe um protocolo de avaliação, um documento da SME que orienta essa avaliação, questionamos aos outros coordenadores também a existência deste. Eles nos informaram que são fichas de acompanhamento da frequência, anotação do número de aulas que são ofertadas durante o ano, ou seja, um descritivo contendo informações referentes à participação dos alunos. Estes instrumentos são utilizados posteriormente pela SME na avaliação em relação à continuidade da oferta do projeto nas escolas. Quando descrevemos os documentos no capítulo 2 este fato já foi citado. No final de cada “projeto escrito dos projetos” existe a informação que os mesmos serão reavaliados no final do ano, reapresentados, e discutidas as possibilidades de continuidade de sua oferta, bem

⁸⁶ Organização Não Governamental. Para saber mais sobre a inserção das ONG's em relação a oferta esportiva ver Martines (2009) que desenvolveu sua dissertação de mestrado neste sentido.

como a liberação dos recursos (reposição de material, horas extras, professores exclusivos) para seu funcionamento.

Assim segundo os coordenadores ações futuras estão “amarradas com a continuidade do projeto dependendo da avaliação e do interesse da SME em ofertar os projetos esportivos”. (C3, transcrição feita em 12 de outubro de 2009). Para C2 na reunião de avaliação que é realizada no final de ano juntamente com:

o pessoal da secretaria, deixamos várias sugestões como a ampliação para outras escolas, e a capacitação de mais professores para trabalhar com [tal modalidade]. Mas nós nem sabemos se continua. Sabe como é hoje é bom amanhã pode não ser. Posso estar de novo na escola ano que vem dando aula de EF (C3, transcrição feita em 12 de outubro de 2009).

Apenas o C1 apresentava certa segurança em relação ao próximo ano.

Já conseguimos com a [tal empresa] a garantia de material para mais duas escolas. O projeto está com bons resultados e como tem uma parceria entre a SME e a [tal empresa] e tem o [tal atleta envolvido] com certeza a Prefeitura vai querer continuar o projeto (C1, transcrição feita em 12 de outubro de 2009).

Cabe ressaltar que os outros dois coordenadores, C2 e C3 relataram que os projetos registram grande participação e que não acreditam que os projetos não sejam mais ofertados. Inclusive afirmaram já terem estabelecidos contatos preliminares com a SME, e têm a promessa de que as ações vão continuar. “Conversamos com o pessoal da SME, e eles falaram que não tem porque não continuar. Mas sabe como é né? Só depois que estiver tudo confirmado mesmo”. (C3, transcrição feita em 12 de outubro de 2009).

Como já afirmamos as ações da SME no campo esportivo não são regulamentadas por qualquer lei municipal; esta existe e estabelece a SMEL como a instituição pública do poder municipal a ofertar o esporte aos curitibanos. O único documento que regulamenta os projetos esportivos da SME é o Contrato de Gestão (CURITIBA, 2009), que também não garante estes projetos; já que contempla as atividades educativas complementares, e estas não são apenas esportivas, podendo ser ofertadas em outras esferas.

Em relação às dificuldades existentes nos projetos esportivos da SME aqui foram apresentadas várias “exigências” que os coordenadores apresentaram, inclusive afirmando que “tomara que o pessoal da SME leia seu trabalho e possa melhorar algumas coisas que já passou do tempo de alguém ver, pois são básicas.” (C2, transcrição feita em 01 de outubro de 2009). Uma das dificuldades

apresentadas é a falta de autonomia nas decisões relativas aos projetos; os coordenadores afirmaram que possuem “certa autonomia”, mas não totalmente: “quando é uma decisão em relação a uma aula, ou uma orientação ao professor, podemos sim fazer isso. Mas não podemos, por exemplo, ir até um clube próximo a escola, ou uma escola estadual e fechar uma parceria.” (C3, transcrição feita em 09 de outubro de 2009). Basicamente os outros dois coordenadores também afirmaram que em relação à operacionalização das aulas possuem autonomia, mas gostariam de poder decidir outras questões.

A gente coordena o projeto de [y] os pepinos que aparecem nas aulas, as vezes um aluno muito bagunceiro, um material que é extraviado, ou uma dúvida do professor, aí é com a gente. Mas se quisermos fazer um torneio entre alunos do projeto, se precisar comprar mais material não basta pedir tem que a secretaria vir ver se isso precisa mesmo, se o professor procura a gente e fala que tem muito aluno na fila de espera e precisa abrir mais turmas, nós temos que pedir permissão para a secretaria. Até esses tempos queríamos fazer uma ficha de avaliação. Fizemos. Mas ela voltou toda alterada lá de cima. O que podia acontecer é o pessoal da SME dar mais poder para a gente decidir (C1, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

Assim constatamos que os coordenadores não têm autonomia em questões estruturais, em questões administrativas, apenas operacionais. Este capital está nas mãos da gestão, da SME, que por possuí-lo garante uma posição de destaque no campo, e objetiva mantê-lo através da “exclusividade” do poder decisório.

Outra dificuldade é o espaço utilizado nos projetos esportivos. O agente C2 afirmou que poderia apresentar melhores resultados, e atender mais crianças se existisse um local exclusivo na escola para as aulas do projeto. “Muitas vezes o professor tem que armar [tal material] em um local que não é tão bom quanto a quadra. Mas é assim mesmo. A gente orienta os professores que a preferência é a aula de Educação Física” (C2, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

Uma dificuldade apontada por C3 é a falta de transporte para que os estudantes possam realizar as atividades em outros espaços. “Se a gente tivesse uns dois ônibus por semana a gente poderia levar mais alunos lá [naquele local] para realizar mais treinos bem próximos a realidade da competição.” (C3, transcrição feita em 11 de outubro de 2009). Ele deixa claro que a SME cede transporte para os alunos participarem das competições, mas acredita que se os alunos pudessem freqüentar um local com mais infra-estrutura, incrementariam as ações e “os alunos iam ficar mais motivados e com certeza o projeto ia melhorar” (C3, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

Também ficou claro no discurso dos três coordenadores, até com certo tom de lamentação, é que os alunos após se desligarem da rede municipal tem que deixar os projetos; ou seja se o aluno não mais estuda em escola municipal, não pode participar do projeto.

É complicado porque a gente realiza um trabalho junto com os professores e os alunos e depois quando eles vão para a 5ª série nós não podemos mais dar aulas para eles. Vira e mexe os professores pedem que a gente libere alguns alunos para continuar nas aulas. (C1, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

Isso é algo que a Prefeitura tem que rever. Por exemplo, eu além de coordenar o projeto de [tal modalidade] também tenho algumas turmas do projeto. É ruim você ver os alunos melhorando bastante e te perguntando se ano que vem podem continuar porque vão sair do colégio. E como não tem para onde encaminhar você fica em uma situação complicada. A SMEL não tem escolinha de [tal modalidade]. Em alguns casos mesmo sabendo que não pode libere alguns alunos, só peço para eles irem na escola no final de semana no Comunidade Escola, daí justifica se alguém vier questionar. (C2, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

Em relação aos próximos passos para a ampliação dos projetos várias foram as posições sustentadas. Para C1 “(...) não adianta apenas ampliar as ações, temos que qualificar também o projeto. Capacitar os professores melhor, e pensar em parcerias para encaminhar os estudantes” (C1, transcrição em transcrição feita em 13 de outubro)

Já para o C2 é “preciso ampliar as ações dos projetos, até porque tem crianças na lista de espera. Mas antes não podemos deixar passar em branco a questão de onde mandar os alunos para continuar as aulas. E também tem que ser feito investimento em estrutura física.” (C2, transcrição feita em 13 de outubro)

O C3 acredita que seja:

(...) necessário capacitar os professores para trabalhar com [modalidade] já que não tem essa formação na universidade para isso. E também precisamos fazer parcerias com clubes para encaminhar os talentos que aparecerem no projeto. (C3, transcrição feita em 13 de outubro)

Até aqui em relação aos dados fornecidos pelos coordenadores percebemos a preocupação dos agentes em relação à continuidade das crianças que participam do projeto após seu desligamento das escolas municipais; e também por não acreditarem que a oferta dos projetos está garantida nos próximos anos; podemos visualizar intenções e não certezas.

Também constatamos a inexistência de uma política de continuidade aos alunos, sendo que esta foi apontada diversas vezes como um dos problemas, que

segundo eles, deve ser resolvido o quanto antes. Ainda não existem ações e parcerias com a rede estadual de ensino, a SMEL, e até mesmo clubes ou outras instituições esportivas que poderiam ser uma alternativa para que os alunos continuassem a freqüentar as atividades ofertadas.

3.3 Projetos esportivos – Impressões dos professores

Participaram da entrevista três professores de EF que são responsáveis pela execução prática das atividades nas escolas. Estes são servidores públicos, concursados da PMC, e estão lotados nas escolas onde os projetos acontecem. Cabe ressaltar que a função para a qual foram contratados pela PMC é o desenvolvimento das aulas de EF nas escolas municipais. Assim a inserção desses agentes no subcampo aconteceu após a ampliação dos projetos esportivos para mais escolas e a formalização desta oferta pela SME, o que já discutimos anteriormente. Com essa ampliação houve a necessidade de outros profissionais para atender a demanda, e abriu-se a possibilidade para que estes professores viessem atuar nos projetos. Atualmente estão envolvidos trinta e nove professores de EF nas ações dos projetos esportivos da SME.

Como é uma preocupação ética desta pesquisa a garantia do anonimato dos participantes, assim como fizemos com os coordenadores dos projetos, iremos estabelecer um código para cada professor: PRO 1, PRO 2 e PRO 3. Estes agentes em relação à estrutura⁸⁷ do projeto, no interior do subcampo, são subordinados aos coordenadores e aos gestores do projeto, que representam a SME, possuindo menor capital simbólico acumulado que estes agentes.

Em relação à execução do projeto temos nesta amostra três situações distintas em relação às ações dos professores. O PRO 1 atua no projeto desenvolvendo as atividades em horários que não está ministrando aulas de EF, e que fica à disposição da escola; ou seja, no seu turno de trabalho os horários “livres” das aulas de EF são ocupados com as atividades do projeto. Segundo o PRO 1 sua principal atividade na escola são as aulas de EF que desenvolve com todas as

⁸⁷ Lembrando que a análise da posição dos professores no subcampo está sendo feita em relação à estrutura administrativa dos projetos da SME, já que segundo Bourdieu (1983) as posições entre os agentes podem ser alteradas dependendo do foco a ser analisado.

turmas, e “nas minhas janelas⁸⁸ é que faço o projeto” (PRO 1, transcrição feita em 10 de outubro).

O PRO 2 também dá aulas de EF, mas nesta escola o projeto não é desenvolvido no mesmo período em que o professor está ministrando as aulas de EF; o mesmo nos informou que recebe uma remuneração adicional em forma de horas extras, pois desenvolve as ações dos projetos esportivos após seu horário normal de trabalho.

O PRO 3 diferentemente dos outros dois professores não tem responsabilidades com as aulas de EF da escola onde desenvolve o projeto; o mesmo foi “deslocado” para atender exclusivamente as atividades do projeto.

Em relação às experiências esportivas dos três professores, o PRO 1 e o PRO 2 foram atletas amadores, e competiram em nível escolar. Cabe ressaltar que as experiências como “atletas” desses dois professores não estão diretamente ligadas às modalidades que trabalham nos projetos esportivos. Ambos já atuaram com atividades da mesma natureza do projeto, o que citaram ser “escolinhas” esportivas, mas não nas modalidades que agora atuam nos projetos esportivos da SME; suas experiências em relação a essas modalidades se resumem a formação acadêmica.

Já o PRO 3 foi atleta profissional, e antes de ingressar na SME para atuar nas escolas municipais, já possuía experiência em treinamento esportivo, tanto para atletas de alto rendimento, como em escolinhas de iniciação esportiva, e esta vivência citada acima está relacionada a modalidade esportiva do projeto que atua.

Tivemos a preocupação em questionar como estes professores começaram a atuar nos projetos, já que poderiam ser convidados outros profissionais de EF da rede municipal de ensino que não eles. A respeito da forma que estes agentes foram inseridos no subcampo, obtivemos as seguintes afirmações:

Na verdade quando o projeto foi levado lá para a escola eles questionaram quem queria tocar o projeto. Dos professores de Educação Física só eu demonstrei interesse e então comecei a trabalhar com o [tal esporte] além das aulas de Educação Física. É bom porque é uma forma do pessoal ver melhor seu trabalho, de aparecer um pouquinho mais para a secretaria (PRO 1, transcrição feita em 10 de outubro de 2009).

⁸⁸ Segundo as Diretrizes Curriculares para o Ensino Municipal em Curitiba (2009) são obrigatórias duas aulas de EF por semana de cinquenta e cinco minutos cada. Atendida essa exigência os professores de EF teriam alguns horários livres, “as janelas” citadas pelo PRO 1, e que utiliza esses momentos para desenvolver as atividades do projeto que é responsável.

Fui convidado primeiramente pelo professor coordenador do projeto extra oficialmente pelo contato que tínhamos na escola e pelo trabalho e interesse no projeto. Sobre a divulgação a outros profissionais desconheço, mas sei que tem outros professores trabalhando no projeto (PRO 2, transcrição feita em 10 de outubro de 2009).

O projeto já acontecia com duas professoras na escola, e como me conheciam das competições me convidaram; sabiam que eu trabalhava com [tal modalidade]. Eu dava aulas de EF, mas sempre quis desenvolver esse trabalho só com [tal modalidade] na escola; então aceitei na hora o convite (PRO 3, transcrição feita em 10 de outubro de 2009)

Percebemos que a inserção destes agentes no subcampo aconteceu de três formas distintas: o pro 1 que foi inserido por ser o único interessado em desenvolver o projeto na escola, mas que tinha intencionalidades com isso, já que segundo Bourdieu (1983) as ações no interior dos campo são marcadas por intencionalidades dos agentes em ocupar um melhor posicionamento em seu interior. A intenção do PRO 1 transparece em sua fala quando afirma que atuando no projeto melhoraria sua visibilidade no subcampo, já que seu trabalho seria “melhor visto”, segundo o agente, pela SME.

O PRO 2 foi convidado pelo seu capital acumulado, no caso, conquistado através de sua relação de amizade com o coordenador. Poderíamos relacionar a relação de amizade do professor com o coordenador como sendo o fator que influenciou na sua escolha, mas apenas são indícios não podemos afirmar com exatidão.

Já em relação ao PRO 3 nos parece que sua inserção no campo foi garantida pelo seu maior capital, no caso específico, o capital esportivo acumulado através de sua carreira como atleta, seu conhecimento específico na modalidade, e suas experiências profissionais com o esporte nos mais diversos âmbitos. Esse capital foi de suma importância para que o agente conquistasse um espaço no subcampo que desejava; já que afirmou que sempre almejou em trabalhar com o esporte na escola, da forma que são feitas as ações nos projetos esportivos da SME.

Em relação ao funcionamento das atividades o que basicamente ficou claro no discurso dos professores é que essas atividades devem ser oferecidas como um complemento das atividades curriculares. Este discurso esteve presente na fala do gestor e dos coordenadores e de acordo com o previsto no Contrato de Gestão (CURITIBA, 2009) há a orientação para que estas atividades aconteçam em horário de contraturno, através da oferta de projetos específicos. Da mesma forma os três professores confirmaram essa orientação, o que demonstra que as ações dos

projetos esportivos da SME apresentam um direcionamento na oferta de atividades esportivas em contraturno escolar, como um complemento das atividades escolares.

Em relação à operacionalização destas atividades:

A gente foi capacitado, foi um curso de 20 horas para iniciar o projeto. Este ano o projeto funciona com duas turmas de aproximadamente 20 alunos cada. As aulas tem o tempo de 1:30 h, 3 vezes por semana, nos horários que tenho disponíveis. Seguimos a metodologia que foi passada no curso (...) a gente ensina os fundamentos para as crianças (...) não é igual aula de Educação Física (PRO 1, transcrição feita em 10 de outubro de 2009)

(...) foi realizado um curso preparatório e a partir de então são realizadas atividades com um numero de crianças determinado pelo projeto se trabalhados em horário de aula com alunos no contraturno e em horário extra realizando atendimento aos dois turnos (...) as aulas são de uma hora e duas vezes por semana, com turmas de até trinta alunos (PRO 2, transcrição feita em 10 de outubro de 2009)

funciona pela manhã e pela tarde, com atividades em contraturno, as aulas são divididas por categorias, pela habilidade de cada aluno, com aulas de duas horas para a gente preparar eles para disputarem diversas competições que acontecem durante o ano. Cada turma pode ter até 35 alunos, dependendo do nível técnico (PRO 3, transcrição feita em 10 de outubro de 2010)

Aqui merece destaque a capacitação oferecida aos professores 1 e 2, e que são os professores que não possuíam experiências esportivas nas modalidades dos projetos que foram convidados a participar. Cabe enaltecer que houve a preocupação da SME em capacitar os profissionais antes do início das atividades.

Outro fato que nos chamou a atenção foi o número de escolas participantes e de estudantes atendidos. Se as ações dos projetos acontecem em vinte e duas (22) escolas municipais atendendo aproximadamente 800 alunos, em um universo de 178 escolas e 109.527⁸⁹ estudantes, nos parece que os projetos esportivos da SME estão apenas em fase inicial de execução, se pretendem, como objetiva a política de gestão presente no Contrato de Gestão (CURITIBA, 2009), democratizar sua oferta a toda a rede municipal de ensino.

Em relação à estrutura dos projetos os professores afirmaram que são subordinados aos coordenadores, mas também citaram a SME; "(...) a secretaria é a nossa outra chefe" (PRO 3, transcrição feita em 11 de outubro de 2009). O que podemos constatar e que está claro no discurso dos professores, é que mesmo possuindo os coordenadores nas estruturas dos projetos, estes devem sempre se submeter a algum gestor dos projetos da SME.

⁸⁹ Segundo o levantamento feito pela SME (CURITIBA, 2009) este é o número de estudantes matriculados e que frequentam regularmente as aulas na rede municipal de ensino.

Estou submetido a [tal pessoa], que é o coordenador (...) a gente passa as coisas para o coordenador, porque algumas coisas ele que resolve, mas ele também tem que passar tudo para a secretaria, pois não temos as respostas imediatamente, as vezes demora tempo pra gente resolver algo, e o coordenador diz que a secretaria que demora pra responder para ele (PRO 1, transcrição feita em 10 de outubro de 2009).

Eu dou as aulas e sou subordinado ao coordenador do projeto; passo as coisas para ele. (...) O que às vezes complica é que o [tal] não pode resolver muita coisa, porque ele fica meio com medo de permitir algo que ele não tem autoridade. Ele tem que passar lá para a secretaria. E sabe como quem fica no meio disso sou eu que fico esperando algumas coisas (PRO 2, transcrição em 10 de outubro de 2009)

Nestas afirmações podemos visualizar claramente as posições ocupadas pelos agentes no interior do subcampo.

Os professores relataram que sua principal função é “dar aulas para os alunos” (PRO 1, transcrição em 10 de outubro de 2009). Mas além dessa função, outras que foram citadas pelos professores entrevistados são: controle de frequência dos alunos, desligamento dos alunos faltosos, divulgação do projeto na escola, seleção dos alunos para possíveis torneios, e elaboração de relatório, que, todos citaram que devem ser encaminhados aos coordenadores.

A partir dessas informações fica claro que os professores são responsáveis por questões operacionais, e que devem seguir uma certa hierarquia quando almejam desenvolver outras ações que não sejam “dar aulas para os alunos” (PRO 1, transcrição feita em 10 de outubro de 2009).

As ações dos projetos esportivos da SME acontecem nas escolas, e perguntamos aos professores se eles atuam em uma ou mais unidades escolares. Dois dos professores entrevistados afirmaram que atuam em apenas uma escola; o PRO 2 afirmou que é responsável pelas aulas em duas escolas.

Na continuidade questionamos sobre as interações entre os professores e os coordenadores; como estas acontecem e como estão estabelecidas as relações entre esses agentes em relação ao funcionamento dos projetos, avaliações diagnósticas, planejamento e delimitação das ações futuras.

Ficou claro nas respostas dos três professores que as relações com os coordenadores acontecem principalmente através de reuniões e relatórios. O PRO 1 citou que é muito cobrado pelo seu coordenador em relação a elaboração de relatórios. O PRO 2 explanou que “tudo que se faz deve ser registrado” (transcrição feita em 10 de outubro de 2009), e que esses registros são sempre cobrados pelo

seu coordenador. O PRO 3 na mesma linha das afirmações dos outros profissionais, também confirmou ser cobrado através de relatórios e registro das aulas. Esse “acompanhamento” feito através dos relatórios e registros também foi citado pelos coordenadores, e se apresentam como uma forma da SME avaliar o funcionamento dos projetos. Isto porque tanto na descrição dos documentos dos projetos da SME, como nas informações obtidas junto aos gestores, estes projetos não têm a garantia de continuidade; existem sim intenções, mas o mesmo deve ser reavaliado ao final de cada ano.

Mas não apenas de relatórios e fichas se faz uma relação. Os professores foram unânimes quando afirmaram que possuem um bom relacionamento com os coordenadores, e que tem liberdade para sugerir novas possibilidades para os projetos; inclusive o PRO 2 afirmou que é cobrado pelo coordenador nas reuniões para sugerir novas idéias, alterações, críticas, visando a melhoria das ações. Como também todos afirmaram que em relação a sua autonomia, enquanto um agente deste subcampo, esta se restringe ao desenvolvimento das atividades junto aos alunos. Questões relacionadas a possíveis modificações no funcionamento do projeto, sugestões de materiais esportivos, mudança no horário das aulas dos alunos, oferta de novas turmas, parcerias com escolas e clubes, realização de eventos esportivos relacionados aos projetos foram os temas citados pelos professores em que não teriam autonomia, nem poder para decidir sobre tais. Um exemplo dessa falta de autonomia pode ser vista quando o pro 1 esclarece:

As vezes a gente até sabe que algumas coisas precisam mudar, mas antes de mudar temos que ligar para o coordenador, aí ele vai passar para o pessoal da secretaria e depois a gente muda. Quero que fique claro que o coordenador dá total liberdade para gente propor mudanças, mas se o esquema fosse mais rápido poderíamos agilizar muita coisa, o projeto ia funcionar mais redondinho (pro2, transcrição feita em 11 de outubro de 2009)

Em relação às reuniões com os coordenadores obtemos as seguintes afirmações: o PRO 2 citou que acontecem reuniões a cada três meses; já o PRO 1:

As reuniões acontecem sempre, periodicamente; sempre tem a presença de todos os professores, alguém da secretaria acompanha essas reuniões, e nelas conversamos sobre tudo o que está acontecendo, trocamos experiências. Até na última reunião conversamos sobre o ano que vem, já que está tudo certo e costuramos algumas coisas para melhorar ano que vem” (PRO 1, transcrição feita em 11 de outubro de 2009)

Ainda o segundo o PRO 3:

Reunião, reunião tem poucas, a gente se fala sempre que o coordenador visita o projeto. Sentamos em algum lugar e explico algumas coisas que aconteceram, idéias que eu tenho, mas nada assim muito formal. Sentamos e conversamos. E também sempre nos falamos por email (PRO 3, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

O PRO 3 ainda complementou que acontece uma reunião “formal” no final do ano “para tratar de assuntos referentes ao ano que passou, e que o maior contato é feito por email, e desta além de mim e do coordenador, o pessoal da secretaria também participa” (pro 3, transcrição feita em 11 de outubro de 2009). Acreditamos que esta reunião seja a mesma citada por todos os coordenadores, que ao final do ano, reunidos com os gestores dos projetos, discutem as ações realizadas, e possibilidades de continuidade dos mesmos.

Em relação à continuidade dos projetos existem preocupações e incertezas por parte dos professores, o que também constatamos anteriormente na fala dos coordenadores. O PRO 2 tem incertezas em relação ao futuro do projeto, “pois o projeto tem que ser aprovado todo ano, o coordenador me falou que sempre é reavaliado” (pro 2, transcrição feita em 11 de outubro de 2009). Ainda o PRO 3 nos informou que:

(...) neste ano já foi uma demora para aprovar o projeto. Tem questão de liberarem a gente das aulas de EF para ficar exclusivamente no projeto. Sei lá, mas a SME poderia se organizar melhor parece que deixam tudo para última hora. Aí o projeto começa tarde e quem perde são as crianças. E a gente fica na incerteza sem saber se ano que vem vai ter (pro3, transcrição feita em 11 de outubro de 2009).

As afirmações acima nos demonstram que estes projetos não têm a garantia de continuidade. Isso fica claramente a critério da SME que segundo seus preceitos fará uma avaliação da viabilidade ou não dos projetos continuarem a acontecer. Como já afirmamos isso ocorre, pois os projetos não fazem parte de um projeto que atende lei específica, e sim um plano de governo, especificamente o Contrato de Gestão. Isso possibilita que se o grupo que está no governo for modificado, ou então se a gestão atual achar conveniente não mais ofertar o esporte nas escolas, as ações estarão fadadas a se encerrar.

Especificamente em relação aos objetivos e funções dos projetos na concepção dos professores as respostas foram diversas. Os objetivos do projeto para o PRO 1 é:

Oportunizar aos alunos que são de uma comunidade carente, uma chance de aprender e participar de um projeto com uma estrutura de primeira qualidade. Temos que oferecer algo a estas crianças para que não fiquem sem fazer nada nas ruas (PRO 1, transcrição feita em 12 de outubro de 2009)

Para o PRO 2:

Disseminar o esporte desmistificando ser um esporte elitista, e criando novas oportunidades para as crianças atendidas pela prefeitura, pois o objetivo também é melhorar a qualidade das atividades ofertadas para os estudantes da rede municipal de ensino (PRO 2, transcrição feita em 12 de outubro de 2009)

Já o objetivos do projeto esportivo para o pro 3 são:

Resgatar os jovens que estão em situação de risco, que precisam de um apoio para não caírem nas drogas, violência, que não percam o foco, e isso através do esporte. Mas o principal objetivo é formar futuros campeões para o [tal esporte] (PRO 3 transcrição feita em 12 de outubro de 2009)

Em relação à função do projeto para os professores participantes da pesquisa:

O projeto de [tal modalidade] tem a função de estimular os alunos que estão a praticar um esporte e aos alunos que não estão no projeto, melhorar seu desempenho para ter uma chance para entrar no projeto. Porque não pode simplesmente oferecer o projeto e dar aulas de [tal modalidade], tem que ter algo a mais, tem que funcionar para melhorar a vida dessas crianças (PRO 1, transcrição feita em 12 de outubro de 2009).

Vejo como uma abertura de novas oportunidades para o lazer, e porque não, um agente motivador para dedicação as atividades desenvolvidas na escola, assim como um possível objetivo de vida e a formação de futuros profissionais (...) quem sabe podemos formar futuros atletas (PRO 2, transcrição feita em 12 de outubro de 2009)

A pro 3 não soube responder qual a função do projeto na escola, e afirmou que a “função do projeto é a mesma que eu disse lá no objetivo” (PRO 3 transcrição feita em 12 de outubro de 2009).

Assim podemos perceber que os professores visualizam os projetos de forma diferenciada. Enquanto um professor visualiza os projetos como uma atividade ofertada para todos, para democratizar o esporte, outro tem o entendimento que o objetivo do projeto é a formação de atletas; enquanto para um o projeto tem o

objetivo de melhorar a qualidade das atividades ofertadas aos estudantes na escola, outros visualizam na oferta do esporte o objetivo de resgate social.

Dessa forma, mesmo anteriormente a diagnosticarmos essa diversidade de opiniões acerca dos objetivos dos projetos nas escolas, uma das questões que fazem parte da entrevista era da existência de documentos que embasassem as ações. Todos os professores afirmaram que existem documentos específicos que orientam a prática, e também sabem que essas atividades fazem parte da política desta gestão. Podemos exemplificar no discurso do pro 3, que na essência foram as informações prestadas pelos três professores:

Nosso coordenador no início do ano entregou um projeto escrito daquilo que a gente faz aqui na escola. Ele pediu para que a gente lê-se para ficar a par. Ele (o coordenador) também pediu que a gente visse no site da PMC o Contrato de Gestão, porque os projetos fazem parte da política do prefeito [tal] (pro3, transcrição feita em 12 de outubro).

Mesmo com a existência dos documentos norteadores (que já foram descritos no capítulo 2) não visualizamos um direcionamento único nos projetos. Assim uma das razões para estas divergências podem ser melhores explicadas de acordo com a concepção de esporte de cada um dos professores que fazem parte da pesquisa; questionamos como os professores definem o esporte.

Esporte é uma atividade para todos, que todos devem ter a oportunidade de praticá-lo. Por isso no projeto de [tal esporte] nos fazemos questão de que todos participem esporte é uma ferramenta que facilita a participação de todos. Tem aluno que antes não fazia nada na escola; hoje ele tem a chance de praticar esporte e ser mais confiante (pro1, transcrição feita em 12 de outubro de 2009).

Acredito que na sua grande totalidade o projeto prepara os estudantes para a prática do esporte profissional, essa prática em minha opinião deve ser o próximo passo para o crescimento e o futuro do projeto, oportunizando e modelando atletas para representar nossa cidade em competições a nível estadual, nacional e porque não sonhar em nível internacional como fazem instituições de ensino a nível internacional (pro2, transcrição feita em 12 de outubro de 2009).

O esporte é o meio pra formar a personalidade, ele serve para ensinar o aluno a perder, ganhar, competir, e também utilizado para melhorar o desempenho físico dos alunos. O esporte é a saída para muitos problemas sociais (pro3, transcrição feita em 12 de outubro de 2009).

Talvez aqui possamos compreender melhor o porquê, na nossa concepção os projetos esportivos da SME são ações desvinculadas, mesmo fazendo parte da mesma política: a oferta do esporte no interior da escola como uma atividade de

contraturno. Os diferentes objetivos e funções que percebemos na fala de cada um dos agentes que participaram da pesquisa tem relação com as diferentes concepções de esporte de cada um destes.

Em relação ao apelo dos alunos em relação aos projetos, todos os professores que fizeram parte desta pesquisa afirmaram que existe grande procura por parte dos estudantes, e que existem casos em que as turmas estão lotadas inclusive com listas de espera.

Mas o que também afirmaram é que existe a necessidade de aumentar o número de turmas e a estruturação física para que todos os alunos fossem atendidos. O PRO 1 afirmou:

Complicado é o seguinte. Temos muita participação dos alunos. E também uma lista grande de quem quer participar e não pode (...) tenho turmas numerosas e os horários que trabalho são poucos. E também a quadra. Não posso abrir mais turmas porque o professor de EF usa o mesmo espaço. Há um acordo entre a gente, não atrapalha, mas se precisar abrir mais turmas para atender os outros alunos fica complicado (PRO 1, transcrição feita em 19 de outubro).

Para o PRO 2 o espaço físico da escola é um problema, e condicionou a falta deste ao não atendimento, já que também tem listas de espera com alunos que desejam participar, e que não podem pois não existe estrutura suficiente para o desenvolvimento dos projetos juntamente com as aulas de EF. “A utilização da quadra é prioridade do professor de EF. Existem acordo para eu também usar, mas principalmente só consigo desenvolver o projeto depois do horário, quando recebo horas extras, e daí não tem aula de EF, depois que a aula termina” (PRO 2, transcrição feita em 19 de outubro de 2009). O PRO 3 afirmou que a prioridade do uso da quadra poliesportiva são para as aulas de EF, mas não julga este ser um problema, já que sua modalidade não precisa exclusivamente da quadra para seu desenvolvimento.

Acreditamos que seria necessária uma melhor estruturação física das escolas, com equipamentos específicos para o desenvolvimento das modalidades esportivas dos projetos, possibilitando assim o atendimento ao maior número de estudantes. Mas também cabe ressaltar a iniciativa da SME em remunerar os professores com horas extras para que estes possam atender mais alunos, ou então, possibilitar as escolas com estrutura insuficiente para que os projetos e as

aulas de EF aconteçam simultaneamente, também possibilitem aos alunos destas, a oportunidade de frequentar as atividades dos projetos.

Outro fato levantado por todos os professores e que seria um dos problemas a serem superados pelos projetos é a continuidade dos estudantes.

Como as escolas da PMC são de 1 a 4 série os alunos que saem das escolas não podem mais frequentar os projetos pois vão estudar em colégios do estado. É complicado porque as vezes a criança gosta, quer continuar, e mesmo assim não podem. A SME podia mudar isso; liberar que os alunos continuem frequentando o projeto (PRO 3, transcrição feita em 19 de outubro de 2009)

A impossibilidade dos alunos continuarem a frequentar as ações após seu desligamento da rede municipal de ensino foi um problema levantado por todos os professores.

O que também está relacionado à continuidade do projeto é o encaminhamento dos talentos. Isso porque alguns dos alunos podem apresentar melhor rendimento se destacando em relação aos demais. E um projeto público deve prever que alguns dos participantes tenham a vontade de seguir a praticar o esporte, inclusive como uma prática profissional. Nenhum dos projetos prevê esta situação, e se por acaso algum aluno tiver destaque esportivamente, não poderá ser encaminhado para a continuidade do projeto. O PRO 3 inclusive contou uma experiência nesse sentido:

Formei aqui na escola o recordista sulamericano de [xxxx], o aluno já representou até a seleção brasileira. E por muito pouco ele não parou de praticar o esporte, já que chegou a um momento que ele não podia mais continuar porque ia estudar no [tal colégio da rede estadual de ensino], e não ia mais poder treinar com a gente. Se não fosse eu conhecer um amigo que conhecia fulano que podia indicar ele para ciclano ele não poderia mais treinar. Hoje fico feliz em ver ele com a camisa do Brasil" (PRO 3, transcrição feita em 19 de outubro de 2009)

Questionamos também os professores se existem demandas na comunidade por outras modalidades esportivas, diferentes daquelas que são ofertadas. O PRO 1 disse que "o maior apelo é pelo futebol, e que os pais pedem por um projeto deste na escola. Mas isso não prejudica o [tal esporte], o [tal esporte] tá indo muito bem, atendemos 130 alunos na escola" (PRO 1, transcrição feita em 19 de outubro). Já o PRO 2 afirmou que acredita que o voleibol, e o futebol teriam apelo da comunidade, "mas em nenhum momento nenhum pai, ou alguém da comunidade me falou isso, é apenas eu que acho" (transcrição feita em 19 de outubro de 2009). O PRO 3

desconhece e não soube responder se existe algum apelo por outra modalidade, diferente daquela a que ele trabalha.

Os pais também foram lembrados quando questionamos a participação deles no acompanhamento dos projetos. O PRO 1 afirmou que os pais participam ativamente do projeto levando seus filhos até a escola, questionando, acompanhando as aulas, e “inclusive uns dias atrás um pai foi questionar a pedagoga como esse projeto pode influenciar na melhoria da educação do seu filho (...) tem pai que até começou a jogar [o esporte] por causa do filho” (PRO 1, transcrição feita em 19 de outubro de 2009). Já os PRO 2 e PRO 3 afirmaram que os pais não tem uma participação ativa no projeto, e não souberam informar o motivo por este desinteresse.

Assim podemos afirmar após ouvir o gestor, os coordenadores, e agora os professores que a SME não realizou qualquer levantamento anterior a oferta, das demandas que a comunidade possuía em relação às diversas modalidades esportivas; estas foram as escolhidas devido as ações pessoais iniciadas de forma voluntária por alguns professores nas escolas. Como também podemos afirmar que a participação dos pais em relação aos projetos ainda é discreta, pontual, e apenas presente em reuniões ou apenas no momento em que os mesmos autorizam a participação dos seus filhos nas atividades.

Já em relação às parcerias, patrocínios e apoio com outros setores, apenas um dos projetos possui um acordo oficializado. Segundo um dos professores⁹⁰ este é patrocinado por uma empresa de bebidas que fornece todo o material esportivo para o desenvolvimento das atividades, e a SME se responsabiliza pela remuneração dos profissionais que atuam nos projetos. Os outros dois professores citaram não haver parcerias com outros setores.

Para finalizar a entrevista perguntamos aos professores quais seriam suas contribuições para a melhora da qualidade dos projetos, já que são eles quem atuam especificamente na oferta das aulas aos estudantes:

Melhorar os horários. Tem que reorganizar os horários e assim vamos atender mais alunos. O que também é urgente e tem que ser mudado é que a gente possa continuar a dar aulas para os alunos que saem das escolas. E também penso que a SME podia fazer uma parceria para formar uma equipe de [tal esporte] e participar de

⁹⁰ Não citaremos qual dos professores para que o leitor não estabeleça relação com a descrição do projeto feito no Capítulo 2, para que não seja prejudicado o anonimato do participante na pesquisa.

competições e assim o parceiro já pegava os “pelés” do [tal esporte] (pro1, transcrição feita em 23 de outubro de 2009).

Continuar as capacitações para nós, para qualificar o projeto né?. Tem que também repor os materiais velhos. Tudo bem que dá para usar mas isso também melhoraria. Construir de novos espaços para a pratica da modalidade, parcerias com entidades relacionadas ao esporte, e disponibilidade na promoção de eventos internos para promoção do projeto, porque a criançada curte um passeio, e sair da escola para praticar [tal esporte] seria um motivador para eles continuarem (pro2, transcrição feita em 23 de outubro de 2009).

Para melhorar o projeto a SME tinha que deixar os alunos mais velhos continuarem a frequentar o projeto, porque só assim a gente pode futuramente formar atletas. Esses ídolos irão ser espelho para os que estão começando. Mas tem que ser um que sai aqui da escola. Para isso também tem que ter parcerias para gente indicar os alunos destaques. Fazendo isso acho que já melhora bastante (transcrição feita em 23 de outubro de 2009).

Essas afirmações corroboram com as impressões dos coordenadores que visualizam como maiores problemas dos projetos esportivos da SME a falta de estrutura física e a impossibilidade de continuidade dos estudantes nos projetos, e que esforços da secretaria nesse sentido melhorariam as ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do campo esportivo, existem subdivisões e uma delas é o subcampo do esporte educacional, em que as relações são estabelecidas no interior da escola. Dentro das ações que ocorrem no interior deste subcampo estão os projetos esportivos da SME, que juntamente com a SMEL são as instituições do poder público municipal que ofertam o esporte aos curitibanos. Entre os agentes participantes destes projetos destacamos os gestores, que representam a SME, os coordenadores dos projetos, e os professores, que foram a amostra que utilizamos para nossa pesquisa. Cabe destacar que não apenas estes agentes participam das relações no interior dos projetos, mas também os alunos, os pais destes, os outros profissionais que trabalham nas escolas aonde os projetos são desenvolvidos. Estes agentes fazem parte do subcampo do esporte escolar, que por questões temporais não foram visualizados nesta pesquisa.

Conseguimos estabelecer a leitura dos projetos com um olhar sociológico através dos preceitos e conceitos de Pierre Bourdieu, especificamente utilizando a teoria reflexiva, comumente chamada de “teoria dos campos”. Cabe ressaltar que o processo de apropriação da teoria de Bourdieu é um processo lento, moroso, e árduo. Catani (1999) nos mostra que duas são as possibilidades para aqueles que pretendem utilizar os preceitos de Pierre Bourdieu em suas análises: a resistência a sua utilização, devido à complexidade de seus escritos; e o enfrentamento, quando a partir do amadurecimento teórico o leitor passa a apropriar-se dos conceitos da teoria de Bourdieu. Alerta Marchi Jr (2001) que a utilização dos seus conceitos na análise da sociedade, no nosso caso nos projetos esportivos da SME, deve ser “levado a sério, aprendidos, controlados, e sobretudo, utilizá-los de modo a evitar equívocos” (MARCHI JR, 2001, p. 48). Dessa forma nos atrevemos a utilizar os conceitos de Bourdieu em nossa análise, mesmo reconhecendo que ainda estamos na fase de amadurecimento e apropriação da teoria, mas assim o fizemos, pois acreditamos que esta seria a oportunidade para fazer tais incursões e enfrentar as dificuldades, mesmo em que alguns momentos estas não apresentem o aprofundamento teórico necessário.

Também foi importante a releitura que fizemos dos trabalhos de autores que contribuíram e contribuem com os estudos em relação ao esporte e a oferta de políticas públicas e que nos auxiliaram em nosso objeto de pesquisa.

Todas as estratégias metodológicas que utilizamos caminham no sentido de cumprir com nossa proposta de trabalho, diagnosticando a estrutura e o funcionamento dos projetos e dos seus objetivos e funções para a SME, e as relações existentes com os objetivos e funções na concepção dos professores e coordenadores.

Assim fizemos um levantamento sobre a estrutura e o funcionamento dos projetos; como aconteceu, e por quais motivos foram implantados; sua organização administrativa; como são estabelecidas as relações entre os coordenadores, professores, e o órgão gestor (SME); quais as concepções de esporte que estão presentes nos projetos; o planejamento das ações e a política de continuidade da oferta; as parcerias existentes nos projetos; o orçamento financeiro e a origem dos recursos; e os esforços da gestão para transformar estas ações em uma política de estado utilizando a estrutura da escola para isso.

A discussão de todas essas nuances nos auxiliaram em revelar as relações entre os objetivos e funções dos projetos na concepção dos agentes envolvidos, pois o simples questionamento destes não seria suficiente para visualizarmos as intencionalidades dos agentes no interior do subcampo.

Antes de começarmos as considerações sobre cada uma destas particularidades investigadas, é importante frisarmos que durante as mesmas também iremos apontar algumas possibilidades e “idéias”. Pretendemos deixar contribuições e convicções, construídas ao longo de nossa jornada profissional e acadêmica. Acreditamos que este trabalho é uma oportunidade de propor soluções aos problemas encontrados em nossa pesquisa, e já visualizados também em outros trabalhos envolvendo as políticas públicas para o esporte, mesmo que sejam apenas convicções do autor.

Também cabe destacar mais uma vez que o diagnóstico que realizamos neste trabalho apontou acertos, êxitos, mas também falhas na execução dos projetos não tiveram a intenção de ser uma crítica infundada, maldosa, ou uma exaltação exagerada das ações da SME; a oferta do esporte como uma atividade de contraturno ofertada nas escolas, é um fato a ser elogiado, e em que compactuamos, mas também acreditamos que existem fatores que precisam ser repensados no funcionamento dos projetos. Esta é a visão que esperamos que o leitor tenha em relação às nossas considerações.

Em relação à estrutura e funcionamento dos projetos estes acontecem no interior das escolas municipais, utilizando os profissionais da SME para seu desenvolvimento. Cabe salientar que estes projetos utilizam-se de uma estrutura física já posta anteriormente a sua idealização. Nas escolas os espaços foram otimizados, para que além de cumprir com sua função principal, que é a educação formal dos estudantes, também pudessem desenvolver os projetos esportivos da SME. Em relação aos recursos humanos como já frisamos anteriormente os profissionais já faziam parte do quadro funcional da secretaria, e a partir da inclusão destas atividades acumularam funções: os professores de EF ou foram realocados para o desenvolvimento exclusivamente do projeto, ou acumularam as funções deste e das aulas de EF.

As ações fazem parte da política da atual gestão da PMC que tem intenções na oferta de atividades extracurriculares aos seus estudantes. Estas são denominadas como atividades educativas complementares, e fazem parte de um documento que norteia as ações da prefeitura, especificamente da SME, denominado Contrato de Gestão.

Neste documento os projetos esportivos que foram objeto deste estudo estão contemplados, e sua oferta é destinada somente aos estudantes da rede municipal de ensino, como um complemento das atividades ofertadas a estes nas escolas municipais. Visualizamos que a continuidade dos alunos nos projetos fica prejudicada, já que a SME não tem previsto nos projetos possibilidades de encaminhamento dos alunos. O gestor reconhece que a descontinuidade existe, mas não transpareceu qualquer esforço da secretaria que esteja sendo feito para solucionar este problema; os professores e coordenadores foram unânimes em apontar a descontinuidade como uma falha no funcionamento dos projetos, propondo alterações neste sentido para a melhoria da qualidade dos mesmos.

As escolas possuem espaços para a prática esportiva e estes são utilizados tanto para o desenvolvimento do projeto, como principalmente para a oferta das aulas de EF aos alunos, e que está prevista na grade curricular. Essa utilização conjunta dos espaços é um dos problemas constatados pelos coordenadores e professores, mas que na concepção da gestão não é um entrave para sua realização; enquanto o gestor alega que existem possibilidades de otimizar o espaço da escola para atender as aulas de EF e dos projetos esportivos, não visualizando este como um problema, os professores e coordenadores acreditam que seria

necessária uma estrutura específica para a realização das atividades em contraturno, para que estas pudessem ser ofertadas para mais estudantes.

Também não foi verificado na estrutura da SME qualquer órgão que seja responsável especificamente pela gestão dos projetos. No organograma que apresentamos no segundo capítulo, o Departamento de Ensino Fundamental através da equipe de EF é a instância responsável pela coordenação das ações, mas sua principal função é o acompanhamento pedagógico e assessoramento aos professores de EF e desta disciplina na escola. Acreditamos que com a inserção de mais escolas, como é a meta estabelecida pela secretaria, novos agentes deverão ser inseridos no subcampo, e em nossa opinião a criação de um departamento específico para coordenar as ações dos projetos faz-se necessário. Não significa que as ações dos projetos devem estar desvinculadas das ações da equipe de EF, pois acreditamos que a inserção do esporte na escola possa acontecer nos dois momentos; este departamento seria uma forma de consolidar a posição da SME no campo esportivo.

Diagnosticamos através das entrevistas que as ações do projeto, como uma ação institucionalizada da SME iniciaram a partir de iniciativas pessoais e de professores que começaram a ofertar as modalidades esportivas nas escolas em que trabalhavam. Isto ficou comprovado no discurso do gestor, professores e dos coordenadores, que inclusive hoje ocupam essa posição no subcampo, devido ao capital acumulado por terem idealizado as ações. Deve-se salientar na análise que fizemos dos documentos, e no discurso do gestor, que a PMC têm a intenção de ofertar atividades em horário de contraturno aos seus estudantes, inclusive as esportivas. Mas a oferta das modalidades esportivas dos projetos que estudamos, ocorreu devido ao trabalho iniciado anteriormente de forma voluntária na escola, que a SME formalizou e expandiu a outras unidades escolares.

A oferta de atividades extracurriculares feita pela PMC fora do período em que os alunos têm suas “obrigações formais na escola” nos parece um movimento que vem se consolidando no Brasil que é a implantação das escolas em tempo integral, e entre esses esforços podemos citar o programa *Mais Educação*⁹¹ do governo federal. Inclusive uma das propostas do Contrato de Gestão (CURITIBA,

⁹¹ O programa Mais Educação do Ministério da Educação objetivava ofertar aos estudantes de escolas públicas atividades em tempo integral. Atualmente segundo o portal do MEC (BRASIL, 2009) o programa já atende mais de 1 milhão de estudantes em todo o Brasil. Para saber mais www.mec.gov.br/maiseducacao

2009) é o aumento do tempo de permanência dos estudantes de quatro para cinco horas, como uma forma de adequar-se progressivamente ao atendimento em tempo integral. Os projetos não têm relação com esse aumento da carga horária, previsto para o início de 2010, mas temos a convicção que o poder público municipal pode utilizar-se do exemplo das ações que estudamos para ampliá-las a mais escolas e efetivamente consolidar a oferta do esporte como uma das possibilidades a serem contempladas pela educação em tempo integral na cidade de Curitiba.

Em relação à organização administrativa e a política de gestão da SME diagnosticamos que estas podem influenciar diretamente nas relações entre os agentes, e conseqüentemente nos objetivos e funções dos projetos. Inicialmente em relação à estrutura administrativa do projeto constatamos que os agentes com maior capital acumulado são os gestores, inclusive com um maior capital econômico relativo às gratificações recebidas por ocuparem cargos comissionados. E como agentes com maior potencial de poder objetivam mantê-lo em relação aos professores e coordenadores das ações.

Esta potencial de poder maior do gestor em relação aos coordenadores e professores, e o interesse do mesmo em manter sua posição de destaque no interior do subcampo influenciam diretamente nas relações estabelecidas. Percebemos no discurso do gestor a preocupação em manter o poder decisório nos projetos, da mesma forma que isto foi confirmado pelos coordenadores e professores quando citaram que não possuíam autonomia para tomar decisões administrativas e/ou estruturais, sendo esta limitada apenas as questões operacionais dos projetos. Segundo Bourdieu (1994) os agentes têm intencionalidades e podem desenvolver estratégias para manutenção da posição ocupada no campo, e esta nos pareceu uma das estratégias utilizadas pelos gestores: não descentralizar o poder de decisão.

Visualizamos que mesmo o gestor citando que os coordenadores e professores podem participar ativamente do processo através das reuniões, solicitando e propondo modificações aos projetos; e mesmo os próprios coordenadores afirmando que suas relações com os gestores são democráticas, na prática esta não nos parece tão democrática assim. Até porque não existe descentralização do poder entre os agentes, e sim a concentração do poder nas mãos dos gestores. Em nossa concepção nos projetos os coordenadores deveriam ter uma maior autonomia, não apenas em relação a aspectos inerentes as aulas,

mas também em relação a compra de materiais necessários, possibilidades de modificações nos horários das aulas, aumento da oferta através da abertura de novas turmas, identificação da demanda em outras modalidades esportivas, ou seja, questões relacionadas ao nível local em que as ações acontecem.

Em relação à identificação das demandas observamos que estas não foram verificadas anteriormente a oferta. Como afirmamos as ações dos projetos, especificamente nas modalidades atletismo, tênis, e voleibol foram incorporadas pela SME a partir das ações e iniciativas de professores de EF nas escolas. Como estes “idealizadores” hoje são os coordenadores os mesmos nos informaram que não foi feita qualquer pesquisa em relação ao interesse da comunidade nestas modalidades especificamente. Concluímos assim que a oferta foi feita de acordo com a concepção e as experiências destes profissionais, sem a preocupação de ser verificada a demanda. Também diagnosticamos que quando essas ações individuais foram institucionalizadas pela SME, e ampliadas a outras escolas, mais uma vez não foi considerado os interesses da comunidade. Através da pesquisa verificamos que os projetos apresentam grande aceitação, mas acreditamos que a SME deveria também investigar se não existem outras demandas a serem consideradas, outras modalidades esportivas que a comunidade anseia, e não apenas aquelas que em seu ponto de vista devem ser ofertadas.

De acordo com Bourdieu (1993) quando a oferta está de acordo com a demanda cria-se uma rede de práticas e ações esportivas, importantes para a consolidação do campo esportivo e do *habitus* dos agentes. Dessa forma acreditamos que se não apenas os interesses da gestão, dos professores fossem considerados, mas também os interesses dos alunos e das comunidades, de acordo com sua realidade local, as ações da SME poderiam consolidar o *habitus* dos agentes em relação às práticas esportivas desenvolvidas na escola. Fica aqui um convite para uma continuidade em meus estudos.

Mas não apenas as relações entre a oferta e a demanda colaboram para a criação de um *habitus* esportivo, e a consolidação da prática, mas também exercem influência a concepção de esporte dos agentes envolvidos.

A concepção dos agentes no interior do subcampo é importante na medida em que esta pode influenciar as ações desenvolvidas. A concepção da atual gestão acredita na utilização do esporte no interior da escola, abrangendo múltiplas possibilidades, e não somente nas aulas de EF.

Percebemos aproximações importantes entre o gestor, os coordenadores, e os professores em relação a manifestação do esporte escolar (Marchi Jr, 2001); houve grande preocupação em atrelar os projetos a formação educacional e a transmissão de valores através destes. Outras manifestações também estão presentes nos projetos, o que vem de acordo ao conceito polissêmico proposto por Marchi Jr. (2001). Dessa forma acreditamos que a abordagem do esporte através dos projetos esteja mais próxima à abordagem heterogênea, multicultural citada por Stigger (2009), que considera a relação entre os agentes e a estrutura de forma dialética, na construção das diferentes possibilidades da prática, e não apenas o entendimento do esporte como um mecanismo de reprodução social.

Segundo Stigger (2009) a abordagem homogênea influenciou a utilização do esporte na escola, principalmente nas aulas de EF a partir da década de 80, e por essa razão até hoje existem muitas divergências em relação a sua utilização no contexto escolar. Percebemos essa influência na preocupação dos agentes em desvincular as ações dos projetos das aulas de EF. Isto nos transpareceu como sendo uma justificativa da utilização do esporte na escola, mas não como um conteúdo da aula de EF. Para nós isto é um equívoco, pois se no mesmo espaço, a escola, em um momento defendemos a utilização do esporte, e em outro, podendo ser até simultaneamente não acreditamos na sua utilidade, não teremos clareza nas ações, muito menos colaboraremos para a consolidação da oferta esportiva a partir desta instituição.

Em relação às parcerias um dos projetos possui uma parceria formal, firmada através de contrato entre a PMC e uma empresa privada. Esta fornece material esportivo ao projeto, financia as capacitações dos professores, faz a doação de uniformes para os alunos, e em contrapartida a PMC faz a exposição da marca nas escolas, e remunera os professores para atuar nas atividades.

Verificamos também a existência de uma parceria firmada com uma federação esportiva que cede gratuidades aos alunos para que participem das competições por ela organizadas, e em contrapartida a PMC deve fazer a divulgação desta federação como uma das parceiras das ações.

Nenhuma das parcerias prevê a solução de um problema citado pelos coordenadores e professores, e reconhecido pelo gestor: a continuidade dos alunos nas atividades após seu desligamento da rede municipal de ensino. Isto porque os projetos são ofertados somente a alunos regularmente matriculados na rede

municipal. Como a maioria das escolas municipais atende os alunos apenas até o 5º ano, sendo que da amostra das escolas participantes dos projetos apenas uma delas oferta o ensino até o 9º ano, os alunos frequentam os projetos por um período muito curto. Assim muitos deles têm a intenção de continuar a participar das atividades e não podem, pois a política dos projetos é atender apenas os estudantes da rede municipal.

Os projetos esportivos da SME não têm qualquer relação com os programas da SMEL, sendo que as ações não são vinculadas, e nem existem parcerias entre as secretarias para absorver os alunos que não mais estudam nas escolas da prefeitura. Bem como inexistem qualquer parceria ou intencionalidade de trabalho conjunto com as escolas estaduais, que são as instituições que absorvem o maior número de estudantes da rede municipal nos anos finais do ensino fundamental.

Já o financiamento das ações provém do orçamento da SME, especificamente de uma parcela destinada a financiar atividades em contraturno aos alunos, intitulada pela gestão como atividades educativas complementares. Essas atividades ofertadas aos alunos nas escolas não são apenas de natureza esportiva. Assim além dos projetos verificamos que se utilizam deste mesmo orçamento atividades como corais, fanfarras, oficinas de teatro entre outras. Além disso, o gestor nos informou que não existe qualquer especificação na destinação deste orçamento a atividades esportivas, bem como de qualquer outra natureza. Ou seja, as atividades estão sendo ofertadas por estarem de acordo com a política desta gestão que tem feito esforços para propiciar aos seus estudantes atividades complementares, entre estas a utilização do esporte. Mas não existe qualquer regulamentação, orientação ou lei que garanta uma fatia deste orçamento para que a SME ofereça os projetos esportivos em horário de contraturno. Entendemos assim que a concepção da atual gestão visualiza o esporte como uma destas atividades, mas não existem garantias que uma futura gestão possa ou deva ter o mesmo entendimento.

Em relação ao planejamento e avaliação para a continuidade da oferta dos projetos pela atual gestão, diagnosticamos nos documentos norteadores de cada um destes a possibilidade de serem cessados. Isto porque é prevista uma reavaliação das atividades ao final de cada ano, que segundo o gestor e os documentos analisados leva em consideração a abrangência dos projetos, se os objetivos vêm sendo atingidos, a participação dos estudantes, e os recursos utilizados. Essa

avaliação é feita através de relatórios feitos pelos coordenadores e professores, que afirmaram ter uma cobrança muito severa em relação ao acompanhamento da frequência dos alunos.

Assim esta avaliação pode até levar em consideração todos os aspectos citados acima, mas claramente a SME faz uma análise técnica do número de participantes em relação aos recursos despendidos, já que deve cumprir a meta prevista no Contrato de Gestão: ofertar atividades educativas complementares a todos os estudantes. Podemos entender que, como não existem regulamentações afirmando que entre essas atividades educativas complementares devem ser esportivas, a qualquer momento, dependendo dos interesses da gestão, o esporte possa ser substituído por outra atividade.

Em relação à expansão dos projetos tanto para outras escolas, como também a oferta de outras modalidades esportivas, existem intencionalidades por parte da SME, mas não encontramos indícios de que esta possa vir a se constituir como uma política de estado, regulamentando através de lei a oferta do esporte nas escolas como atividades de contraturno. O gestor citou que a SME trabalha em um “grande projeto”, em que várias modalidades serão ofertadas, mas atrelou essa ação a política da atual gestão. Os coordenadores e professores acreditam que os projetos vão continuar a ser ofertados, já que segundo estes agentes a demanda pelos mesmos é grande, e a política da atual gestão a três anos vem consolidando o esporte como uma das atividades a serem ofertadas. Outro fator em relação à expansão das ações e que o gestor, os coordenadores e professores apresentaram consonância é pensar na continuidade dos estudantes após seu desligamento da rede municipal. Várias foram as sugestões: parcerias com a SMEL, parcerias com a rede estadual, parcerias com clubes e instituições esportivas para encaminhamento dos talentos descobertos nos projetos.

Também julgamos necessária uma melhor estruturação física das escolas para o atendimento de mais alunos, que foi um fato levantado pelos professores e coordenadores. Até porque a meta dessa gestão é ofertar as atividades educativas complementares a todos os estudantes, e se a política de utilização do esporte for mantida, investimentos financeiros em relação à adequação física das escolas serão necessários, para que seja garantida tanto a aula de EF, como a atividade esportiva em horário de contraturno.

Em relação ao número de estudantes atendidos e escolas envolvidas nos projetos podemos afirmar que essas ações ainda estão em fase embrionária. Se analisarmos que das 178 escolas, 22 possuem os projetos, e ainda se relacionarmos os aproximadamente 800 estudantes atendidos nas atividades esportivas com os 109.527 estudantes da rede municipal, a oferta ainda é muito pequena em relação a demanda.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, que foi construído a partir do levantamento de todos os fatores citados até aqui, consideramos que o objetivo e a função dos projetos para a SME é sua utilização como uma ferramenta para ofertar as atividades educativas complementares, e cumprir com as metas previstas no Contrato de Gestão. Não percebemos que a secretaria visualizou necessariamente o esporte como sendo a natureza das atividades a serem ofertadas; assim consideramos que as iniciativas pessoais e voluntárias já existentes tornaram-se conveniências para que a SME considerasse essa possibilidade.

Os projetos esportivos para a gestão também servem como um complemento educacional aos estudantes. Esse acréscimo educativo-pedagógico seria obtido segundo o gestor com o aumento do tempo dos alunos no ambiente escolar, considerando este mais educativo e seguro, do que a ociosidade e a “exposição das crianças as ruas”.

Os coordenadores visualizam como principal objetivo do projeto a oferta do esporte em contraturno para diminuir o tempo das crianças nas ruas, e estariam “correndo riscos”. O discurso do resgate social também foi diagnosticado na fala dos coordenadores, bem como a formação de futuros atletas.

Além disso, a formação de futuros atletas foi outra possibilidade atribuída aos objetivos e funções dos projetos para a SME.

Já os professores visualizaram nas ações dos projetos esportivos uma oportunidade para os alunos praticarem o esporte (democratizar), buscar a ascensão social através da profissionalização, e também citaram sua utilidade como um remédio para as mazelas sociais, já que atribuíram a participação das crianças e jovens nestes como uma possibilidade de melhoria na qualidade de vida e diminuição de sua exposição aos riscos sociais.

Em relação aos objetivos citados acima acreditamos que a SME deve consolidar seu espaço na oferta esportiva em Curitiba, não considerando o esporte

apenas como mais uma atividade complementar, mas pensar no desenvolvimento de uma política esportiva utilizando a escola para seu desenvolvimento.

Assim os objetivos e funções da SME apresentam relações com os dos coordenadores e professores, na medida em que visam aumentar o tempo do estudante na escola, através da oferta das atividades esportivas em horário de contraturno, buscando democratizar a prática do esporte aos estudantes. Também visualizamos aproximações entre os agentes quando são unânimes em afirmar que o esporte também tem a função de “melhorar a condição de vida dos participantes”, diminuindo os riscos que são inerentes a crianças e jovens na sociedade.

Como também a fala dos agentes aproximou-se quando afirmaram que outros objetivos e funcionalidades dos projetos são a formação de atletas e a descoberta de talentos esportivos a partir das ações realizadas.

Em relação ao objetivo de formação e detecção não acreditamos ser a estratégia mais adequada para as características das ações nas escolas. Primeiro pela falta de estrutura existente citada pelos coordenadores e professores, que não condiz com o treinamento de alto rendimento. E principalmente por não existir na estrutura dos projetos possibilidades de encaminhamento dos alunos que possuem habilidades esportivas. Entendemos que a oferta pode até ser restrita aos estudantes da rede municipal de ensino, mas a SME deve pensar possibilidades para o encaminhamento dos alunos que tem interesse em continuar participando dos projetos.

Consideramos equivocado atribuir ao esporte, aos seus objetivos a abordagem salvacionista citada por Melo (2005), ou ainda ser utilizado como um meio para se obter outros objetivos que não esportivos, o caráter auxiliar citado por Linhales (2001) e Zaluar (1994). Os projetos esportivos podem até afastar as crianças dos problemas de segurança, drogadição presentes na sociedade, mas este não pode ser a função de um projeto esportivo.

Assim os projetos esportivos devem possuir objetivos visando o desenvolvimento do esporte. Dos citados pelos agentes participantes da pesquisa concordamos com a oferta buscando democratização da prática esportiva. Apenas ressaltamos como já afirmamos anteriormente que os projetos ainda engatinham em relação à democratização, se relacionarmos o universo de estudantes da rede municipal de ensino que não tem acesso as ações.

Para legitimar essa prática e tornar possível a democratização em todas as escolas, independente da gestão, acreditamos que a PMC deveria apresentar um projeto de lei que regulamentasse a oferta do esporte na escola, ficando a cargo da SME.

Para que essa legalidade não ocasionasse que as ações da SME e da SMEL atendessem a mesma demanda, constituindo-se nas mesmas atividades, apenas ofertadas em locais diferentes, esse mesmo projeto de lei deveria prever os agentes envolvidos no processo bem como suas atribuições, funções, e o público alvo a ser atendido por cada secretaria. Assim entendemos que a oferta do poder público municipal não atenderia apenas os estudantes da rede municipal de ensino.

Em nosso entendimento uma ação pública no campo do esporte deveria considerar as demandas propostas pelos agentes, criar mecanismos de participação e avaliação dos envolvidos, e proporcionar possibilidades de acesso a todos que tenham interesse na prática. Em relação à participação da sociedade acreditamos que a efetivação de um conselho municipal de esporte consolidaria sua democratização. Este conselho teria a participação de agentes do poder público, privado, representantes de classe, sociedade civil, o que possibilitaria a participação de toda a sociedade no processo, o tornando mais democrático, e levando em consideração não apenas os objetivos daqueles que propõe as ações, mas principalmente daqueles que participam delas.

Podemos concluir com este trabalho que seria extremamente importante para o avanço nas discussões dos projetos esportivos da SME envolver além dos agentes responsáveis pela execução das atividades, também os alunos e a comunidade, para que pudéssemos diagnosticar, assim como fez Zaluar (1994), na concepção dos participantes quais seriam seus objetivos e funções ao participarem das ações.

Até porque como afirma Gaya (2009) as práticas esportivas possuem diversas formas de se manifestar, propiciando diversos sentidos e significados, que diferem a partir dos objetivos, sentidos e necessidades, não apenas dos gestores, coordenadores, e professores, mas como também dos sentidos e significados atribuídos por aqueles que as praticam.

Desta forma acreditamos que este trabalho nos proporcionou um amadurecimento acadêmico e novas possibilidades de observar o cenário das políticas públicas esportivas. Foram diversas razões que nos levaram a propor os projetos esportivos da SME como objeto desta pesquisa. Como agente que também

participa do campo esportivo vários eram os questionamentos anteriores, e que em grande parte puderam ser mais bem visualizados neste trabalho. Assim esperamos ter contribuído com as pesquisas relacionadas às políticas públicas e que nossos apontamentos possam ser uma alternativa para que a oferta das ações públicas possa ser incrementada em relação à qualidade e a possibilidade de participação dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In.: **Questões de sociologia**. Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro, 1983.

_____, Pierre. Como se pode ser esportivo? In.: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Pág. 136 – 153. Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro, 1983.

_____, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. In; NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afranio. **Escritos de Educação**. Petrópolis, 1998: Vozes

_____, Pierre. Deporte y classe social. In: BROHM, Jean Marie *et al.* **Materiales de sociología del deporte**. Madri: Edicione de la Piqueta, 1993.

_____, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afranio. **Escritos de Educação**. Petrópolis, 1998: Vozes.

_____, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In.: ORTIZ, R. (org). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Pág. 39 – 72. Olho d'Água. São Paulo, 2003.

_____, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. **Coisas ditas**. São Paulo. Brasiliense, 2004.

_____, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **Um convite a sociologia reflexiva**, 2005

_____, Pierre. **O poder simbólico**. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

_____, Pierre. **Esboço de auto-análise**. 2005

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 22ª Edição. São Paulo. Saraiva, 1999.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____, **Ministério da Educação**. <http://mec.gov.br/>, 2009.

_____, **Ministério do Esporte**. <http://portal.esporte.gov.br/>, 2009

CANAN, Felipe. **A ação atual do setor público municipal na constituição da estrutura do basquete de base (09 a 17 anos de idade) curitibano**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, 2008.

CATANI, Afrânio Mendes. *Algumas lições da aula inaugural de Pierre Bourdieu*. In: _____. **Sete ensaios sobre o Collège de France**. MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). São Paulo: Cortez, 1999.

CAVICHIOILLI, Fernando. **Ensaio sobre a indústria cultural: refletindo a massificação dos esportes**. 2000.

CURITIBA, **Contrato de Gestão**. Curitiba, 2009

_____, **Projeto: Tênis para todos: uma nova cultura começa na escola**. Curitiba, 2009.

_____, **Voleibol com Educação: Leões do Volêi**. Curitiba, 2009.

_____, **Projeto de Atletismo**. Curitiba, 2009.

_____, **Diretrizes Curriculares para o ensino na cidade de Curitiba**. Curitiba, 2009.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Portugal, Porto, 1997.

FREIRE, João Batista. **Esporte educacional: uma proposta renovada.** Recife: UPE / ESEF / MEE / INDESP, 1996.

GAYA, Aldroado. Sobre o esporte para crianças e jovens. In: STIGGER, Marco Paulo & Lovisolo (orgs.). **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola.** 1ª ed. p. 49-70. Campinas. Autores Associados, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002

JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas sociais e a ampliação da cidadania.** Rio de Janeiro: Editora FVG, 2000.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade **Metodologia do trabalho científico.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LINHALES, Meily Assbú, (1996). **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos e setores excluídos.** Belo Horizonte: FAFICH, Dissertação de Mestrado.

_____, Meily Assbú. **São as Políticas para a Educação Física/Espportes e Lazer, efetivamente Políticas Sociais?** In: Motrivivência Ano X nº 11, Florianópolis: UFSC, 1998.

_____, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios á reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In.: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). **Lazer e esporte: políticas públicas.** P. 31-56. Campinas. Autores Associados, 2001.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo. EPU, 1986.

MARCHI JR, Wanderley. **Sacando o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970 a 2000)**. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

_____, Wanderley. **“Sacando o Voleibol”**. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004

_____, Wanderley. Globalização e o esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In.: RIBEIRO, Luiz (org.). **Futebol e Globalização**. 1ª ed. P. 127-143. Jundiaí. Editora Fontoura, 2007.

MARTINES, Isabel Cristina. **As relações entre as Organizações Não Governamentais e o Governo do Estado do Paraná no campo esportivo**. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação Física, no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

MELO FILHO, Alvaro **O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira**. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

MELO, Marcelo Paulo de. (2003). **Para além do salvacionismo ou considerações sobre políticas de esporte em favelas**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Caxambu. Anais do CBCE.

_____, Marcelo Paulo de. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila olímpica da Maré**. Campinas. Autores associados, 2005.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais.** Tese apresentada ao Programa de Pós -Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

_____, Fernando Marinho *et all.* **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas.** Ed. Fontoura. Jundiaí, 2006.

NUZMAN, Carlos Arthur. Organização do direito desportivo internacional. In MACHADO, Rubens Approbato et alii (coord), **Curso de direito desportivo sistêmico**, P. 50. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais.** Ed. Cortez. São Paulo, 2003.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

PIERANTI, Octavio Penna. *O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil.* In: **RAE eletrônica** v.6 nº 11, Art. 1, jan/jun 2007.

SETTON, Maria da Graça. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.* **Revista Brasileira de Educação**, mai/jun/jul/ago, número 020. Associação Nacional de Pós Graduação e de Pesquisa em Educação. São Paulo, 2002, p.60 a 70.

SPINK, Peter. Descentralização: luto ou luta. In.: FISCHER, Tânia (org.) **Poder local - governo e cidadania.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1993.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida – um estudo etnográfico.** Campinas: Autores Associados, 2002.

_____, Marco Paulo. Relações entre o esporte de rendimento e o esporte da escola. In: STIGGER, Marco Paulo & Lovisolo (orgs.). **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola.** 1ª ed. p. 103-134. Campinas. Autores Associados, 2009.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões Sociais do Esporte**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WALTER, Márcia Regina. **Políticas públicas e descentralização do esporte lazer da prefeitura municipal de Curitiba: gestão 1997-2001 e 2001-2004**. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação Física, no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

WIKIPÉDIA. *Curitiba*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Curitiba>, 2009.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Editora Escuta. Editora da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

_____, Alba. O esporte na Educação e na Política Pública. **Revista Educação & Sociedade**. Ano XII abril. Campinas: Papyrus, 1991.

ANEXOS

Anexo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

O (a) Senhor (a) está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Análise dos projetos esportivos da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba”, que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, pelo aluno Carlos Eduardo Pijak Jr., sob a orientação do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar e diagnosticar quais os objetivos e funções dos projetos esportivos da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba na concepção da secretaria, e estabelecer relações com os objetivos e funções destes para os coordenadores e professores que são os agentes responsáveis pela execução prática das ações.

E como objetivos específicos apresentar e discutir o referencial de análise sociológica que será empregado na pesquisa; descrever os projetos esportivos que serão estudados na pesquisa utilizando os documentos que norteiam as práticas; diagnosticar os objetivos e funções dos projetos esportivos da Secretaria Municipal de Educação para os gestores desta secretaria; estabelecer relações entre o discurso dos coordenadores e professores, e a posição sustentada pela Secretaria Municipal de Educação (representado pelo gestor a ser entrevistado), utilizando os objetivos e funções como categoria de análise.

Caso o (a) senhor (a) participe desta pesquisa será necessário conceder uma entrevista com aproximadamente uma de duração que será gravada. Essa entrevista será composta por questões que nos auxiliarão no desenvolvimento no nosso objeto de pesquisa, e que sua opinião nos auxiliará em tal tarefa.

Tendo em vista que é a partir das pesquisas científicas que ocorrem os avanços importantes em todas as áreas, a sua participação é fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, que poderá trazer grandes benefícios para o entendimento das políticas públicas para o setor esportivo.

O (a) senhor (a) tem a liberdade de se recusar a participar deste estudo, ou caso deseje participar, lhe está assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento ou não responder a alguma das questões que lhe forem feitas, não implicando em qualquer consequência. É importante observar que sua participação neste estudo é voluntária e não irá refletir em benefício pessoal direto. A

sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato e tão logo a pesquisa termine, as fitas serão desgravadas.

Os possíveis desconfortos que o (a) senhor (a) possa ter em relação a essa entrevista estão ligados principalmente ao receio de que suas declarações tenham repercussões negativas, mas esses desconfortos serão minimizados ao máximo visto que sua entrevista será realizada de forma individual e suas declarações serão totalmente anônimas.

Estão garantidas todas as informações que o (a) senhor (a) queira, antes durante e depois do estudo. Qualquer dúvida poderá ser esclarecida com o pesquisador pelos telefones (41) 32481166 ou (41) 84013189 das 8:00 h as 18:00 h de segunda a sexta, pelo e-mail carlosjr.pijak@yahoo.com.br, ou ainda, pessoalmente no Departamento de Educação Física, situado na Rua Coração de Maria, 92, BR 116, Km 95, Jardim Botânico das 9:00 h as 16:00 h, às terças.

Eu, _____, declaro que li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Deste modo, concordo em participar desta pesquisa e autorizo a gravação das entrevistas concedidas por mim, bem como a utilização dessas declarações para este estudo. Assim, concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____	_____	_____
Local e Data	Nome do entrevistado	Assinatura
_____	_____	_____
Local e Data	Nome do pesquisador	Assinatura

Anexo 2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**DIAGNÓSTICO DOS OBJETIVOS E FUNÇÕES DOS PROJETOS ESPORTIVOS
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ENSINO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CURITIBA**

Entrevista para os gestores da SME

Dados do entrevistado

Nome:

Função na SME:

Formação:

Relação e experiências com o esporte:

1) Como foram implantados os projetos esportivos da SME? Quais foram as iniciativas para suas implantações?

2) Como estão organizadas as estruturas administrativas internas da SME na organização dos projetos esportivos

- a) Regionais?
- b) Departamento?
- c) Superintendência?

3) Como se estabelecem as relações da SME com os coordenadores dos projetos?

4) Quantos profissionais em funções administrativas têm relações com os projetos esportivos?

Cargos de confiança Administrativos Professores

Estagiários Voluntários Outros

E como elas são estabelecidas?

5) Quais são os objetivos da SME ao estabelecer projetos esportivos no interior das escolas?

6) Quais as funções desses projetos no interior das escolas?

8) Porque esses projetos não são de responsabilidade da SMEL? Quais os diferenciais que a SME acredita existirem nesses projetos, em relação as ações desenvolvidas na SMEL?

9) Existem relações entre os projetos esportivos da SME com a SMEL?

10) Qual a definição de esporte nas ações da SME, desenvolvido nos projetos esportivos?

11) Existe um plano norteador para as ações desenvolvidas nos projetos? Nesse planejamento existem intenções para a expansão desses projetos, ou a oferta de projetos em outras modalidades esportivas?

12) Como é organizado o planejamento institucional da SME para acompanhamento, fiscalização, avaliação desses projetos?

13) Quem participa neste planejamento?

14) Como são tomadas as decisões?

15) Além dos projetos que fazem parte desta pesquisa, existem algum outro projeto não abordado, ou alguma outra ação que esteja sendo planejada para ser executada?

16) Como são diagnosticadas as demandas sociais para definição dos projetos esportivos e das modalidades elencadas a serem ofertadas aos alunos no interior da escola?

17) Existem parcerias com unidades da rede estadual de ensino, para que quando os alunos não façam mais parte da rede municipal de ensino possam continuar a freqüentar as atividades esportivas nas escolas?

18) Existem parcerias com outros setores:

a) clubes; b) federações; c) associações; d) empresas; e) entidades de classe; f) igrejas; g) partidos políticos; h) ONGS; i) outros.

19) Quem está envolvido na elaboração do plano de governo e nos projetos esportivos da SME?

20) De que forma está estruturado o financiamento para os projetos esportivos da SME?

21) Detalhe como acontece o financiamento desses programas? De onde provêm os recursos? Eles são detalhados no início do ano?

22) Existe uma política para a utilização dos espaços e equipamentos escolares nos projetos esportivos? Quais são as prioridades para a utilização destes espaços? Como ficam os professores de Educação Física que trabalham nos mesmos equipamentos públicos, a Escola?

23) Existe alguma forma de apoio, patrocínio, ou encaminhamento aos alunos que se destacam nos projetos esportivos? Para que possam almejar uma carreira profissional no esporte?

24) Os pais e a comunidade escolar têm participado na escolha e na elaboração desses projetos? De que forma?

26) Quais as relações destes projetos com proposta do prefeito Beto Richa de aumento da carga horária de 4 para 5 horas, e gradativa aplicação da educação integral nas escolas?

25) Para finalizar quais seriam os próximos passos para a ampliação desses projetos para um programa de governo?

Anexo 3

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**DIAGNÓSTICO DOS OBJETIVOS E FUNÇÕES DOS PROJETOS ESPORTIVOS
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ENSINO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CURITIBA**

Entrevista para os coordenadores dos projetos

Dados do entrevistado

Nome:

Função na SME:

Formação:

Relação e experiências com o esporte:

- 2) Relate como acontece a mecânica e funcionamento dos projetos?
- 3) Quais são suas maiores dificuldades em relação ao projeto?
- 4) Quais são suas funções em relação às ações dos projetos esportivos da SME?
- 5) Você coordena quantas unidades? Como está estruturada sua equipe de trabalho? Quantos profissionais fazem parte das ações do projeto que você coordena?
- 6) A quem você está submetido na estrutura administrativa dos projetos da SME?
- 7) Qual sua relação com a equipe gestora da SME?
- 8) Como e quando acontecem as reuniões com a equipe gestora? Como são discutidos os tópicos
Diagnóstico Avaliação Planejamento Ações futuras
- 9) Na sua concepção quais são os objetivos do projeto que você coordena
- 11) Como aconteceu a implantação do projeto?
- 12) Você possui autonomia para tomada de decisões?
- 13) Na sua concepção qual é a função do projeto que você coordena no interior da escola? Quais são as perspectivas que você enxerga para ele?
- 14) Qual é a sua definição de esporte nas ações desenvolvidas pelo projeto?

15) Existe um plano norteador para as ações desenvolvidas nos projetos? Nesse planejamento existem intenções para a expansão desses projetos, ou a oferta de projetos em outras modalidades esportivas?

16) Como é realizado o planejamento das ações? Como são tomadas as decisões? Quem participa?

17) Como está a procura da comunidade em relação ao projeto? Existe demandas apenas para esta modalidade? Porque a oferta de tal modalidade? Foi realizada pesquisa para atender uma demanda que era emergente nesse sentido?

18) Existem parcerias com unidades da rede estadual de ensino, para que quando os alunos não façam mais parte da rede municipal de ensino possam continuar a freqüentar as atividades esportivas nas escolas?

19) Existem parcerias com outros setores:

a) clubes; b) federações; c) associações; d) empresas; e) entidades de classe; f) igrejas; g) partidos políticos; h) ONGS; i) outros.

20) Existe uma política para a utilização dos espaços e equipamentos escolares nos projetos esportivos? Quais são as prioridades para a utilização destes espaços? Como ficam os professores de Educação Física que trabalham nos mesmos equipamentos públicos, a Escola?

21) Existe alguma forma de apoio, patrocínio, ou encaminhamento aos alunos que se destacam nos projetos esportivos? Para que possam almejar uma carreira profissional no esporte?

22) Para finalizar, para você, enquanto coordenador, quais seriam os próximos passos para a ampliação do projeto?

Anexo 4

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**DIAGNÓSTICO DOS OBJETIVOS E FUNÇÕES DOS PROJETOS ESPORTIVOS
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ENSINO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CURITIBA**

Entrevista para os professores que atuam nos projetos

Dados do entrevistado

Nome:

Função na SME:

Formação:

Relação e experiências com o esporte:

- 1) A quem você está subordinado na estrutura do projeto?
- 2) Relate como acontece a mecânica e funcionamento dos projetos
- 3) Quais são suas funções enquanto professor participante do projeto?
- 4) Quais você julga, serem as maiores dificuldades encontradas nas ações dos projetos?
- 5) Em que escola você atua? Atua em mais de uma unidade escolar?
- 6) Como estão estabelecidas suas relações com o coordenador do projeto?
- 7) Como e quando acontecem as reuniões com seu coordenador? Como são discutidos os tópicos
Diagnóstico Avaliação Planejamento Ações futuras
- 8) Na sua concepção quais são os objetivos do projeto?
- 9) Como você foi convidado para participar do projeto? Houve divulgação para outros profissionais interessados? Houve uma seleção?
- 10) Quais suas relações e experiências anteriores com a modalidade?
- 11) Você considera que possui autonomia nas suas funções?
- 12) Na sua concepção qual é a função do projeto que você coordena no interior da escola? Quais são as perspectivas que você enxerga para ele?
- 13) Qual é a sua definição de esporte nas ações desenvolvidas pelo projeto?

14) Existe um plano norteador, diretrizes, documentos que norteiam seu trabalho? Você utiliza essas diretrizes? Desconhece os documentos?

15) Como é realizado o planejamento das ações? Como são tomadas as decisões? Quem participa?

16) Como está a procura dos alunos pelo projeto? Todos são atendidos? Existe apelo da comunidade pela inserção de outros projetos, em outras modalidades esportivas?

17) Os pais participam ativamente do projeto?

18) Você atende alunos que inicialmente faziam parte da rede municipal de ensino, e hoje estão freqüentando as aulas na rede estadual?

19) Existem parcerias com outros setores:

a) clubes; b) federações; c) associações; d) empresas; e) entidades de classe; f) igrejas; g) partidos políticos; h) ONGS; i) outros.

20) Quando você está desenvolvendo as atividades relativas ao projeto, você utiliza qual espaço da escola? Como acontece a negociação com o professor de Educação Física que trabalha na unidade com as turmas regulares? Existe espaço e equipamento suficiente para comportar ambos?

21) Existe alguma forma de apoio, patrocínio, ou encaminhamento aos alunos que se destacam nos projetos esportivos? Para que possam almejar uma carreira profissional no esporte?

22) Para finalizar, para você, enquanto professor, que atua diretamente com os alunos, quais seriam os próximos passos para a ampliação e melhora da qualidade do projeto?

